

Bernardo Sorj

EM QUE MUNDO VIVEMOS?

Edição revista



**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**
FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN

PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



Bernardo Sorj

EM QUE MUNDO VIVEMOS?

Edição revista

Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação Fernando Henrique Cardoso e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, dedicada ao fortalecimento das instituições e da cultura democrática na América Latina, através do debate pluralista de ideias sobre as transformações na sociedade e na política da região e do mundo.

Coleção:

O Estado da Democracia na América Latina dirigida por Bernardo Sorj e Sergio Fausto

Revisão:

Maísa Kawata

Revisão final:

Adriane Piscitelli

Projeto gráfico:

Bruno Ortega

Copyright do texto © 2020 by Bernardo Sorj

São Paulo: Edições Plataforma Democrática, 2020

Para Rafael e Bia

Sorj, Bernardo

Em que mundo vivemos? / Bernardo Sorj. – São Paulo: Edições Plataforma Democrática, 2020.

138 p. (Coleção O Estado da Democracia na América Latina)

ISBN 978-65-87503-00-4

1. Sociologia. I. Sorj, Bernardo. II. Título. III. Série.

CDU: 316

CDD: 301

Bibliotecária responsável: Jucilene Lopes

CRB: 10215

Este trabalho pode ser reproduzido gratuitamente, sem fins comerciais, em sua totalidade ou em parte, sob a condição de que sejam devidamente indicados a publicação de origem e seu autor.

SUMÁRIO

Introdução	7
1. Os conflitos do capitalismo democrático	12
2. Do liberalismo econômico ao Estado de bem-estar	15
3. Remercantilização: a contrarreforma neoliberal	29
4. Os conflitos culturais das democracias capitalistas	45
5. As contradições das democracias capitalistas	57
6. A ascensão da direita autoritária	78
7. A sociedade da (des)informação e a crise da verdade	96
8. A diluição das fronteiras dos subsistemas sociais	108
9. A convivência democrática como “politeísmo” de valores	115
10. Conclusões	138

INTRODUÇÃO

Vivemos em tempos incertos, em que os mapas cognitivos coletivos apresentam sintomas de falência. Esses mapas amalgamam raciocínios, valores e crenças, que nos permitem explicar os acontecimentos e ajudam a definir nossas expectativas em relação ao futuro de nossas sociedades.

Vários fatores convergem para gerar temores e frustração, levando à perda de confiança no progresso e na democracia: mudanças na distribuição de renda, nas estruturas de trabalho, na capacidade dos partidos de representarem a cidadania, nos costumes, na geopolítica mundial, e um horizonte no qual transformações tecnológicas trazem insegurança sobre o futuro do emprego e um apocalipse climático se apresenta como cenário cada vez mais próximo. Uma época de desencontro entre os indivíduos e a história, entre os percursos pessoais e coletivos, caracterizada pelo sentimento de exclusão do processo de construção de um futuro comum, como nação e humanidade.

Não que antes disso a subjetividade se fundisse com a comunidade nacional, mas as pessoas viviam, com maior ou menor intensidade, uma linha de tempo comum, alimentada por uma crença compartilhada no progresso da sociedade — nas suas diversas versões ideológicas — e confirmada geralmente por experiências de melhoria da qualidade de vida, para si mesmos e/ou para os filhos. Hoje vivemos num mundo onde o acúmulo de incertezas leva a um sentimento que o futuro entrou em colapso.

A análise sociológica é tanto um exercício para explicar como chegamos ao momento atual, quanto para entender aonde nos dirigiremos. **Visões de futuro, em geral, não se concretizam, ou se realizam apenas de forma parcial, no entanto, na medida em que acreditamos nelas, produzem um sentimento de controle das nossas vidas e se transformam numa bússola para orientar nossas ações, seja para avançar em direção ao mundo desejado, seja para evitar o que rejeitamos.**

A dificuldade de enxergar como será o futuro afeta nossa compreensão do presente. Por quê? Porque quando deixam de ter esperanças sobre o que virá, as pessoas se voltam a um passado idealizado; quando os partidos políticos não oferecem respostas, líderes políticos demagógicos que se apresentam como antipolíticos são

glorificados; e quando as elites que personificavam os valores da razão são desacreditadas, a mentira e a ignorância são promovidas.

A política sempre foi permeada por afetos e fidelidades, mas em momentos de insatisfação e de mal-estar social abre-se um campo fértil para soluções demagógicas e maniqueístas, que desprezam o confronto de ideias baseadas em fatos, e reduzem as “soluções” a mensagens que cabem num tuíte. Assim, vivemos em tempos perigosos, em que as sociedades podem acabar escorregando para a destruição dos fundamentos da vida democrática, que depende do debate informado e do respeito ao pluralismo de ideias.

As ciências sociais estão mal aparelhadas para analisar processos políticos em que prevalecem fatores psicossociais destrutivos — alguns diriam ser a face obscura da condição humana —, que levam as sociedades em direção ao que a escritora Barbara Tuchman caracterizou como a “marcha da insensatez”. O ataque à racionalidade penetra até mesmo nos setores dos quais se esperaria sua defesa, levando muitos liberais a aceitar um pacto com políticos autoritários, em nome das “exigências do mercado”, e muitos intelectuais a se fecharem em bolhas autocomplacentes.

Situação paradoxal. A ciência, por meio das mais diversas tecnologias, está presente em quase todas as atividades, tanto individuais quanto coletivas. Seria difícil encontrar uma única situação em que a aplicação do conhecimento científico não permeie nossa relação com o nosso corpo, com os outros e com a natureza. Na política, porém, os ventos sopram em direção contrária. Prevaecem discursos que se nutrem do irracionalismo, de questionamento das elites de conhecimento e do culto a valores absolutos. Seria curioso, se não fosse dramático, que muitos profissionais treinados no pensamento científico — cientes das complexidades das áreas nas quais atuam —, quando participam do espaço público escorregam no pensamento mágico, acreditando em soluções simplista e em mensagens que transmitem mentiras e preconceitos.

Este livro analisa as complexas relações de complementaridade e de conflito, entre democracia e capitalismo. Ambos, revolucionam constantemente os sistemas produtivos e sociais, exigindo periodicamente a renovação dos arranjos institucionais. Quando prevalecem soluções virtuosas, perseveram novos patamares civilizatórios de convivência pacífica e melhoria da qualidade de vida. Quando se estabelece a polarização destrutiva e não a negociação construtiva, cresce o risco de crise da democracia e de instalação do autoritarismo.

Se manifestamos particular atenção ao contexto internacional e à dinâmica europeia e dos Estados Unidos é porque neles nos espelhamos e por eles somos influenciados. Isso não significa que possamos deduzir diagnósticos ou soluções adequadas à nossa realidade, ou que devamos cair numa retórica nacionalista tão vazia quanto retrógrada. A questão não é se podemos deixar de ser parte de um mundo globalizado, mas como responder de forma criativa aos desafios que ele nos apresenta.

Não acreditamos numa única chave interpretativa capaz de elucidar a dinâmica social e, menos ainda, de prever o futuro. O porvir se joga em vários “tabuleiros” interligados — individual, familiar, econômico, político, cultural, nacional e global —, potencializando a complexidade e a instabilidade das sociedades contemporâneas, que se acentuam pela intensificação de inovações tecnológicas disruptivas da organização da sociedade e de nossa relação com a natureza. Nesse contexto, devemos fugir de teorias e de chavões que explicam tudo e que prescrevem soluções únicas e unívocas para os problemas que nos afligem. O que não significa que devemos abandonar a procura por respostas que indiquem caminhos para a ação orientada à construção de uma sociedade desejável, que limitem os males existentes no mundo, como a desigualdade social e os riscos catastróficos de mudanças climáticas, e que levem ao fortalecimento e à melhoria da qualidade das democracias.

Formado majoritariamente por textos inéditos — apenas um deles já publicado, porém, revisto e ampliado para este livro¹ —, nosso objetivo é esclarecer alguns dos conflitos de valores e dilemas que os cidadãos enfrentam nas democracias capitalistas contemporâneas. A pergunta básica subjacente é se os valores do Iluminismo, que permitiram os avanços da democracia, são ainda atuais ou se vivemos no limiar de um novo período histórico, no qual a ascensão de tendências autoritárias no mundo é um indicativo de novos tempos.

O capitalismo é o único modo de produção em que a democracia liberal floresceu, mas essa nunca foi uma relação necessária ou harmoniosa. No primeiro capítulo, examinamos os diversos conflitos — econômicos, políticos e culturais — que perpassam constantemente às sociedades capitalistas democráticas.

No segundo, nos concentramos no confronto entre as tendências de mercantilizar e desmercantilizar as relações sociais, como um eixo central das relações entre

1 Sorj, B., *A convivência democrática como politeísmo de valores*. Revista Estudos Avançados. Vol. 30, no.86, São Paulo jan./abr. 2016.

capitalismo e democracia. Mostramos como a desmercantilização de uma série de serviços e de políticas sociais levaram à criação do Estado de bem-estar social.

No terceiro, analisamos como o Estado de bem-estar entra em crise acompanhado pela ascensão do discurso e pelas práticas neoliberais, processo que leva à remercantilização parcial das relações de trabalho, da oferta de serviços públicos e ao aumento da desigualdade social. Ainda que boa parte de suas inovações permaneçam, o Estado de bem-estar social demonstra sinais de fadiga e deve ser reinventado para responder aos desafios do mundo contemporâneo.

No quarto, observamos alguns dos principais conflitos socioculturais que atravessam a história das democracias capitalistas. O foco são os processos de secularização e o nacionalismo. As transformações das estruturas sociais e de valores — em particular, o questionamento da organização da família, a subordinação da mulher e a repressão da sexualidade — abriram espaço para líderes autoritários que se apresentam como expressão da “ordem”, da “nação” e da “família”.

No quinto, apresentamos os problemas estruturais das instituições políticas das democracias capitalistas, tanto nacional quanto internacionalmente, que possibilitam narrativas políticas que questionam a legitimidade e a viabilidade da democracia.

No sexto, refletimos sobre as formas de atuação da nova extrema direita, indicando que, embora o contexto histórico e suas propostas sejam diferentes do fascismo, várias de suas características, de seus conteúdos e estratégia de comunicação, têm semelhanças importantes.

No sétimo, analisamos o novo ambiente do espaço público produzido pela internet, a crise do jornalismo e o papel de elites tradicionais do conhecimento na disseminação de uma cultura questionadora do pensamento científico.

A diluição de fronteiras entre os subsistemas sociais pelo impacto das transformações sociais é o tema do capítulo oito. O novo cenário dificulta a capacidade de análise das várias disciplinas das ciências sociais, que supunham uma relativa autonomia e uma separação entre os vários subsistemas que organizam as sociedades contemporâneas.

Por fim, no nono e último capítulo, exploramos o papel dos valores na sociedade, contrapondo o “politeísmo de valores” da vida democrática aos monoteísmos religiosos e seculares. Argumentamos que, embora os valores que nos orientam tendam a ser conflitantes, nenhum deles, de forma isolada, é suficiente para organizar a vida

individual ou da sociedade, exigindo “dosagens” que devem ser negociadas, subjetiva e coletivamente, pelo sistema político.

Este livro é de caráter ensaístico, por isso contém o menor número possível de notas bibliográficas. O valor moral do uso de citações é uma forma de reconhecer que o autor guarda uma dívida intelectual com seus pares, que assumo integralmente. Afinal, não existe trabalho mais solitário e, ao mesmo tempo, mais devedor dos outros, que o trabalho intelectual.

Cabe mencionar algumas pessoas com as quais, já por um longo tempo, trocamos ideias com frequência, e que, é claro, não são responsáveis pelo argumento ou por eventuais erros. São eles: Antonio Mitre, Danilo Martuccelli, Joel Edelstein, John Wilkinson e Sergio Fausto.

1. OS CONFLITOS DO CAPITALISMO DEMOCRÁTICO

Os conflitos políticos nas sociedades capitalistas democráticas se dão em torno de três grandes esferas: a socioeconômica, a sociopolítica e a sociocultural.² Isso não significa que estejam isoladas entre si. Pelo contrário, elas se influenciam, superpõem-se e se interpenetram das mais diversas formas.

Os conflitos socioeconômicos estão associados à desigual distribuição de patrimônios e de rendas e ao lugar ocupado pelas pessoas no sistema de produção e de distribuição da riqueza social. Historicamente, em grandes linhas, ele se apresenta como um confronto entre classes sociais, embora interesses corporativos de subgrupos sociais desempenhem um papel significativo. Os conflitos socioeconômicos têm foco claramente identificável e quantificável: a riqueza produzida pela sociedade e sua distribuição entre os grupos sociais. Como todo conflito social, os socioeconômicos se expressam como uma luta de valores e de identidades coletivas, e confrontam os que consideram que o mercado (e a herança) deve ser o principal, senão único, mecanismo responsável pela distribuição da riqueza e os que defendem maior intervenção do Estado na regulação do mercado, na provisão de serviços públicos e na distribuição de renda.

Os conflitos culturais estão relacionados à predisposição para aceitar novos costumes, valores e crenças, e atravessam a sociedade de forma transversal, não havendo o mesmo recorte social que o conflito distributivo. Eles são diversos e se referem, entre outras, às formas de relacionamento entre pessoa e estilo de vida, estrutura da família, status, crenças religiosas, reconhecimento social, papel da mulher, liberdade sexual, relação com o corpo (como controle de natalidade, aborto ou eutanásia), expressões artísticas, preconceitos e estigmas sociais, relação com os imigrantes, uso de drogas e significado do nacionalismo.

Os conflitos socioculturais não apresentam a mesma unidade e clareza que o distributivo e têm enorme plasticidade. Fundamentalmente, enfrentam os que se identificam com valores, formas de relacionamento e expressão cultural emergentes e os que defendem crenças, normas de conduta e visões da sociedade, referidos a um passado, real ou imaginado, que estaria ruindo. Aqueles que se opõem às mudanças culturais se apresentam como defensores de valores religiosos e/ou do nacionalismo

e pregam o medo da desordem na família e na sociedade. Já os que promovem mudanças culturais, a linguagem dominante é a dos direitos, sejam coletivos — como os direitos humanos, sociais, das minorias ou ambientais —, sejam os dos indivíduos — em que cada pessoa pode escolher sua forma de vida.

Se podemos falar de modo analítico de dois polos — conservadores e/ou reacionários de um lado e progressistas de outro —, a realidade das pessoas é muito mais nuançada. Certos temas afetam os cidadãos com mais intensidade que outros, em certas áreas podem concordar com uma posição e não em outras. Sentimentos e pensamentos são conflitantes, e as pessoas podem se sentir atraídas simultaneamente tanto por um polo quanto por outro. Apenas um pequeno grupo de pessoas, com alto engajamento religioso, ideológico ou intelectual procura justificar ou deduzir todos os seus posicionamentos a partir de uma única matriz explicativa. Para a maioria, as diferentes dimensões da subjetividade — ou seja, uma variedade de crenças, de valores e de interesses — convivem de forma contraditória.

Os conflitos políticos refletem e elaboram os conflitos socioeconômicos e os culturais, mas têm dimensões próprias, dada a necessidade de construir instituições que respondam ao mesmo tempo às demandas dos interesses particulares e de assegurar a coesão social e o bem comum, de valores e de direitos de vocação universalista e de seu usufruto delimitado aos cidadãos da nação.

Os conflitos socioeconômicos, políticos e culturais são elaborados, traduzidos e canalizados por atores que atuam na esfera pública, em particular, os partidos políticos e os poderes do Estado (legislativos, executivo e judiciário). Embora não estejam dissociados desses conflitos, os conflitos sociopolíticos abrangem interesses e uma lógica de funcionamento própria, com narrativas e formas de organização que asseguram a formação de lealdades e de identidades coletivas.

Se em certos momentos da história houve maior afinidade entre liberalismo econômico e conservadorismo moral, ou ao contrário entre demandas distributivas e mudanças culturais, essas afinidades não implicam que os simpatizantes das correntes partidárias compartilhem do mesmo conjunto de valores em todas as esferas. Favoráveis a políticas distributivistas podem ser racistas, misóginos, antissemitas ou xenófobos, assim como os que apoiam políticas econômicas liberais não se identificam necessariamente com posturas reacionárias no campo dos conflitos socioculturais.

A história do capitalismo democrático é a do desenrolar e da interação dessas grandes arenas de conflitos. Durante a segunda metade do século xx predominaram os conflitos socioeconômicos, o que implicou até certo ponto deixar para segundo

plano os conflitos culturais, os quais estão retornando com força no século XXI e, como veremos, seus efeitos poderão ser devastadores, tanto para as nações quanto para o sistema internacional. Quando o sistema institucional se mostra incapaz de processar os conflitos sociais, implodem na forma de revoluções e de golpes de Estado, que levam a regimes autoritários, seja de esquerda ou de direita. Nos dias de hoje, no Brasil e no mundo, nos encontramos na antessala de um desses momentos de ascensão do autoritarismo, e o objetivo dos próximos capítulos é contribuir para a compreensão de como chegamos à atual encruzilhada.

2. DO LIBERALISMO ECONÔMICO AO ESTADO DE BEM-ESTAR

O capitalismo revolucionou as formas de produção e de distribuição, transformando grande parte das relações de intercâmbio em vínculos mercantis contratuais. O modelo capitalista “puro” valoriza a propriedade privada, a obtenção de lucro e o interesse pessoal e considera que o mecanismo do mercado deve cobrir a totalidade das atividades de intercâmbio de bens e serviços, sendo que o Estado deve restringir suas funções à proteção da vida, da propriedade e o cumprimento da lei.

Na democracia, é a figura de cidadãos iguais, mobilizados em torno de projetos políticos que promovem a justiça, o bem comum e o interesse nacional, em nome dos quais devem se organizar os critérios que orientam a distribuição da riqueza social. A *res publica*, em última instância, deve predominar sobre a *res privada*, seja na determinação de vacinação obrigatória, de decretar uma quarentena, de proteger o meio ambiente, de declarar uma guerra, ou de assegurar condições básicas de vida à população.

Se do ponto de vista jurídico o indivíduo é o fundamento da sociedade democrática, a realidade sociológica é que os indivíduos se constituem como tais e sua liberdade só pode ser assegurada dentro de comunidades políticas. Existe, portanto, uma tensão constante entre as exigências do que a comunidade considera necessárias para que se mantenham as liberdades e a coesão social e as expectativas dos indivíduos de usufruir sua autonomia sem coerção externa.

A tradição do liberalismo político não se opõe, mas matiza o liberalismo econômico desenfreado, para assegurar que as liberdades individuais tenham um conteúdo efetivo. Grandes pensadores liberais que argumentaram a favor do papel do mercado, não o consideravam suficiente para dar conta da complexidade e das exigências da convivência social. Adam Smith estava preocupado com as condições de vida dos trabalhadores e o papel das emoções na convivência social. John Stuart Mill reconheceu que no mundo real as chances das pessoas dependem da família na qual nascem, constatação que o levou a defender a educação para todos (além da abolição

da escravidão, os direitos das mulheres e a proteção do meio ambiente) e o questionamento do papel da herança.³

Já no século XX, o filósofo liberal Karl Popper, na obra *A sociedade aberta e seus inimigos*, argumentou que o poder econômico pode ser tão opressor quanto a violência física do Estado.⁴ Ao mesmo tempo que denuncia o totalitarismo comunista e fascista, ele propõe o “paradoxo da liberdade”, segundo o qual a liberdade irrestrita, inclusive a econômica, acaba destruindo a própria liberdade, pois permite que o mais forte maltrate o mais fraco, o que exige do Estado instituições que protejam os cidadãos suscetíveis de serem oprimidos pelos que detêm o poder econômico.

Num longo processo histórico, ainda em andamento e nunca estável, o **capitalismo se adaptou à democracia, e a democracia se adaptou ao capitalismo**. Essa convergência, mediada pelo sistema político e pelas instituições do Estado, levou aos que lutavam pelo fim da desigualdade econômica a aceitar o mercado e a propriedade privada, e aos defensores do capitalismo a consentir que o Estado interviesse na regulamentação das relações de trabalho e se apropriasse e redistribuísse parte da riqueza social, gerando um âmbito de atividade não determinada pelas relações de propriedade privada.

A propriedade tem sido tema constante na história, mas a noção de que algo é “meu” ou “nosso” inclui uma enorme diversidade de configurações, sendo que cada sociedade exibe vários tipos delas. A título de exemplo, no direito romano, foi formalizada a diferença entre a *res publica* e a *res privatae* (a primeira englobando os bens comuns que pertencem ao conjunto dos cidadãos; a segunda compreendendo a propriedade individual). Na Idade Média, houve dezenas de variações de propriedade da terra, interligadas em sistemas hierárquicos que associavam o rei a seus vassalos, além de incluir uma variedade de propriedades comunais, por exemplo, os baldios em Portugal ou os *commons* na Inglaterra.

Nas sociedades modernas, apesar da ênfase na propriedade privada, as formas de propriedade apresentam enorme diversidade, com importantes consequências sociais, tanto na *res publica* quanto na *res privatae*. O direito das pessoas de como legar

3 “The laws of property have never yet conformed to the principles on which the justification of private property rests. They have made property of things which never ought to be property, and absolute property where only a qualified property ought to exist. They have not held the balance fairly between human beings, but have heaped impediments upon some, to give advantage to others; they have purposely fostered inequalities, and prevented all from starting fair in the race”, *Private Property Has Not Had Fair Trial*, de John Stuart Mill. Disponível em: <<http://sites.middlebury.edu/econo450fio/files/2010/08/mill-private-property.pdf>>. Acesso em: 7 maio 2020.

4 Popper, K. *The Open Society and its Enemies*. London: Routledge, 2002, pp. 333-4.

seus bens é diferente no direito anglo-saxão (*common law*) — em que os indivíduos podem escolher a quem deixar seu patrimônio — e na tradição do direito civil codificado — em que a lei limita o poder discricionário sobre a distribuição da herança.

Uma das características do capitalismo é a constante inovação nas formas de propriedade, incluindo a separação das responsabilidades legais da pessoa física das da pessoa jurídica e diversos formatos de propriedade comercial. Junto à diversificação de tipos de propriedade privada, a propriedade pública também apresenta variadas formas de relações contratuais, como as que se estabelecem entre setores no domínio do Estado e o setor privado, como as concessões de serviços públicos.

Os conflitos socioeconômicos cotidianos se dão em torno dos salários, porém, um conflito com consequências igualmente determinantes sobre a forma da organização da sociedade tem como epicentro as lutas a favor ou contra a desmercantilização de certos bens e serviços, como saúde e educação. A desmercantilização pode se limitar a regular os mercados ou as condições contratuais — como nos casos dos direitos do trabalhador e do consumidor, de concessões públicas, das exigências para comercializar medicamentos — ou o controle dos níveis de poluição de uma fábrica ou as relações familiares. Ela se dá também por meio da cobrança de impostos, dos programas de renda mínima ou de subsídios, pelos quais parte da riqueza social é retirada das relações mercantis. Em outros casos, pode levar a proibir a comercialização de bens e serviços — como no caso de certas drogas, órgãos humanos e eutanásia — ou excluir o caráter de intercâmbio mercantil de áreas de bens e serviços — como manutenção da lei e da ordem, saúde ou educação pública.

O conflito entre mercantilização e desmercantilização não implica supor que estamos frente a um jogo de soma zero. O desafio do capitalismo democrático é encontrar soluções negociadas que assegurem o bom funcionamento da economia e das demandas sociais com maior justiça distributiva, distanciando-se dos fundamentalismos, seja do mercado seja estatizante.

O questionamento da mercantilização das relações sociais foi, em grande medida, produto de movimentos sociais ligados aos valores de igualdade e solidariedade, e mais recentemente de ambientalistas. No entanto, a colocação de limites de mercantilização foram e continuam sendo defendidas do mesmo modo por grupos religiosos opostos ao comércio de jogos de azar, bebidas alcoólicas, drogas, prostituição, pornografia, anticoncepcionais e, inclusive, no século XIX, de seguros de

vida.⁵ Em todos os casos trata-se de perspectivas que consideram que parte das relações sociais não podem ser reduzidas a uma relação mercantil fundamentada na livre negociação de agentes privados.

MERCANTILIZAÇÃO E DESMERCANTILIZAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS

Nas sociedades capitalistas democráticas, o conflito social pela distribuição da riqueza está presente em duas esferas: na salarial (no interior das empresas) e na tributária (quanto e quem pagará as despesas do Estado e quem será favorecido por elas).

As lutas pela desmercantilização, desde o século XIX, teve como primeiro epicentro as relações de trabalho. A história do direito do trabalho é o desenrolar do processo de reconhecimento e de regulamentação da particularidade da figura do trabalhador e do contrato trabalhista.⁶ Um processo associado à luta dos movimentos sociais, dos sindicatos e dos partidos políticos socialistas, mas também social-cristãos, por vezes com o apoio de setores das elites dominantes preocupadas com a coesão social.

Uma longa trajetória de lutas sociais e de reformas políticas permitiram que hoje enxerguemos como naturais os direitos que eram inexistentes na maioria dos países pouco mais de um século atrás, como a limitação do horário de trabalho, a escola universal e gratuita, o direito ao voto independentemente do sexo ou da propriedade, a defesa do consumidor ou a proibição de práticas monopolistas. Eles não só eram inexistentes, mas eram vistos e denunciados pelas “classes proprietárias” como levando a derrubada do capitalismo, ou, pelos conservadores, como destruidores da ordem social. Para muitos dos que denunciavam o capitalismo, tratava-se de um conflito antagônico que levaria à revolução e à eliminação da propriedade privada. Foi a prática política democrática que permitiu uma mudança de perspectiva, abrindo caminho para narrativas políticas reformistas que, por sua vez, permitiram os avanços para um capitalismo democrático socialmente responsável.

A convivência entre democracia e capitalismo transformou a oposição radical entre direita e esquerda (posições ideológicas que valorizam o papel do mercado e do

setor privado, no caso da direita, e os que enfatizam a necessidade de intervenção pública para limitar os efeitos da desigualdade social e da pobreza, no caso da esquerda). Hoje em dia, a aceitação da responsabilidade social do Estado não é mais questionada, apenas sua dosagem. Na Europa, nenhum partido da direita liberal europeia questiona a existência de um sistema de saúde pública universal; enquanto nos Estados Unidos, o acesso ao sistema de saúde depende de seguros privados, por vezes associados ao pacote de benefícios propostos pelo empregador.

Quando há confronto entre as demandas do capital e as demandas por uma maior igualdade, e um dos polos aplasta o outro os resultados são perversos. Como ocorreu no apogeu do liberalismo econômico, na Europa do século XIX, quando crianças trabalhavam por longas jornadas, sem acesso a serviços de saúde ou de educação; e, no século XX, quando os regimes comunistas, em nome da igualdade, reprimiram a liberdade. Nas sociedades em que o conflito entre liberalismo econômico e as demandas de justiça social foram negociados os resultados trouxeram uma melhoria da qualidade de vida do conjunto da sociedade.

Apesar dos confrontos, do ponto de vista dos processos sóciohistóricos, capitalismo e democracia estão fortemente associados e se complementam, muitas vezes, de forma não intencional. Até a modernidade, para a maior parte da população nascimento era destino. O capitalismo impulsionou a urbanização, a mobilidade ocupacional, social e espacial, individualizando e corroendo as configurações tradicionais de controle e de status social, promoveu a inovação, as expectativas de ascensão social e de consumo de novos produtos, levando a exigências de maior renda. Regimes autoritários procuram restringir a criatividade, a curiosidade, o individualismo e o empreendedorismo, a esfera econômica e as ciências naturais. Tarefa à qual se dedicaram desde os Calvinistas, até o governo teocrático iraniano e o Partido Comunista Chinês.

Se o capitalismo por si não produz regimes democráticos, gera constantes transformações sociais, mobiliza a iniciativa e a autonomia individual, demanda cada vez mais uma formação educacional que transmita valores científicos, separa as gerações (difícilmente os filhos terão a profissão dos pais), gera expectativas de melhores condições de vida e de liberdade de escolha, que convergem no sentido de fragilizar os sistemas tradicionais de normas sociais e de poder. Embora seja o desejo dos conservadores, é impossível separar completamente o individualismo associado à liberdade para participar do mercado de trabalho e de consumo de outras áreas da vida social e cultural.

⁵ Zelizer, V. A. “Human Values and the Market: The Case of Life Insurance and Death in 19th-Century America”. In: Granovetter, M.; Swedberg, R. (Org.). *The Sociology of Economic Life*. Boulder: Westview Press, 2001.

⁶ A construção social do trabalhador como categoria social é analisada no clássico de Kart Polanyi, *The Great Transformation* (Boston: Beacon Press, 1944).

Por sua vez, muitas demandas democráticas — como o acesso universal à educação, a maior capacidade de compra da população, a luta contra os monopólios, os abusos contra os consumidores e a especulação irresponsável do sistema financeiro — vão ao encontro dos interesses do bom funcionamento do sistema capitalista.

O QUESTIONAMENTO DO CONTRATO ENTRE DESIGUAIS

Por meio de um longo processo histórico foi reconhecido que o contrato trabalhista não pode ser dissociado do trabalhador, ou seja, que o trabalho envolve uma pessoa (o que significa o reconhecimento de sua materialidade biológica e psicológica: idade, saúde, gravidez, necessidade de repouso etc.), que vai além do “momento” do ofício. Reconhecimento possível porque, contra o que pensava Marx, que teorizou o capitalismo na suposição de que o trabalho é uma mercadoria similar as outras, ele tem qualidades específicas, pois é realizado por pessoas com consciência e, no contexto das sociedades democráticas, com capacidade de se afirmar como agentes políticos.

Assim, a primeira preocupação da legislação laboral se focou na relação entre o trabalhador e seu corpo, ou seja, proteger o trabalhador dos efeitos da jornada e das condições de trabalho (a medicalização do corpo esteve inicialmente associada a longos períodos de trabalho, que resultaram numa epidemia de acidentes laborais na Europa do século XIX).

Por detrás do direito do trabalho, encontra-se uma ideia que revolucionou o sistema legal — a mesma que sustenta as leis antimonopólios e de defesa do consumidor —, segundo a qual um contrato só é válido quando for celebrado entre duas partes livres, em condições equitativas de poder de negociação. Isso levou ao reconhecimento da legitimidade dos sindicatos, inicialmente proibidos na maioria dos países desenvolvidos até o fim do século XIX ou início do século XX, e que eram considerados pelos empresários como uma afronta à livre negociação contratual e não um mecanismo que procurava compensar a assimetria de poder entre empregador e empregado.⁷

O reconhecimento das relações de trabalho como um contrato com características específicas produziu uma profunda transformação do capitalismo. O contrato de trabalho passou a ser mediado por um sistema de regulação social, tendendo a padronizar as condições em que seria válido e, portanto, redefinindo os limites do livre acordo mercantil entre as partes. Com o direito do trabalho, as relações sociais de

7 Sobre a criação do trabalhador como categoria jurídica, ver Alain Supiot, *Critique du droit du travail* (Paris: PUF, 1994), a quem acompanhamos em boa parte de nosso argumento.

produção foram mediadas por um novo sistema político-jurídico diferenciado, permitindo que os interesses e os destinos dos assalariados fossem considerados pelo sistema capitalista, introduzindo a figura do sindicato como representação coletiva dos interesses individuais.

A extensão das regras das relações de trabalho a outras áreas da vida social levou à noção de que a cidadania implica “direitos sociais”, que, por sua vez, devem ser garantidos pelo Estado. Criou-se, assim, uma “fraternidade objetiva” (frente à “fraternidade subjetiva” da filantropia), assumida pelo poder público — portanto, uma responsabilidade solidária além da esfera privada —, gerando uma dimensão da cidadania, expressa na forma de direitos sociais, serviços públicos e mínima segurança socioeconômica.

Essa “fraternidade objetiva” será constituída como uma estrutura jurídica racional, baseada no reconhecimento inicial do “mundo do trabalho” como uma esfera específica do direito. No século XX, pelo menos nos países desenvolvidos, a solidariedade interpessoal foi substituída, em grande medida (embora nunca em sua totalidade, uma vez que a família continuou a desempenhar importante papel de apoio mútuo), por políticas sociais baseadas numa responsabilidade pública legalmente regulada. Essa transferência de responsabilidades significou uma transformação de certo ideal liberal clássico, que, embora reconhecendo a importância da solidariedade, considerou-a como uma responsabilidade moral dos membros da “sociedade civil”, alheia à tarefa de governar.

DAS DEMANDAS NO LOCAL DE TRABALHO AOS BENS PÚBLICOS

A integração dos novos direitos e o reconhecimento de atores coletivos, como os sindicatos, levou à implosão dos limites impostos pelo sistema contratual privado como único recurso para aceder a uma série de bens que garantam o bem-estar básico dos trabalhadores e de suas famílias.

A partir do direito do trabalho foi estabelecida uma nova percepção dos direitos da cidadania — até então reduzidos aos direitos civis e políticos —, que passou a incluir a “cidadania social”. Reconheceu-se que, além dos direitos específicos associados ao mundo do trabalho existe um concidadão com direito a um mínimo para existir, tendo um emprego ou não. Num processo, que não foi linear, foram se agregando novos bens e serviços que deviam ser assegurados independentemente de as pessoas receberem salário (como saúde, educação, seguro contra acidentes,

aposentadoria, pensões ou transferências monetárias diretas para os setores mais pobres). A extensão dos direitos moldou o Estado de bem-estar.⁸

Se o direito transformou o caráter de mercadoria do trabalho, com a expansão dos direitos sociais, certos direitos sociais passaram a ser considerados “universais”, ou seja, o Estado passou a ter a obrigação de assegurar ou de facilitar com subsídios acesso a esses benefícios a todos os cidadãos.

ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL E ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

A transferência para o Estado da responsabilidade pela garantia de níveis mínimos de bem-estar conduziu a um aumento da carga fiscal, colocando no centro do conflito político e ideológico o financiamento do setor público e seu papel na distribuição de bens considerados condição de cidadania. A história política do capitalismo no século XX foi, em boa medida, a das lutas em torno da expansão da capacidade extrativa do Estado.

Nas sociedades capitalistas democráticas, a qualidade de vida e a desigualdade social passaram a ter dupla entrada: a da renda pessoal e a dos bens públicos a que os cidadãos têm acesso universal (por exemplo, educação, saúde e transportes subsidiados) sob responsabilidade do Estado. Nos países avançados, entre um terço e mais da metade do PIB (Produto Interno Bruto) é apropriado pelo Estado e distribuído através dos serviços públicos. A desigualdade determinada pela renda individual obtida no mercado tende, de acordo com o país, a diminuir consideravelmente se consideramos o impacto distributivo das políticas sociais.

O Estado de bem-estar reorganizou as bases da estratificação social e da distribuição de bens, reduzindo os níveis de desigualdade, e as condições de vida deixaram de depender, em parte, da inserção no mercado de trabalho. Acompanhando essa tendência, cresceu o número de funcionários públicos cujas condições contratuais (em geral, incluem estabilidade de emprego e um empregador *sui generis*, o Estado) criaram um estrato social com características corporativas diferenciadas.

No caso de países em desenvolvimento, como o Brasil, o papel redistributivo do Estado é menor. Além disso, o impacto distributivo da ação do Estado não pode ser

⁸ Sobre o Estado-providência, ver Celia Kerstenetzky, *O Estado do bem-estar social na Idade da Razão* (Rio de Janeiro: Elsevier, 2012). Disponível em: <www.researchgate.net/publication/324805251_KERSTENETZKY_Celia_-_O_Estado_do_Bem-Estar_Social_na_Idade_da_Razao_2012>. Acesso em: 7 maio 2020.

medido usando apenas uma contabilidade de fluxos financeiros. Por exemplo, enquanto parte da população tem acesso ao sistema de esgoto, água potável, gás, eletricidade, coleta de lixo e ruas pavimentadas — todos investimentos realizados pelo Estado —, uma significativa porcentagem da população continua excluída desses serviços básicos.

DA DEFESA DO CONSUMIDOR AO MEIO AMBIENTE

A defesa do consumidor tem uma matriz jurídica similar ao direito do trabalho: trata-se de questionar contratos em que as partes apresentam condições desiguais de poder. Essa desigualdade pode levar ao controle monopólico de mercados, impor contratos de adesão em que o consumidor não tem alternativa senão aceitar os termos determinados, ou que empresas vendam produtos que não condizem com a qualidade prometida.

O movimento de defesa dos direitos do consumidor teve origem no fim do século XIX, nos Estados Unidos, como uma luta contra o poder político dos grandes grupos econômicos e sua influência e favoritismo pelo governo. No início, se concentrou nas práticas tarifárias das grandes empresas de trens e no recebimento de terras públicas em condições favoráveis, e, posteriormente, já no século XX, orientou-se contra as empresas de energia, em particular da Standard Oil Company, que controlava parte importante do mercado de petróleo, de chumbo e de whisky. O Partido Antimonopólio dos Estados Unidos, criado em 1884 e de curta vida, assim como vários movimentos da época denominados populistas, além de lutar contra os monopólios, incluía em sua plataforma outras demandas, como eleição direta de senadores (na época eleitos pelos deputados estaduais), imposto de renda progressivo e direitos laborais dos trabalhadores.

Nas décadas seguintes, a legislação de defesa do consumidor foi estendida a todos os setores da economia. A defesa do consumidor se tornou objeto de ampla gama de órgãos de governo que regulam as concessões públicas, limitam práticas monopólicas, fiscalizam a liberação de medicamentos e a higiene e o conteúdo de produtos alimentícios, e controlam a qualidade e a adequação dos produtos às suas especificações técnicas.

A defesa do consumidor não se opõe à mercantilização, mas busca domesticar os termos em que os intercâmbios econômicos se realizam, limitando a capacidade de imposição das empresas das condições de venda e controlando a qualidade de seus produtos.

Mais recentemente, a defesa do meio ambiente passou a integrar as atividades reguladas pelo Estado. Para os ambientalistas, a preservação da natureza requer o controle das empresas e do sistema econômico, de forma que eles se subordinem às necessidades do crescimento sustentável. Em vez de se concentrar nas relações contratuais entre atores sociais, o objetivo é a preservação do bem comum, responsabilizando as empresas pelos danos ao meio ambiente. A demanda é que a lógica mercantil não esteja no comando da exploração e do emprego de recursos não renováveis ou poluidores, o que exige a desmercantilização parcial das decisões que afetam seu uso.

Como consequência do aumento da preocupação com o meio ambiente nas últimas décadas, o confronto em torno da mercantilização e desmercantilização passou a ter um novo eixo, a produção e o consumo de bens em termos de suas qualidades materiais, sociais, éticas e simbólicas. Trata-se de aumentar e de modificar o conteúdo ético dos produtos consumidos e a conduta dos consumidores, seja em termos de pegada ecológica, de comércio justo ou do tratamento dos animais. Se os direitos dos trabalhadores estavam associados às reivindicações dos sindicatos e dos partidos políticos, as lutas sobre o impacto ambiental e ético dos bens produzidos e comercializados são lideradas por ONGs (organizações não governamentais).

ATIVIDADES DE COORDENAÇÃO DO ESTADO

Além do impacto das lutas sociais, os sistemas de regulação, de controle e de monitoramento público das atividades do mercado se expandiram com a crescente complexidade das sociedades modernas (democráticas ou não). O Estado Moderno cumpre uma série de funções que vai além da mediação dos conflitos distributivos, levando à criação de novos organismos públicos especializados, inclusive em regimes autoritários, como ocorreu durante o regime militar no Brasil e na China capitalista sob controle do Partido Comunista.

Além de serviços sociais, como saúde e educação, e de obras públicas que o Estado assume ou terceiriza, são inúmeros os exemplos em que a função pública é chamada a intervir, a organizar, a autorizar, a inspecionar e a coordenar as atividades econômicas. Para nomear algumas dessas funções: vigilância sanitária, desenvolvimento de infraestruturas, organização do transporte público e do espaço aéreo, serviços e planejamento urbano, controle de medicamentos, regulação da oferta de moeda e do sistema financeiro, defesa civil e sanidade pública. Isso sem mencionar o

desenvolvimento científico e tecnológico, que em todos os países depende em boa medida do aporte de recursos públicos.

Posto em “economês”, as sociedades capitalistas, à medida que passam a ser cada vez mais complexas e introduzem novos produtos e inovações tecnológicas, aumentam exponencialmente as externalidades que devem ser reguladas ou assumidas pelo Estado. *Externalidades*, isto é, custos ou benefícios ocasionados a uma terceira parte que não participam da transação, não são definíveis a priori, e dependem da percepção dos cidadãos e sua vocalização política. Os veículos, por exemplo, são produzidos pelo mercado, mas a regulamentação de emissão de gases poluentes, de carteiras de motorista, da localização de rodovias, das sinalizações, do controle de velocidade, da poluição ou de assegurar o abastecimento estratégico de combustível dependem da atuação do poder público.

O próprio sistema empresarial demanda regulamentação — desde padronização técnica, classificações e normas de procedimento e protocolos —, muitas delas de caráter global — como as realizadas pela ISO, a Organização Internacional para Padronização —, e as mais diversas certificações nacionais — como apelação de origem controlada ou de selos de qualidade. O capitalismo, mais ainda o capitalismo democrático, para funcionar, exige uma expansão permanente das atividades do Estado.

Essas atividades fazem com que o raio de influência econômica do Estado seja muito mais amplo que o orçamento público, atingindo quase todas as atividades, e são alvo de interesses empresariais que procuram influenciar as decisões, fazendo uso de lobbies, financiamento de campanhas políticas, “portas giratórias” (a circulação de funcionários do setor público para o privado ou vice-versa) e corrupção direta de funcionários públicos.

O do liberalismo clássico, orientado pelo mercado, é uma construção puramente teórica. Na história efetiva das nações a “mão invisível” do mercado foi uma mão bastante visível, que usou o Estado para impulsionar os interesses de grupos empresariais. As atividades de coordenação do Estado indicam que o liberalismo econômico, que acredita em um Estado minimalista e na autossuficiência do mercado para organizar as relações de produção e de distribuição, é uma miragem, um modelo intelectual que não reflete as exigências do funcionamento das sociedades capitalistas.

BREVE HISTÓRICO DA ASCENSÃO DO ESTADO DE BEM-ESTAR

Os processos de universalização dos “bens básicos” nos países desenvolvidos não foram um processo linear e seguiram trajetórias variadas em cada sociedade. Devemos falar, portanto, de diversos modelos de democracias e de capitalismo ou de tipos de capitalismo democráticos e de Estados de bem-estar.

A expansão do Estado de bem-estar, também chamado de Estado-providência ou de “economias sociais de mercado” — conceito introduzido pelo partido democrata-cristão alemão —, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, percorreu um longo caminho marcado por circunstâncias excepcionais as quais, junto às lutas sociais e sindicais, influenciaram outros fatores, como a necessidade de fazer um contraponto ao comunismo e os efeitos da mobilização da população em duas guerras mundiais. O povo que lutou pela pátria exigiu sua recompensa em tempos de paz. Lembremos que Winston Churchill, apesar do prestígio de ter liderado o país na Segunda Guerra Mundial, foi derrotado nas eleições de 1945 pelo Partido Laborista (numa triste campanha eleitoral em que Churchill agitou a bandeira do perigo comunista que representaria a ascensão dos laboristas ao governo).

O Estado de bem-estar aglutinou a sociedade em torno do Estado Nacional, provendo uma série de bens coletivos, que incluem a regulação das relações laborais, os serviços públicos e as políticas sociais, que conformam um substituto funcional da propriedade individual e asseguram aos indivíduos e às famílias condições básicas de vida e uma rede de apoio em situações de desemprego ou de incapacidade.

Nos Estados Unidos, uma sociedade que nasceu capitalista e, portanto, sem o peso da herança das sociedades estamentais europeias, a distância social sempre foi menor e as relações mais igualitárias (entre os brancos). À ideologia do *self-made man*, que cria a expectativa de que qualquer pessoa pode atingir qualquer posição social, e a introdução pioneira da produção de consumo de massas permitiu, a integração de setores de trabalhadores nos estilos de vida associados às classes médias.

Nem por isso o Estado não teve papel importante na formação da sociedade estadunidense contemporânea. As políticas sociais de Franklin D. Roosevelt na década de 1930, sob o impacto da grande recessão de 1929, garantiram uma renda mínima para os setores mais pobres da população, instaurou o salário mínimo, diminuiu a jornada de trabalho e criou o seguro-desemprego e o seguro-aposentadoria. Essas medidas foram expandidas no governo de Lyndon B. Johnson, nos anos 1960, embora as coberturas das políticas sociais não alcancem o nível dos países europeus, e o

mercado e os valores a ele associados continuaram fundamentais na construção da narrativa nacional e na legitimação do sistema político.

Na Europa do pós-guerra, a população rural foi incluída nas políticas sociais, atingindo o conjunto da população; enquanto o modelo social dos Estados Unidos permaneceu mais precário e segmentado, sobretudo na área da saúde e da educação. As diferenças entre os Estados Unidos e a Europa se refletem também na administração de grandes empresas. Nos Estados Unidos, predomina a lógica financeira do *shareholder* (acionista), que procura a maximização do ganho imediato pela valorização e pelo lucro distribuído das ações. No capitalismo europeu, em particular na Alemanha, e também no Japão, cada país com características próprias, a lógica do *shareholder* é limitada pela lógica do *stakeholder* (as partes interessadas), com a participação de funcionários — e/ou sindicatos na administração —, com uma visão estratégica de gestão centrada na sobrevivência das empresas a longo prazo.

O “MERCADO”

O mercado e a propriedade privada são instrumentos fundamentais de coordenação das atividades econômicas, de determinação de oferta e demanda e de fixação de preços, de decisões de investimento e de motivação dos agentes sociais. O mercado é um instrumento a serviço da sociedade, sem dúvida central, mas não um dogma teológico do qual devemos só nos afastar em situações excepcionais. O livre jogo do mercado não assegura um ponto socialmente aceitável de distribuição da riqueza social, não encontra soluções para os conflitos distributivos, não assegura o crescimento de forma automática e, menos ainda, aponta saídas para as situações de crise econômica.

Foram decisões políticas que tornaram educação, saúde, previdência, transporte público, serviços urbanos, eletricidade e água — para indicar os setores mais importantes — em serviços oferecidos por organismos públicos ou por empresas privadas com preços regulados pelo Estado (com enormes variações entre os países e os momentos históricos, desde concessões com preços regulados ao emprego de subsídios cruzados).

O mercado e os diversos interesses que o perpassam se viabiliza e organiza por meio de normas legais, instituições e políticas públicas. Assim, a distribuição da riqueza social está sempre associada tanto aos mecanismos de negociação contratual quanto aos arranjos institucionais, que refletem a cultura política, a estrutura do Estado e das empresas, e a correlações de forças sociais.

Os mercados, portanto, não são uma entidade naturalmente virtuosa ou nefasta, nem refletem modelos teóricos ideais. Eles assumem as mais variadas formas, são fragmentados e estão crivados por relações internas de poder que sofrem mudanças permanentes pela ação de atores sociais e políticos. Os modelos idealizados por algumas teorias econômicas, que os representam como um mecanismo impessoal dentro do qual agem uma miríade de empresas em condições equitativas de competição e de informação, são distantes da realidade, em que prevalece o poder associado à concentração econômica, ao acesso diferencial à informação e à capacidade de exercer influência nas decisões do Estado, o poder dos sindicatos e a agenda dos governos.

A princípio, o mercado não determina o tipo de propriedade das partes envolvidas, apesar da tendência de tratar a propriedade privada como sinônimo de mercado. E, mais recentemente quando jornais mencionam a “opinião dos mercados”, em realidade se referem geralmente aos mercados financeiros, que não representam o conjunto de setores envolvidos no mundo mercantil. Se algumas de suas reivindicações são relevantes para o conjunto do empresariado, as políticas que eles promovem têm na maioria das vezes um foco específico, a rentabilidade de curto prazo de seus ativos. Situação que leva a situações em que os “mercados” estejam satisfeitos com uma situação econômica em que a bolsa sobe exponencialmente enquanto a economia apenas cresce e a desigualdade aumenta.

A maior eficiência das empresas privadas frente a empresas estatais não é um dogma generalizável para todas as situações, em que os mercados assumem características específicas, em particular em setores nos quais devem ser asseguradas uma demanda universal e igualitária, como são os casos da saúde pública ou da educação. Em certos casos serviços públicos podem ser concedidos ou terceirizados para o setor privado sem colocar em risco o bem comum, o que exige mecanismos regulatórios que assegurem transparência e controles que evitem a formação de quadrilhas público-privadas, em que se interligam empresários, políticos e funcionários públicos.

Entre as demandas dos diferentes grupos pela apropriação de uma parte da riqueza social e os limites da realidade econômica existe uma variedade enorme de arranjos. O que não significa que qualquer um seja possível, e os economistas têm papel fundamental para mapear e interpretar os dados econômicos e desenhar políticas viáveis. Mas quem “pagará a conta” é uma decisão que corresponde ao âmbito da vida política, pois não sendo normativamente neutra, se encontra além do domínio da teoria econômica.

3. REMERCANTILIZAÇÃO: A CONTRARREFORMA NEOLIBERAL

O que é chamado de forma genérica — por vezes imprecisa e, quase sempre, com conotação negativa — de neoliberalismo é, na realidade, um amplo processo histórico que se inicia nos anos 1970 e se estende até os dias atuais, em que transformações sociais e a ação ativa de diversos agentes políticos convergiram no sentido de procurar remercantilizar as relações sociais que foram total ou parcialmente desmercantilizadas.

Como todo processo histórico, passa por avanços e retrocessos — com características próprias em cada país —, e convive com novas tendências, em particular as associadas às lutas pela proteção do meio ambiente.

O novo impulso do liberalismo econômico começou no fim dos anos 1970, no governo de Margaret Thatcher, seguido pelo governo Reagan — e promovido precocemente pela ditadura de Augusto Pinochet no Chile — e já dura quatro décadas, período ao qual foram se somando e acumulando novas realidades políticas, econômicas e sociais inexistentes nos seus primórdios. Indicaremos os principais elementos, muitos deles inter-relacionados, e as consequências da contrarreforma neoliberal, que desembocou no estado atual de crises políticas do capitalismo democrático.

A CRISE FISCAL DO ESTADO DE BEM-ESTAR

O novo impulso do liberalismo econômico começou no fim dos anos 1970, no governo de Margaret Thatcher, seguido pelo governo Reagan — e promovido precocemente pela ditadura de Augusto Pinochet no Chile — e já dura quatro décadas, período ao qual foram se somando e acumulando novas realidades políticas, econômicas e sociais inexistentes nos seus primórdios. Indicaremos os principais elementos, muitos deles inter-relacionados, e as consequências da contrarreforma neoliberal, que desembocou no estado atual de crises políticas do capitalismo democrático.

Entre as principais propostas, defendiam a diminuição de impostos, disciplina fiscal, uma menor regulação do mercado laboral, do mercado financeiro e do uso do solo urbano, a valorização da livre iniciativa e da meritocracia e a transferência para

a família e para organizações da sociedade civil a responsabilidade com os cuidados de doentes, idosos e incapacitados.

Essa nova orientação foi teorizada por economistas — em particular ligados a instituições internacionais —, que diagnosticaram uma crise fiscal do Estado de bem-estar, produto de alterações demográficas (aumento da longevidade e diminuição da natalidade, com a consequente transformação da pirâmide etária, de modo que o sistema providencial, segundo o qual a geração mais jovem assumiria os custos da mais velha, seria insustentável) e do crescimento exponencial dos gastos públicos em saúde, agravados pelo aumento da taxa de desemprego. Eles propunham a privatização, pelo menos parcial, de certos serviços públicos, a diminuição de impostos, mudanças na legislação previdenciária, uma menor regulação pública, a quebra dos monopólios públicos e a privatização das empresas estatais, a transferência para os indivíduos da administração de seus fundos de previdência social e reformas na governança do setor público inspiradas na experiência do setor privado, de medição e avaliação da eficiência no emprego dos recursos do Estado e do funcionalismo público.

As políticas econômicas liberais foram agentes, mas também produtos, das profundas transformações que se gestaram no interior das sociedades e nas relações de força entre os diversos atores sociais e que se fortaleceram com a queda do comunismo. O fim do comunismo limitou a disposição das classes dominantes de realizar concessões aos trabalhadores pelo temor que fossem atraídos por outro ideal de sociedade, que, apesar de suas enormes limitações, não deixava de exercer um papel no imaginário de amplos setores da população. Não podemos nos esquecer que, desde que Bismarck implementou reformas sociais para se contrapor ao avanço do socialismo, no século xx o medo de revoluções comunistas foi um dos fatores para que os grupos econômicos dominantes se dispusessem a aceitar os avanços dos direitos sociais.

O Estado-providência sofreu um duplo questionamento: no topo, pela busca das empresas por maior competitividade internacional e crescente influência do capital financeiro internacional pressionando os Estados nacionais por orçamentos equilibrados; e, na base, pelo crescente distanciamento das classes médias em relação ao Estado de bem-estar pelo aumento de impostos e perda de apoio político dos partidos socialdemocratas, pela diminuição do peso dos trabalhadores industriais com a expansão da importância do setor de serviços, levando à redução de poder dos sindicatos. Para exemplificar, nos Estados Unidos, a força de trabalho na indústria encolheu de 25% em 1946 para 8,5% na atualidade.

Nos países desenvolvidos, o que passou a ser chamado de neoliberalismo foi, do ponto de vista político, um movimento de promoção do liberalismo econômico em reação aos avanços do Estado-providência e da crescente regulação da economia pelo Estado. O neoliberalismo procurou dismantlar os pactos sociais que sustentaram a construção do Estado de bem-estar pela promoção do individualismo possessivo. O epicentro de sua crítica é o aumento excessivo dos gastos públicos.

Certamente a relação entre as demandas fiscais do Estado e as do setor empresarial exibem uma dimensão conflitiva, pois a pressão fiscal afeta o investimento e os lucros. Mas a relação entre ambos não é mecânica. Em primeiro lugar, porque pelo menos parte dos recursos públicos retornam ao setor privado na forma de ganhos de produtividade pela oferta de mão de obra mais qualificada, pelos investimentos em ciência e tecnologia e pelo desenvolvimento de infraestrutura e pelo consumo. Em segundo, porque se o aumento do gasto público pode, em algum momento, chegar a tolher o setor privado, não existe um ponto fixo de rompimento, como apresentam as diversas situações nos países avançados, onde, por exemplo, Dinamarca, Finlândia e Bélgica, o Estado se apropria de mais de 50% do produto nacional, e o setor público representa entre 20% e 30% do total de pessoas empregadas.

CONVERGÊNCIA E A CRISE DOS PARTIDOS TRADICIONAIS

A socialdemocracia domesticou o impulso revolucionário dos setores populares, e a direita liberal o fez com o nacionalismo e o fundamentalismo religioso, que na Europa do século xix e da primeira metade do século xx se aliaram em cruzadas autoritárias, saudosas de tradições que seriam destruídas pelos ventos do progresso.

O avanço do neoliberalismo e da correlação de forças que o sustentava levou a uma reorientação e a divisões internas tanto nos partidos da direita tradicional quanto nos da esquerda. O diagnóstico da crise do Estado de bem-estar foi assumido, com diferenças de ênfase, por quase todos os partidos do espectro político (a reforma que liberalizou o mercado laboral na Alemanha foi feita por Gerhard Schröder, um social-democrata). Além da redução do déficit fiscal, argumentavam que seria necessário se adaptar às exigências de uma inserção competitiva no mercado internacional, o que incluía, além de reformas na carga e estrutura fiscal do Estado, mudanças na legislação trabalhista, flexibilizando os contratos de trabalho.

O efeito da convergência das políticas econômicas de partidos de esquerda e de direita foi que ambos passaram a ser cadeias de transmissão de demandas de ajustes

exigidos por economias cada vez mais abertas, que deviam assegurar às suas empresas competitividade internacional e atrair capitais estrangeiros. Esse novo contexto determinou que a narrativa “tecnocrática”, que transforma a ação do governo em braço executor do conhecimento de especialistas que se apresentam como técnicos normativamente neutros (em geral economistas), passasse a ocupar lugar central no discurso, na agenda e na ação dos diversos partidos políticos.

A promoção de valores associados ao neoliberalismo colocou o tema da “eficiência” no centro das agendas políticas. A eficiência, entendida como o melhor uso dos recursos disponíveis, é um instrumento fundamental para melhorar a gestão, a transparência, o controle de gastos e a qualidade dos serviços e do trabalho dos funcionários públicos. Ao mesmo tempo, será sempre uma ferramenta, não podendo ser dissociada dos valores e do tipo de atividade ao qual se aplica. Se a procura de maior eficiência dos gastos e dos serviços prestados pelo Estado é um objetivo necessário e louvável, ela deve ser medida em função de suas consequências para o bem comum (ao contrário do setor privado, em que ela é pensada em termos de competitividade e de maximização de lucros), ou seja, deve ser revertida em melhoria das condições de vida da população.

Da mesma forma, se a valorização monetária da iniciativa e do mérito pessoal não pode ser excluída, tampouco pode ser o único critério de distribuição da riqueza social. Áreas que são fundamentais para a sociedade e para o crescimento econômico, como a pesquisa científica, não funcionam sob os mesmos pressupostos e com as mesmas motivações do mercado. São esforços de longo prazo cuja recompensa não é monetária. Afinal, quanto deveria ganhar aquele que descobriu a penicilina ou quem criou a vacina contra a poliomielite? Ou funcionários públicos que se dedicam às suas funções muito além das atribuições formais ou estadistas que avançam políticas que permitem a melhoria substancial da qualidade de vida da sociedade ou põe fim a conflitos históricos?

O mérito igualmente exclui boa parte da população, que vive a experiência do mercado de trabalho como um funil, no qual o sucesso muitas vezes é predeterminado pela família em que se nasceu ou por fatores que estão fora do controle dos indivíduos, como o destino da empresa para a qual se trabalha ou a dificuldade de se encontrar emprego à medida que a idade avança. E se o mérito deve ser recompensado, não deixa de ser igualmente válido argumentar que as pessoas meritórias devem compartilhar seus ganhos com a sociedade, cujo esforço coletivo cria as condições que tornaram possível o enriquecimento pessoal.

A POLÍTICA DA FINANCEIRIZAÇÃO E RECOMODIFICAÇÃO

A transformação promovida pelo neoliberalismo não pode ser dissociada das transformações denominadas de “financeirização” da sociedade. O cálculo monetário é uma característica do capitalismo desde suas origens, e o papel central das relações financeiras se expressa nas mais diversas instituições do sistema político, jurídico e econômico: o monopólio do Estado sobre a emissão de moeda e regulação do sistema financeiro, o direito comercial e o sistema bancário que articula poupança e crédito e irriga a circulação monetária.

As “políticas de financeirização” são um fenômeno novo, caracterizado pela centralidade que os mercados, instituições, produtos e ganhos financeiros passaram a ter na orientação econômica dos Estados, dos agentes econômicos e no uso de produtos financeiros pela população. Um processo associado à desregulação e internacionalização dos mercados financeiros e à expansão de intermediários financeiros que atuam à margem do sistema bancário. Esse setor, denominado de *shadow banking* (sistema financeiro paralelo, que inclui bancos de investimento, seguradoras e administradores de fundos), controlava em 2019 um valor superior ao do sistema bancário.⁹ Especializados em criar produtos financeiros que prometem maior rentabilidade, muitas vezes alavancados e opacos para o investidor, e que se encontravam na origem da grande recessão global que deu início em 2008.

Se a financeirização é impulsionada por setores que lucram com ela, o fenômeno também está ligado à existência de um montante crescente de recursos financeiros privados que encontram limitada demanda de crédito na economia real dos países avançados, pelo baixo crescimento econômico, à tendência à estagnação demográfica e à ampliação da desigualdade social, que determinam a expansão do consumo. Tendências que podem encaminhar à consolidação de longa duração de taxas de juros baixas (inclusive inferiores à inflação). Situação que leva, de forma crescente, a pequenos poupadores, que recebem taxas de juros reais negativas, a procurarem por “produtos financeiros inovadores”, alimentando o *shadow banking* e a formação de novas bolhas especulativas. Algumas dessas bolhas, como o mercado de arte, são irrelevantes à maior parte da população, porém, não é o caso quando capital financeiro se dirige ao mercado imobiliário, inviabilizando a compra de moradia e aumentando

9 Ver relatório realizado pelo FMI (Fundo Monetário Internacional). Disponível em: <www.imf.org/en/Publications/GFSR/Issues/2019/10/01/global-financial-stability-report-october-2019>. Acesso em: 7 maio 2020.

o aluguel nas grandes cidades ou quando a poupança de uma vida desaparece nos escombros de produtos financeiros malsucedidos.

A financeirização atua, sobretudo, no sentido de remercantilizar espaços sociais que foram total ou parcialmente desmercantilizados, agindo num triplo sentido: a) procurando novos espaços de atuação do capital financeiro; b) maximizando a rentabilidade financeira das empresas no menor prazo possível, procurando eliminar outros critérios de interesse social; c) criando novas áreas de comodificação.

Assim, o capital financeiro procura áreas de investimento em serviços públicos (como saúde, educação, infraestrutura, previdência) para geri-los dentro de uma lógica de rentabilização. Essa penetração do capital privado em setores de serviços públicos é justificada em nome da necessidade de recursos de investimento e de maior eficiência dos gestores privados. A previdência, pelos montantes financeiros e pela afinidade com o know-how do setor, é extremamente atrativa ao setor privado. O caso mais radical de privatização da previdência social, realizada no Chile durante a ditadura militar, em que o princípio de um seguro solidário de responsabilidade coletiva foi substituído por um sistema de capitalização individual, mostrou-se um desastre (a medida não foi aplicada nas Forças Armadas chilenas, então no comando do país, pois preferiram permanecer no antigo sistema solidário...).¹⁰

Em muitos casos de serviços públicos básicos, como o fornecimento de água ou a eletricidade, quando orientados por uma lógica puramente mercantil, leva ao corte de serviços para usuários com pagamentos em atraso, sem considerar os problemas pelos quais estão passando. Sistemas de transporte ou correios privatizados eliminam localidades “não lucrativas”, e na área da saúde a privatização pode ter papel complementar, mas, sem os devidos cuidados, pode se transformar em serviços de triagem que encaminham para o setor público os casos cujo tratamento é mais oneroso.

Formas de gestão do setor privado podem seguramente ser aproveitadas em serviços públicos e em várias áreas, como infraestruturas, a presença do capital privado

¹⁰ Em dezembro de 2018, 50% dos 684 mil aposentados que receberam pensão de acordo com a idade (a modalidade que mais concede o benefício) obtiveram menos de 151 mil pesos chilenos (135 mil se a Contribuição Estadual para a Pensão de Solidariedade não for incluída). Mesmo entre as pessoas que contribuíram entre 30 e 35 anos, 50% receberam uma pensão inferior a 296332 pesos chilenos, valor ligeiramente superior ao salário mínimo no final de 2018, mas inferior ao salário mínimo atual. (O peso chileno em 2018 valia em torno de 700 pesos/dólar. Essa grave crise previdenciária é acentuada no caso das mulheres, uma vez que 50% das 394643 aposentadas por idade avançada recebem uma pensão inferior a 138 mil pesos chilenos (107 mil pesos se a Contribuição Solidária para a Seguridade Social não estiver incluída) e a pensão mediana para quem contribuiu entre 30 e 35 anos, ou seja, quase toda a vida laboral, atinge apenas 281722 pesos chilenos. Disponível em: <www.fundacionsol.cl/estudios/pensiones-bajo-el-minimo>. Acesso em: 7 maio 2020.

se faz necessária. Não se trata de esperar atos de caridade por parte do capital privado, mas de assegurar que os mecanismos de regulação, os contratos e o monitoramento garantam que a procura de rentabilidade não leve a desvios em relação ao objetivo de oferecer um “bem social” universal ao menor preço possível. Tarefa que enfrenta o desafio de limitar a enorme penetração das empresas prestadoras de serviços no sistema político e instituições públicas.

A financeirização leva da mesma forma ao predomínio do cálculo financeiro na organização do setor privado. Na gestão das empresas, representa a predominância da lógica do *shareholder* frente à do *stakeholder*, que, como já indicado, leva a uma gestão de remuneração dos executivos que recebem ações e bônus pelos lucros gerados.

O segundo caminho seguido pela desmercantilização é transformar o mundo laboral, eliminando no contrato de trabalho a corresponsabilidade da empresa em relação a seus funcionários (em forma de garantias em casos de problemas de saúde, compartilhando custos sociais, investindo na sua formação e oferecendo uma carreira). Inicialmente promovida por meio da terceirização e por contratos individuais de serviços de autônomo, se acelerou pelo fenômeno conhecido como *uberização* ou economia Gig. Nos empregos Gig, as empresas se apresentam como “plataformas tecnológicas”, em que os “cadastrados” colocam à disposição seus instrumentos de trabalho (moto, carro, bicicleta, conhecimentos específicos), e a “plataforma” distribui a demanda, define os valores pelos serviços prestados e cobra uma comissão pela intermediação entre cadastrado e usuário.

Para se eximir de qualquer responsabilidade trabalhista, as plataformas realizam uma verdadeira revolução orwelliana. Em vez de funcionários, os prestadores de serviço são denominados “parceiros”; o contrato de trabalho dá lugar a um “contrato sobre os termos de uso”; não garante uma renda mínima, e sim “volume de faturamento”; e o “fim de relacionamento” substitui a demissão. A plataforma se exime de qualquer responsabilidade sobre acidentes durante o serviço (frequentes nos serviços de entrega, já que sua renda depende da quantidade de entregas realizadas), sobre direitos sociais, sobre convalescência médica etc. Um sistema que transfere para o Estado os custos sociais e deixa os “parceiros” e os consumidores à mercê das circunstâncias.¹¹

¹¹ Em 1º de janeiro de 2020, perdi um objeto numa corrida feita num carro da Uber. Tentei entrar em contato com o motorista via site da empresa, mas pediram para deixar o telefone. Não fui contactado. Entrei novamente no site, na seção “Correspondente”, em que está escrito que “Os motoristas não têm contrato com a Uber, portanto, eles não são responsáveis por itens esquecidos nas viagens”. Além de a frase não ter lógica (que a Uber não tenha contrato e por isso o motorista não é responsável pelos pertences dos usuários), não explica por que a empresa não divulga o telefone do motorista. O objetivo é claro, declarar que a Uber não tem responsabilidade nem compromisso tanto com o motorista quanto com o cliente.

A economia Gig é um fenômeno em expansão, e com a crescente automação e limitadas oferta de empregos o uso de plataformas, em que pessoas vendem “porções” de seu tempo para realizar os mais diversos serviços, apresenta-se como a principal figura do trabalho no futuro. Nesse novo modelo de trabalho, o prestador de serviços tem status de autônomo, em geral, ganha menos que o empregado contratado para realizar o mesmo serviço e, além disso, não recebe os benefícios sociais. Um sistema no qual os trabalhadores (ou devemos chamá-los “parceiros”?) têm pouca ou nenhuma relação entre si, não têm acesso aos dados de contato daqueles que trabalham na mesma plataforma (dados que a empresa obviamente não compartilha), e, portanto, com chance mínima de se agrupar para defender seus interesses. Teremos, assim, de um lado grandes empresas (muitas delas globais) e, de outro, indivíduos isolados, sem condições de negociação.

Será a realização do sonho do mercado laboral do liberalismo econômico, em que as empresas não assumem responsabilidade alguma sobre o trabalhador nem obrigações sociais perante o Estado. No lugar das negociações e da procura de acordos entre sindicato e patrões teremos explosões sociais com resultados imprevisíveis, pois ela alimenta uma crise fiscal do Estado que não terá recursos para pagar a previdência social.

A internet não só permitiu a globalização da oferta de serviços que podem ser realizados on-line, como também transformou o funcionamento dos mercados de produtos, criando *marketplaces* globais como a Amazon e a Alibaba, permitindo que pequenas empresas possam atingir públicos antes inacessíveis enquanto o comércio tradicional, de rua, entrou em declínio.

Transformações sociais profundas produzidas por revoluções tecnológicas exigem soluções institucionais que atualizem o pacto de convivência social, associando a promoção do empreendedorismo com políticas sociais que sejam adaptadas às novas circunstâncias. As atuais formas de relações de trabalho devem levar à reinvenção dos sindicatos (como a iniciativa da Freelancers Union,¹² nos Estados Unidos) e do direito do trabalho, certamente com formatos diferentes do período precedente, mas que permanecem fundamentais para compensar as relações assimétricas de poder e a viabilidade do edifício do Estado-providência.

Por fim, não podemos deixar de mencionar o surgimento de uma recente área de mercantilização, sobre a qual retornaremos, a das informações pessoais — que transmitimos cada vez que navegamos na internet ou aplicativos que absorvem

12 Disponível em: <www.freelancersunion.org>. Acesso em: 7 maio 2020.

informação do usuário sem que ele tenha conhecimento —, que coloca o direito à privacidade e o uso e acesso aos grandes bancos de dados no centro dos debates sobre o futuro da democracia.

CRISE DO ESTADO-PROVIDÊNCIA E A DESIGUALDADE SOCIAL

O Estado-providência permanece ocupando lugar central em todos os países, porém, em vários deles, foram introduzidas formas de copagamento ou de planos complementares para usuários de serviços de saúde, aumentaram as taxas de matrícula nas universidades, e, em alguns casos, setores foram privatizados, como transporte público, o que levou ao aumento no preço das tarifas. A política com maior efeito regressivo foi a tributária, crescendo a importância dos impostos sobre o consumo e diminuindo a taxa de lucros das grandes empresas e dos indivíduos.

Ainda assim, o papel distributivo das políticas sociais na Europa, apesar do aumento da desigualdade pela concentração da riqueza, continua sendo bastante efetivo. Em 2017, a desigualdade de renda entre a faixa dos 10% mais ricos e dos 50% da base da pirâmide diminuiu após impostos e transferências em 29% na Europa Ocidental e 23% na Europa do Sul e do Norte (nessas duas regiões, em especial na última, a desigualdade inicial de renda é menor).¹³ O resultado da concentração de patrimônio e renda no topo dos 10% e a estabilidade da proporção da riqueza apropriada pelos 50% de menor renda levaram a um crescimento menor da renda dos 40% restantes, ou seja, houve o achatamento das classes médias.

Nos Estados Unidos, o aumento da desigualdade foi muito mais acentuado, em particular pela concentração de renda no 1% mais rico da população. No período entre 1980 e 2017, a renda do 1% mais rico passou de 10% para 20% do total da renda nacional. No mesmo período, os 50% com menor renda diminuiu quase pela metade sua participação na renda nacional. Em outras palavras, eles não tiveram praticamente nenhum benefício do aumento da riqueza do país nos últimos quarenta anos. As classes médias (40% da população) tiveram um crescimento de renda menor que o crescimento da riqueza nacional. Ou seja, a renda de 90% da população apresentou um crescimento menor do que o conjunto da economia.

13 Blanchet, T.; Chancel, L.; Gethin, A. “Has the European Social Model Withstood the Rise in Inequalities?”. Paris, 2019. Disponível em: <<https://wid.world/document/european-inequality-wil-summary-2019-en-pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

O impacto do aumento da desigualdade nos Estados Unidos chega a ser dramático se considerarmos que a expectativa de vida da população caiu nas últimas décadas, e que a diferença de expectativa de vida entre uma mulher pobre e uma mulher rica passou, em trinta anos, de 3,9 para 13,6 anos.¹⁴ Levando em conta que as expectativas sociais de consumo são definidas pelo nível de riqueza do país, o aumento da desigualdade se expressou num crescimento significativo do sentimento de privação relativa.

Se considerarmos o patrimônio no lugar da renda, a desigualdade cresceu tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, onde 50% da população de menor renda quase não tem participação relevante no total do patrimônio das famílias, e os 10% mais ricos possuem 75% da riqueza nacional em mãos privadas, como indicam relatórios recentes do Deutsche Bank e da McKinsey.¹⁵

Esses dados, embora fundamentais, não dão conta dos movimentos tectônicos no interior da sociedade, seja entre gerações — com a maioria dos jovens ganhando menos que seus pais quando tinham a mesma faixa etária —, do surgimento de uma faixa de desempregados crônicos ou de grupos sociais que perderam suas posições relativas, seja de renda e/ou de status. Entre eles, os operários industriais e setores de serviços eliminados pelo deslocamento da produção para outros países, a automação e o impacto das novas tecnologias, tais como setores de mineração ou de metalurgia, ou o desaparecimento de diversos serviços, como o caixeiro-viajante que recebia pedidos dos comércios, substituídos por um aplicativo que contata o comerciante diretamente com o distribuidor.

A grande recessão de 2008, que levou ao aumento do desemprego, da desigualdade e ao endividamento público, continua afetando muitos setores da população. Inclusive em economias que nos últimos anos conseguiram diminuir o desemprego, como a dos Estados Unidos ou a da Inglaterra, boa parte dos novos empregos gerados são de baixa qualidade e baixa remuneração. Os efeitos da desigualdade convergem com tendências de longa duração, associadas à estagnação demográfica e ao aumento de expectativa de vida, limitando o crescimento econômico.

Os jovens constituem o grupo mais afetado, pois enfrentam um duplo problema: os custos de moradia — seja de aluguel, seja de compra — e a instabilidade laboral e

14 “Inequality: A Persisting Challenge and its Implications”, McKinsey Global Institute. Disponível em: <www.mckinsey.com/industries/public-sector/our-insights/inequality-a-persisting-challenge-and-its-implications>. Acesso em: 7 maio 2020.

15 McKinsey Global Institute op. cit., Hooper, P. et al. “US Income and Wealth Inequality”. Nova York: Deutsche Bank, 2018. Disponível em: <www.db.com/newsroom_news/Inequality_Jan2018.pdf>. Acesso em: 7 maio 2020.

limitada oferta de empregos de qualidade. Situações que os levam a depender mais das famílias para se sustentar, aumentando o número dos que permanecem ou dos que retornam à casa dos pais já na vida adulta. O resultado é paradoxal, pois o argumento a favor da redução das aposentadorias pois seu custo será insustentável, e que deveria mobilizar o apoio dos setores mais jovens da população, choca-se com a realidade de que os mais velhos servem de apoio para filhos e netos.

O discurso econômico neoliberal se transformou no epicentro do debate político e ideológico dos países capitalistas democráticos. A crise financeira internacional de 2008 levou muitas nações a um endividamento do qual não se recuperaram, e a promoção de políticas de austeridade fiscal agravou a desigualdade social e aumentou o contingente da população de baixa renda.

O processo de implosão do sistema partidário tradicional, que será analisado no próximo capítulo, é, em boa medida, consequência das políticas neoliberais que ocasionaram um aumento da desigualdade social pela capacidade dos grupos mais ricos de abocanhar boa parte dos ganhos gerados pelo crescimento econômico, em particular no período de 1980 a 2019.

CRESCIMENTO ECONÔMICO E DESIGUALDADE

Embora considerado meio e não fim, a avaliação dos governos nas sociedades modernas depende, em grande medida, da capacidade de gerar crescimento econômico, e, no caso das democracias, os resultados devem acompanhar, no possível, o calendário eleitoral. Políticas distributivas são possíveis sem crescimento, mas não são sustentáveis sem ele. O crescimento econômico pode não ter efeito distributivo, mas quando sustentado, pode melhorar a renda individual do conjunto da população.

O desenvolvimento econômico leva a mudanças sociais que transformam o patamar das expectativas do “mínimo comum” ao qual toda a população deveria ter acesso. A renda que define o “nível de pobreza” não é o mesmo em Angola, no Brasil ou nos Estados Unidos. Esse “mínimo civilizatório” inclui bens e serviços, em geral com conteúdo científico e tecnológico (sobretudo os relacionados à saúde, à comunicação e à educação), que mudam de acordo com o nível de riqueza do país.

O efeito de “derrame” produzido pelo crescimento econômico, em particular em situações que aumentam a desigualdade social, pode ser insuficiente para a população obter uma renda que para alcançar o “mínimo civilizatório”. Nos Estados Unidos, como vimos, a expansão econômica teve como efeito o aumento da desigualdade o

ponto de a capacidade aquisitiva do salário básico se manter quase estagnada, enquanto foram acrescentados custos com serviços (telefonias celulares, internet, TV a cabo) antes inexistentes, sendo que os seguros de saúde, o ensino superior e os novos medicamentos apresentaram uma alta muito maior que a inflação.

Além do aumento de gastos, o custo de vida passou a incluir os cuidados com uma população com longevidade cada vez maior, de gastos com filhos que entram ainda mais tarde no mercado de trabalho, de preços de serviços (de dentistas a cuidados pessoais de uma sociedade de serviços em que a “aparência” é fundamental e deve ser assumida pelo funcionário), de custo de moradia — sobretudo nas grandes cidades onde há maior oferta e oportunidade de empregos —, em que o aumento dos aluguéis e o preço das propriedades foi superior ao aumento da renda de boa parte da população, afetando, principalmente, os mais pobres e os jovens.

A desigualdade afeta tanto o crescimento econômico quanto a estabilidade política e a qualidade de vida da população. O crescimento econômico com efeitos distributivos assegura a melhoria das condições de vida e faz com que a população sustente expectativas de mobilidade social, intra e intergeracional. A mobilidade social é o horizonte de esperança nas sociedades capitalistas democráticas, e quando ela se congela, ou mesmo regride, um profundo mal-estar social é produzido.

NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA

O neoliberalismo é um conceito que, dependendo de seu uso, pode ser uma forma de denominar um fenômeno político específico —, uma ideologia que procura reverter avanços em políticas sociais e regulação do mercado laboral —, mas também um slogan usado para desacreditar e para demonizar qualquer política econômica e social com a qual não se concorda, o que acontece com frequência na América Latina.

O termo “neoliberalismo” muitas vezes é utilizado pela esquerda para denunciar qualquer medida de governo opositor, inclusive as que visam aprimorar o funcionamento do Estado ou limitar privilégios descabidos de setores do funcionalismo. Numa região onde a inflação prejudicava os setores mais pobres da população, e as empresas estatais eram fonte de corrupção e de emprego para apadrinhados políticos, as políticas de responsabilidade fiscal, de estabilidade monetária e muitas privatizações — com particularidades em cada país — representaram um avanço democrático.

A modernização do Estado inclui controles efetivos sobre o cumprimento de horas de trabalho pelos funcionários públicos, a eliminação de entraves burocráticos desnecessários, o fortalecimento dos sistemas de controle social e a transparência das contas públicas, diminuindo as chances de corrupção. A modernização do Estado é uma condição necessária, ainda que insuficiente, para que seja um veículo de distribuição de renda e de serviços públicos mais hábeis.

A chamada desregulação é muitas vezes uma nova forma de regulação das atividades econômicas e do meio ambiente que favorecem os interesses empresariais. Porém, em alguns casos, como nos países latino-americanos, onde parte da regulação estava a serviço de interesses cartoriais ou de empresas públicas colonizadas por políticos e por grupos corporativos, a desregulação e privatizações em certas áreas representam um avanço que facilita a concentração dos recursos do Estado em suas atividades prioritárias e o funcionamento do mercado.

A esquerda latino-americana nunca foi sensível às necessidades de modernização do Estado, em parte porque estava (e ainda está) atrelada aos interesses corporativos dos funcionários públicos, ao uso da máquina pública para gerar empregos para seus militantes e a uma ideologia que iguala estatismo com justiça social.

Se enfatizamos as lutas pela desmercantilização, é porque elas são centrais na história das sociedades democráticas. Mas, como a história da América Latina mostra, nem todas as lutas contra a mercantilização são progressistas, ou que uma maior mercantilização é necessariamente um fenômeno regressivo. Muitas posições antimercantilistas estão associadas a visões reacionárias, ou à defesa de interesses corporativos ou de grupos que se beneficiam de rendas e de monopólios estatais. Facilitar as relações mercantis pode levar a maior produção, maior renda e melhor distribuição da riqueza social.

A legitimidade dos partidos políticos se sustenta na capacidade de prover melhores serviços sociais e assegurar que o crescimento econômico redunde no aumento da renda para amplos setores sociais. No Brasil, onde o mercado de trabalho só integra parte da população e oferece um salário insuficiente para cobrir as necessidades básicas, a expectativa dos setores mais pobres é de que o Estado as proteja; enquanto a classe média sente que os impostos pagos não revertem em benefícios de serviços públicos. Se a situação possui certas similitudes com todas as sociedades democráticas, o distanciamento da classe média dos serviços públicos (em particular na educação e na saúde) e a insatisfação com a segurança pública, atinge proporções qualitativamente diferentes, aumentando a polarização política. Os setores da classe

média se sentem atraídos por um discurso que exige “menos Estado”, quando o que está em jogo é um Estado que tribute de maneira mais adequada e progressiva, eliminando os mecanismos que favorecem certas categorias de pessoas jurídicas e de funcionários públicos e sendo mais eficiente.

PERSPECTIVAS

Apesar das políticas neoliberais o **Estado de bem-estar permanece sendo o horizonte das expectativas de direitos dos cidadãos das sociedades capitalistas avançadas, e é o ideal para grande parcela da população nos cantos mais variados do planeta.** O desafio atual é diminuir a desigualdade social gerada pelas políticas pró-mercado e pelas transformações no sistema produtivo, permitindo uma distribuição mais equitativa da riqueza social, aumentando o controle sobre a colonização do Estado por setores privados e corporações, desenvolvendo alternativas de emprego e de renda diante das transformações nas estruturas produtivas e de trabalho, incluindo atividades deslocadas para outros países ou automatizadas.

Entre as demandas do mercado e as demandas sociais existe um espaço de poder discricionário em que a política pode se encaminhar para respostas inovadoras. Discussões e experiências sobre uma renda universal mínima, em diversas versões, fazem parte de um intenso debate na Europa. Certo consenso indica que, embora venha a ser implementada, será uma solução parcial já que terá valor relativamente baixo e poderá ser usada para legitimar o desemprego crônico, excluindo de parte da população o sentimento de relevância social e o marco de sociabilidade e aprendizagem oferecido pelo trabalho.

A Dinamarca, seguida por outros países, avançou na proposta do *flexi-security*, que une uma legislação laboral flexível, facilitando aos empregadores a demissão de funcionários e dispondo de um seguro público aos desempregados, incentivando a procura de trabalho com cursos de formação e promove um diálogo constante entre as empresas e os sindicatos.

Já existem, e possivelmente haverá cada vez mais, experiências locais de organização de formas de intercâmbio que procuram evitar o consumismo desvairado e que promovem o respeito pelo meio ambiente. Sem desconsiderar que muitas dessas experiências, a partir de grupos de base da sociedade, podem ter no futuro um peso maior, enquanto não atingirem o topo do sistema político, ou seja, um movimento

social articulado com uma visão de governo capaz de englobar a sociedade, permanecerão como nichos incapazes de modificar os sistemas sociais.

A história do capitalismo mostra como a ação política afetou as relações mercantis, alterando o papel do Estado, que passou a regular as mais variadas esferas de intercâmbio mercantil privado, limitando o princípio da sacralidade da propriedade privada e a livre realização de contratos, ao mesmo tempo que domesticou o ímpeto igualitário dos movimentos revolucionários.

Os dilemas entre maior ou menor mercantilização e desmercantilização da vida social têm dado origem a polarizações ideológicas, às vezes sobre o manto de explicações científicas. Como argumentaremos no último capítulo, nenhuma sociedade é construída em torno de um único valor. Pelo contrário, é o contrapeso entre valores que permite negociar equilíbrios, sempre precários, entre os diversos desejos, expectativas e interesses, e abrir espaços para soluções inovadoras. Um critério incontornável é que as respostas devam ser economicamente viáveis, mas não indica como se distribuíram os custos e os benefícios.

A imaginação política, vocalizada por intelectuais, movimentos sociais e partidos políticos tem se mostrado, até o momento, incapaz de produzir respostas satisfatórias. Na tradição da direita, a mistura entre o liberalismo econômico e o conservadorismo se mostra cada vez mais precária e resultou, como veremos adiante, no crescimento da direita autoritária. Precariedade que se expressa igualmente nas dificuldades de enfrentar os novos desafios, que exigem respostas que vão além do pragmatismo liberal-conservador: a preservação do meio ambiente, a regulação dos bancos de dados que invadem a privacidade — um valor fundamental do liberalismo clássico —, a automação e seus impactos sociais ou os dilemas éticos colocados pela inteligência artificial e as terapias genéticas.

Do lado da tradição de esquerda nos países desenvolvidos, o panorama é do mesmo modo frustrante. Os mais radicais falam de *post-capitalismo*, um jeito de indicar o que não se deseja, sem explicar para onde a sociedade deve se dirigir, que o faz insuficiente intelectual e politicamente irresponsável. Os partidos tradicionais de esquerda, dependendo do nível de desregulação alcançado em cada país, enfrentam reformas no mercado de trabalho que confrontam suas bases de apoio clássica, ou o enfraquecimento dos sindicatos nos locais onde as reformas foram realizadas. A importância crescente, dentro da esquerda de movimentos sociais concentrados em temas identitários (orientações sexuais, relações de gênero, étnicas) e de defesa do meio ambiente e dos direitos humanos, criou uma base eleitoral diversa e, em boa

medida, divergente da tradicional base operária, que não tem mais como foco os problemas distributivos do conjunto da sociedade nacional.

Embora limitados em sua capacidade de aumentar impostos, existem vários espaços — dadas as devidas particularidades de cada país — onde é possível modificar a estrutura impositiva, por exemplo, aumentando a taxa sobre ganhos de capital (em geral menor que o imposto de renda pago pelos assalariados), ou limitando os ganhos especulativos dos investimentos em bens fundiários, convertidos em reserva de valor que se apropriam dos investimentos públicos em infraestruturas, levando ao encarecimento de aluguéis e do preço de propriedades, prejudicando os cidadãos, sobretudo, as novas gerações e o pequeno comércio.

4. OS CONFLITOS CULTURAIS DAS DEMOCRACIAS CAPITALISTAS

SECULARIZAÇÃO

Até os tempos modernos, os valores políticos se sustentavam em narrativas religiosas e na tradição, e as inovações eram justificadas em nome dos textos sagrados. Isso vale, inclusive, para a vida em Atenas no período de democracia direta (a qual apenas uma minoria formada por homens livres tinha acesso). Sócrates foi sentenciado à morte por contestar os deuses da pólis e por ser um filósofo questionador, que levava os jovens a duvidar dos valores estabelecidos.

O ideal de uma sociedade em que as pessoas se orientam por escolhas feitas livremente a partir da razão e dos afetos individuais só surge nos tempos modernos. Não que “valores” — isto é, códigos de condutas que determinam o certo e o errado, o bem e o mal — não existam em sociedades orientadas pela religião ou por qualquer outra tradição sagrada, mas eles se justificavam em nome de uma realidade externa ao indivíduo, uma narrativa transcendental, expressão da vontade divina, associada a textos ou a tradições sagradas, inquestionáveis.

A princípio, a ideologia secular esteve associada a uma visão deísta, agnóstica ou ateia do mundo. Na realidade, o afastamento radical da religião se concentrou em setores das elites; enquanto para o “povo”, o avanço da modernidade foi, em geral, uma diluição, mais do que abandono, das crenças e das práticas religiosas. De fato, a secularização das sociedades foi um processo que não se deu num único momento nem de forma completa e definitiva. Até hoje, as relações entre religião e poder público apresentam desafios, em tonalidades mais ou menos pronunciadas, em todas as sociedades democráticas, e a secularização sofre marchas e contramarchas, mesmo que na maioria dos países desenvolvidos a porcentagem de pessoas praticantes tenha diminuído, sobretudo entre as novas gerações.¹⁶

O processo de secularização foi concomitante com a construção dos Estados nacionais, que mantiveram muitas tradições e valores enraizados no passado religioso. A exceção da curta experiência durante a Revolução Francesa — que procurou criar um calendário denominando os meses e os dias referidos a virtudes morais e a

fenômenos naturais — foi mantido o calendário gregoriano, que determina o início de “nossa era” com o nascimento de Jesus, assim como várias festividades religiosas e domingo como dia de descanso, sem mencionar a presença de símbolos religiosos em prédios públicos. No sistema educativo, o embate entre o controle público e religioso foi longo e conflitivo, com as instituições religiosas mantendo em vários países ocidentais o controle de redes de instituições de ensino.

O distanciamento das pessoas de universos religiosos tem sido uma tendência de longa duração nas sociedades “ocidentalizadas”. Pelo menos na vida cotidiana, seja para explicar fenômenos naturais, sociais e pessoais e, em geral, o abandono de normas de conduta antes ditadas pelo estabelecimento religioso, como em relação à sexualidade e ao casamento. Trata-se de um processo complexo que não significou uma ruptura total com sentimento de religiosidade. Se o número de “não crentes” e de “não afiliados” a uma corrente religiosa tem aumentado constantemente, na grande maioria dos países é majoritário o setor que mantém algum tipo de elo com crenças supranaturais. Por outro lado, frente ao sentimento de caos e da falta de sentido, alguns procuram formas de “espiritualidade”, por vezes nas formas de correntes espirituais de origem oriental.

A expectativa de que as religiões institucionalizadas seriam relegadas, pois as teologias não se sustentam perante a crítica racional, supunha uma visão intelectualizada das crenças religiosas. As realizações da modernidade, ainda que colossais, não respondem às questões fundamentais da condição humana, e frente a situações adversas, como o azar, a doença e a morte, a esperança de um “milagre” ou de uma vida no além, facilmente se faz presente. A religiosidade das pessoas, distante de versões eruditas, alimenta-se fundamentalmente de ritos — muitas vezes em situações específicas, como casamento, morte e festividades — e de figuras míticas que transmitem um sentimento de unidade com um passado arcaico e uma temporalidade eterna, que a modernidade não oferece.

Mesmo que muitos abandonem as crenças religiosas pois suas narrativas não passam pelo crivo de uma análise histórica ou de um argumento racional, para parte considerável da população as crenças religiosas se fundam na necessidade de enfrentar os temores dos percursos da vida e da morte. Para elas, o estudo dos textos sagrados não faz parte de suas vidas, as narrativas teológicas são quase desconhecidas, mas nem por isso o sentimento religioso desaparece, convivendo com um cotidiano em que os valores modernos prevalecem.

A RELIGIÃO NO ESPAÇO PÚBLICO

A influência das crenças e das instituições religiosas no espaço público gerou e permanece como fonte de diversos conflitos. Para dar alguns exemplos, no século XIX, como vimos, o seguro de vida foi questionado por grupos religiosos que afirmavam que a morte era um tema espiritual a ser deixado nas mãos da Igreja e não do mercado. A pílula anticoncepcional foi — e ainda continua sendo — questionada por grupos cristãos que a denominam “pílula abortiva”. A maioria dos sistemas legais modernos mantiveram, até pouco tempo, normas sobre sexualidade e organização da família enraizadas em valores religiosos, incluindo temas como o divórcio, aborto ou suicídio.

A continuidade de valores patriarcais e repressores da sexualidade associados à religião influenciou desde sua origem, e permanece influenciado, as estruturas jurídicas e as práticas sociais. Olympe de Gouges elaborou durante a Revolução Francesa a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, que proclama direitos iguais de propriedade e participação política de homens e mulheres. A Declaração não foi aprovada pela Convenção, embora alguns direitos tenham sido admitidos, como o divórcio em bases iguais para homens e mulheres. O Código Napoleônico, além de reintroduzir a escravidão colonial abolida pela Revolução Francesa, deu sequência ao direito romano em relação ao *imbecillitas sexus*, incluindo restrições à possibilidade de a esposa requerer o divórcio. Levou quase dois séculos para que as demandas de Olympe de Gouges passassem a vigorar na França (em 1907, as mulheres foram autorizadas a receber diretamente seus salários; em 1938, foi abolida a incapacidade civil da mulher; em 1945, elas ganharam direito a voto; em 1970, o código civil substituiu a “autoridade paternal” pela “autoridade parental”; em 1984, igualdade dos cônjuges foi estendida aos bens da família; em 1992, a violência conjugal foi criminalizada) e apenas em 1979 uma mulher ingressou na Academia de Ciências da França, mais de três séculos depois de sua criação. Desde a Revolução Francesa se passaram dois séculos para que as Nações Unidas aprovassem, em 1979, a Convenção pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher.

A recusa dos direitos da mulher, seja em termos de acesso à herança, ao voto, a poderes sobre a criação dos filhos, seja de punições em casos de infidelidade matrimonial, formou parte de todos os sistemas legais desde o início da modernidade até as recentes décadas. Esses sistemas permaneceram punindo o “pecado da carne”, proibindo os mais variados tipos de atos sexuais, sem mencionar a homossexualidade que podia levar à morte ou à castração química, esta última praticada na

Inglaterra ainda em 1952 e que levou o matemático Alan Turing a cometer suicídio. Turing foi um dos criadores da cibernética e herói da Segunda Guerra Mundial por ter liderado a equipe que decifrou o Enigma, a máquina de códigos usada pelo Exército alemão. Apenas em 1958 a homossexualidade foi descriminalizada no Reino Unido e nos Estados Unidos, onde os Estados legislavam sobre que tipo de prática sexual era permitida, e só em 2018 a Corte Suprema declarou que as relações sexuais consensuais entre adultos é um tema de caráter privado.

O conflito cultural entre os valores seculares e os promovidos pelas instituições religiosas acompanhou a história da modernidade. Conflito que tem como epicentro a estrutura da família, o lugar da mulher e a sexualidade. O divórcio em muitos países é um direito recente: no Brasil foi aprovado em 1977; no Chile em 2004, na Irlanda em 1995 (com cláusulas restritivas). No campo da sexualidade, a homossexualidade, o planejamento familiar, a relação ambígua sobre a prostituição (“a prostituição de umas permite a virgindade das outras”) e a definição do casamento como instituição exclusiva de casais heteroafetivos, são temas de atrito constante entre o Estado laico e as instituições religiosas.

A discriminação contra a mulher foi tanto formal quanto informal, desde profissões para as quais elas não seriam consideradas “adequadas”, até sua participação em diversas instituições. Somente no limiar do século xx, na maioria dos países avançados e na América Latina, as mulheres passaram a ser aceitas em faculdades de direito, de medicina ou de engenharia e começaram a ocupar posições de juízas e a exercer cargos de responsabilidade em instituições públicas ou privadas.

No Brasil, o futebol feminino havia sido proibido por Getúlio Vargas pelo decreto-lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941: “As mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país”. O decreto foi revogado quarenta anos mais tarde.

A igualdade de direitos das mulheres e a legalização das diversas práticas sexuais são fenômenos contemporâneos, e na maioria dos países ainda são incompletas, e há casos que sofrem retrocessos. Para o reconhecimento da mulher como sujeito de direitos similares aos dos homens foram determinantes as lutas feministas pela igualdade, desde as sufragistas — que durante o século xx lutaram pelo direito ao voto, sendo muitas delas perseguidas e encarceradas —, até os movimentos contemporâneos, fortalecidos pela integração massiva das mulheres na universidade e no mercado de trabalho. A revolução sexual, fenômeno que se acelerou nas últimas

décadas — concomitante com as lutas feministas —, foi impulsionada pelo surgimento de novas práticas entre os jovens, facilitadas em particular pelo surgimento da pílula anticoncepcional.

Isso não significa que a religiosidade seja responsável por movimentos políticos que se apoiam em grupos religiosos. O que hoje aparece em várias partes do mundo como uma reação política inspirada na religião, contra os valores igualitários entre os sexos, são, em boa medida, reações patriarcais contra a liberação das mulheres justificadas em nome da religião. Se levassem a Bíblia literalmente, deveriam propor que mulheres infiéis fossem apedrejadas até a morte, como aparece no Levítico.

A oposição, muitas vezes férrea, de grupos religiosos aos valores da modernidade, deve ser matizada. As religiões foram impactadas pelos avanços sociais e sofreram profundas transformações. Em muitos casos, religiosos contribuíam para a formação do mundo moderno e estiveram na linha de frente na luta contra a escravidão e contra as condições desumanas dos trabalhadores no início da Revolução Industrial. A Academia de Ciências do Vaticano aceitou há pouco tempo a Teoria da Evolução como não sendo contraditória em relação à fé; e nas últimas décadas, a Igreja católica e os grupos protestantes abraçaram causas como os direitos humanos e o meio ambiente. Tendência similar de abertura aos valores da modernidade pode ser encontradas nas correntes majoritárias do judaísmo, e grupos evangélicos se expandem promovendo uma “teologia da prosperidade”, que enfatiza o sucesso individual na terra. Não há espaço da vida social que fuja de novas sínteses entre modernidade e religião.

A PERMANÊNCIA DA RELIGIÃO

Por mais que a ciência tenha avançado no conhecimento da natureza e a tecnologia tenha produzido melhores condições de vida, elas não eliminaram as inseguranças e incertezas fundamentais da condição humana, nem oferecem respostas para as perguntas sobre o sentido da vida. Aceitar que nascemos e morremos sem termos respostas para os segredos do universo permanece uma atitude minoritária, inclusive nas sociedades secularizadas.

Tanto para a tradição liberal quanto para a socialista, a religião era um ponto cego. Ambas acreditavam que o progresso e o papel da razão e da ciência levariam à diminuição do peso de crenças atávicas. Para os liberais do século xix, a religião ainda era necessária para as classes mais pobres e “menos instruídas” até que fossem

atingidas pelos benefícios do progresso. Os socialistas, em geral, mantinham uma relação mais militante contra o clero, considerado aliado das classes dominantes e fomentadores de uma visão de resignação frente aos infortúnios da pobreza.

Diante do messianismo religioso, que transferia para a vida pós-morte as compensações dos sofrimentos neste mundo, os socialistas promoviam um messianismo secular, de construção do paraíso na terra, visão que com o fim do comunismo foi praticamente extinta.

Mostrou-se errada a crença da visão iluminista que a razão seria suficiente para organizar a vida pública e que seus principais instrumentos — a ciência, o crescimento econômico e as instituições democráticas — limitariam o campo das emoções, dos afetos e das crenças religiosas à vida privada. Os sentimentos, os afetos e outros componentes não racionais da psique têm lugar fundamental na vida das pessoas e extrapolam constantemente para a vida pública.

Marcel Gauchet, um dos principais analistas dos processos de secularização no contexto europeu, argumenta que o Estado de bem-estar possivelmente foi o principal fator de afastamento das pessoas do universo religioso.¹⁷ Em vez de confiar na providência divina, de se resignar frente ao destino ou de esperar uma vida melhor após a morte, as pessoas passaram a cobrar do Estado suas necessidades básicas. Nesse sentido, o Estado de bem-estar seria muito mais que um mecanismo de organização social e econômica, representaria um suporte ontológico na vida dos indivíduos. À medida que o Estado de bem-estar recua, abre-se espaço para figuras paternalistas que prometem proteger os indefensos.

Atualmente, no lugar de uma privatização da religião, vivemos um período de revivalismo religioso, no qual grupos políticos e religiosos procuram influenciar a agenda pública, e as identidades religiosas são misturadas a discursos nacionalistas e reacionários. As diversas razões e formas nas quais esse fenômeno se apresenta exigem uma análise detalhada de regiões e de países (o islã, no mundo muçulmano; o judaísmo, em Israel; o hinduísmo, na Índia; o budismo, no Sudeste Asiático; as diversas correntes cristãs, na Europa e nas Américas), que se encontra além dos limites deste texto. O que nos interessa indicar são os desafios que o revivalismo religioso e seu retorno à esfera pública colocam para as democracias.

¹⁷ A intuição de Gauchet foi confirmada, em grande medida, pela pesquisa global realizada pelo Pew Research Center que indica forte correlação entre maior desigualdade e importância da religião. Disponível em: <www.pewforum.org/2018/06/13/why-do-levels-of-religious-observance-vary-by-age-and-country/pf-06-13-18_religiouscommitment-01-04>. Acesso em: 7 maio 2020.

Em geral, não se trata, embora o fenômeno exista, de as antigas elites religiosas procurarem recuperar o monopólio da verdade, mas de uma nova agenda controlada, em boa medida, por líderes seculares que se utilizam de símbolos religiosos aliados a setores do clero. Por um lado, a tradição religiosa é mobilizada para exprimir o mal-estar de setores da população com os “novos costumes”, sobretudo em temas relacionados à sexualidade, aos direitos reprodutivos e à presença de imigrantes. Por outro lado, o nacionalismo xenofóbico se associou, em variadas configurações, a identidades religiosas, de forma que a “defesa dos valores da pátria” é fundida à defesa da “civilização” cristã, islâmica, judaica, hindu ou budista, propondo formas diversas de estados etnocráticos.

Como veremos, com características diferentes em cada país, o fenômeno representa uma onda conservadora e xenófoba que defende a “tradição” e um passado glorificado, presente tanto na Rússia, de Vladimir Putin, quanto nos Estados Unidos, de Donald Trump, passando por Viktor Orbán, na Hungria; Jair Bolsonaro, no Brasil; Matteo Salvini, na Itália; Tayyip Erdoğan, na Turquia; Narendra Modi, na Índia; e Benjamin Netanyahu, em Israel. Uma onda que no Ocidente se alimentou dos atentados terroristas, que favoreceram um discurso anti-islâmico e xenófobo.

A relação entre o revivalismo religioso e seus usos políticos é complexa e plástica, o que nos interessa salientar a limitada correlação entre os enormes avanços científicos e o papel da razão na esfera política. Limitação que reflete as dificuldades de produzir e de mobilizar sentimentos de comunidade a partir dos instrumentos que os valores do conhecimento fundado em fatos empíricos refutáveis nos oferecem.

Se a religião continua a afetar a vida política, como engajar grupos religiosos e suas pautas que impactam na vida em comum? É possível ou não um diálogo? Como confrontar a agenda religiosa com a defesa dos valores da liberdade individual e respeito pela diversidade?

A resposta passa por assegurar que as demandas comunitárias (religiosas e étnicas nacionalistas) não violem os direitos fundamentais dos indivíduos. A defesa dos princípios básicos da vida democrática, que inclui a separação entre Estado e religião são inegociáveis, pois sem eles a própria possibilidade de diálogo deixa de existir. Lembrando que a crítica dos grupos reacionários, que questionam a intervenção do Estado em “assuntos de costumes” é falaciosa. O Estado sempre interveio, só que o fez sustentando valores e costumes oriundos de tradições religiosas.

Por outro lado, deve-se procurar entender as demandas de grupos religiosos e tentar levá-las em consideração sem que sejam impostas àqueles que não partilham

das mesmas crenças. Sobre tudo deve-se lembrar que grupos religiosos não constituem — nem devem ser tratados como — um conjunto homogêneo, que dentro de cada religião existem valores que permanecem atuais e podem contribuir para a convivência solidária e pacífica, e que boa parte das pessoas que se definem como religiosas absorveram e se identificam com valores da modernidade.

CAPITALISMO, DEMOCRACIA E NACIONALISMO

Existe uma tensão constante entre o universalismo dos valores democráticos e capitalistas e seus alicerces no Estado nacional. Se por um lado a democracia moderna se sustenta numa visão universalista dos direitos humanos e o capitalismo na livre iniciativa, por outro, o Estado nacional delimita os direitos de cidadania e enquadra as transações comerciais no marco da legislação do país.

Tanto as instituições do capitalismo quanto da democracia se forjaram num esforço constante, e nunca acabado de todo, de submissão das lealdades familiares, tribais e regionais, de forma a constituir uma comunidade que compartilhe normas de convivência universal, baseadas tanto em códigos legais quanto de valores comuns. Na construção dessa nova comunidade nacional, a educação teve papel central, e, mais recentemente, os meios de comunicação.

O Estado nacional foi um triturador de línguas e de culturas locais, apesar de o nacionalismo romântico apelar pelo retorno de um passado e pelas “raízes autênticas”. Nada mais anacrônico que o discurso de posse de um chanceler brasileiro que recitou a ave-maria em tupi, em nome dos valores nacionais, considerando que os tupis foram evangelizados à força, sua língua extirpada pelo poder colonial e pelo Estado nacional, e que o Brasil seria um conceito estranho à sua cultura.

A “nação” é produto do sistema internacional criado nos tempos modernos, um modelo de organização política que não tem nada de “nativo”. Inclusive, a extrema direita nacionalista, que diz repelir influências “estrangeiras” e que enfatiza os “valores nacionais”, é totalmente “globalizada”, pois repete em cada país quase os mesmos temas e utiliza as mesmas táticas para fragilizar as instituições democráticas.

Embora a definição do que seja nação é de ordem legal, na prática social ela está associada à formação de uma cultura nacional, com sua(s) língua(s) e sotaque(s), literatura e formas de expressão artística, culinária e identificação com uma história comum. Entre a definição legal de cidadão e o sentimento de ser parte de uma cultura nacional, sempre existiram níveis variados de tensão, pelo menos no cotidiano

das sociedades democráticas. Quando imigrantes chegam com suas línguas e bagagens culturais, os “nativos” (em geral eles mesmos descendentes de imigrantes) não os consideram como iguais, ainda que sejam formalmente cidadãos. O discurso xenofóbico explora essa tensão, sempre existente, entre cidadania formal e algo que seria a “essência” cultural da nação, da qual estariam excluídos grupos definidos como estranhos ou estrangeiros. Esse tipo de discurso nacionalista xenofóbico deseja construir *etnodemocracias*, criando uma barreira intransponível, um estado de guerra entre a “nação autêntica” e os “corpos estranhos” que devem ser eliminados, minando os alicerces da vida democrática.

O nacionalismo é a figura problemática das principais tradições políticas, tanto a liberal quanto a socialista. Ambas sucumbiram constantemente aos apelos patrióticos. Freud se referia ao nacionalismo como o narcisismo das pequenas diferenças, mas nenhuma ideologia se mostrou nos tempos modernos tão poderosa e tão capaz de mobilizar amplos setores da população, levando-os inclusive à disposição a morrer por ela. O nacionalismo pode ter raízes mundanas, como empresários protegendo os mercados internos ou as fontes de abastecimento externos e promover exportações, ou trabalhadores querendo limitar a entrada de imigrantes que concorrem no mercado de trabalho. Ainda assim, a força do apelo nacionalista não pode ser reduzida a interesses materiais. Atração e necessidade de se sentir parte de comunidades, de uma “filiação” que relaciona o indivíduo a um grupo maior, a uma “tribo” que se diferencia do resto, têm raízes na psicologia coletiva.

Desde os primórdios dos tempos modernos, em particular a partir da Revolução Francesa, junto ao avanço na crença na Razão, na autonomia dos indivíduos e no progresso, muitos intelectuais promoveram uma visão romântica, saudosa de um mundo harmônico que teria sido destruído. Os românticos, em versões variadas, contrapunham a comunidade ao individualismo, à procura desde a transcendência às preocupações mundanas, da virilidade heroica à mediocridade feminizada, da nação identificada com o “sangue e a terra” ao cosmopolitismo, da harmonia à mudança, do mundo da razão ao mundo do sagrado, do destino à liberdade.

Se o romantismo reacionário apresenta uma idealização de um passado que na realidade estava perpassado por mecanismos de controle, opressão e punição, nem por isso deixa de tocar em dificuldades reais da sociedade moderna. O que explica porque valores e sentimentos exaltados pelo romantismo reacionário permanecem presentes nas mais variadas formas, inclusive quando é dominante no discurso social e individual a valorização da racionalidade. As mudanças constantes produzem insegurança e perda de referências, o que faz, até mesmo, que toda geração,

alcançada uma certa idade, seja saudosista de tempos passados. Condutas fundadas na afetividade se conservam nas relações de amizade, familiares ou no ideal do amor romântico (um sentimento que estaria ditado pelo destino e não por uma escolha racional), assim como nas mais variadas comunidades identitárias (como nas religiosas, nas nacionais, nas ideológicas e até nos times de futebol). São identidades nas quais seus participantes compartilham a sensação de pertencimento de uma comunidade atemporal de iguais.

As grandes tradições políticas — a liberal e a socialista —, cada um por caminhos diferentes, apesar do discurso que enfatizava a racionalidade de suas propostas, ancoraram-se numa visão da história como progresso, que permitia unir razão e fé, destino individual e coletivo. Uma união frágil, pois a razão não pode garantir que a história se encaminhará na direção desejada. Fragilidade que surge na superfície a cada momento da história — guerras e crises econômicas — em que a sociedade capitalista democrática se mostra incapaz de entregar o progresso prometido.

Nesses contextos surge uma versão degenerada do romantismo reacionário, o niilismo político, que se apropria dos temas da tradição conservadora numa direção puramente destrutiva, centrada em mensagens de ódio. A crítica da racionalidade se transforma em ataque à vida intelectual e em desprezo ao argumento racional, e a valorização da cultura nacional se transmuta em xenofobia e racismo.

IDENTIDADES INCLUSIVAS E IDENTIDADES EXCLUDENTES

Ninguém nasce como uma pessoa autônoma, que usa suas faculdades racionais e as informações disponíveis para fazer escolhas sobre seus valores e suas crenças. Nossa identidade se constrói, desde a infância, a partir de um mundo de comunicação — de ideias e afetos — que vem do exterior e que são componentes centrais da nossa forma de pensar e de sentir.

À medida que amadurecemos, nas sociedades democráticas, passamos a refletir e a dialogar com o mundo que nos foi transmitido, o que nos permite tomar distância, modificar, ampliar e redefinir nossas escolhas. Mesmo assim, o diálogo entre o mundo exterior e o interior permanece marcado pela experiência inicial, ainda que reagindo contra crenças consideradas “sagradas” por nossa família e, mais tarde, por outros grupos de referência.

Dessa forma, nossa identidade pessoal e coletiva é constituída por retalhos de identidades herdadas e de identidades construídas reflexivamente, por componentes

da tradição (ou “tradições”, pois em fases diferentes da vida nos ligamos a outras identidades coletivas) e por “reformas” e “revoluções” que a capacidade reflexiva e a experiência de vida introduz na nossa maneira de ser.

Ser parte de identidades coletivas (família, religião, nação, ideologia, profissão, hobby, time esportivo) é constitutivo da identidade individual e, por consequência, de nossas escolhas e formas de pensar e sentir. As identidades coletivas são incontornáveis e imprescindíveis para a nossa inserção no mundo, dando-nos um ângulo a partir do qual enxergamos a sociedade e nos relacionamos com ela e conosco mesmos, pois nunca seremos oniscientes e onipresentes.

As identidades coletivas podem ser tanto *inclusivas* quanto *exclusivas*, um ponto de partida e uma alavanca para expandir nosso conhecimento e sensibilidade ou camisas de força que nos levam a perder a autonomia, a capacidade de pensar por nós mesmos e a desconsiderar, quando não demonizar, quem pensa diferente, uma prisão que nos fecha cognitiva e emocionalmente frente à riqueza e à diversidade da cultura humana e à experiência dos outros.

O ideal do indivíduo racional, reflexivo e disposto ao diálogo, é confrontado constantemente com a realidade das identidades coletivas. A passagem da identidade individual à identidade coletiva restringe o campo de autonomia, pois o pertencimento a uma comunidade exige lealdade e afetos que limitam a autonomia, a capacidade de julgamento e o raciocínio crítico. As identidades coletivas inclusivas nos oferecem uma referência que nos filia a comunidades (reais ou imaginadas) com as quais compartilhamos mundos comuns que fazem parte de nossa identidade pessoal — referências nas quais encontramos experiências, sentimentos, conhecimento e sabedoria que determinam nossa individualidade. Para que as identidades não fiquem aprisionadas, elas devem ser o ponto de partida para expandir a capacidade de aprendizagem e de relacionamento com outras identidades coletivas e individuais.

A identidade exclusiva, pelo contrário, nos leva a desprezar e a excluir o diferente, a confinar o horizonte ao conhecimento e a experiências que confirmam aquilo que acreditamos, a limitar a solidariedade aos que formam parte de nosso grupo, a criar fronteiras rígidas e a nos incapacitar a ouvir e a aprender com outras pessoas. A identidade exclusiva transforma a solidariedade familiar em amoralismo familiar — confinando a solidariedade ao âmbito da família —; transmuta o amor pela nação em xenofobismo; converte crenças religiosas que dão sentido à própria vida em fundamentalismos que desrespeitam outras crenças; e utiliza a identidade étnica ou sexual para desvalorizar e para desprezar a dos outros.

A vida política nunca se reduz a “agregar interesses individuais”. Ela gera identidades coletivas — seja em torno de valores ou de marcadores sociais — que levam a uma perda — maior ou menor — da capacidade individual de julgamento e, nos casos extremos, ao fanatismo cego. Na história política da modernidade, tanto a esquerda quanto a direita, religiosos ou ateus, escorregaram, por caminhos diversos, em direção a identidades excludentes que levam à polarização e à destruição do espaço público e da democracia.

5. AS CONTRADIÇÕES DAS DEMOCRACIAS CAPITALISTAS

Quando os conflitos sociais não são processados e são contidos pelo sistema institucional, a descrença nas instituições democráticas aumenta, e líderes e governos com tendências autoritárias se fortalecem. Quais limitações e contradições do regime democrático são hoje exacerbados e levam a seu questionamento? Neste capítulo, trataremos das fragilidades constitutivas da vida democrática, que se atualizam a cada instante de seu percurso histórico, e dos desafios que se colocam à imaginação e à prática política.

OS MÚLTIPLOS SIGNIFICADOS DA PALAVRA DEMOCRACIA

Para entender a atual crise da democracia, devemos identificar alguns de seus problemas estruturais, pois além da contínua presença da religião e o patriarcalismo, novos fenômenos, tais como o nacionalismo e as ideologias autoritárias, emergem de dentro dos regimes democráticos, como expressão de seus conflitos.

O conceito de democracia na vida cotidiana, mas também na teoria, apresenta vários sentidos. Ele se refere a um “estado de espírito” — valores e expectativas que vão além das instituições formais e, inclusive, se manifesta em regimes autoritários —, que exige reconhecimento da dignidade e da liberdade pessoal e o sentimento de que “somos todos iguais”. Ele se expressa em forma negativa, gerando um mal-estar que leva as pessoas a se posicionarem contra o estado das coisas, mas que não produz uma agenda política do que e de como fazê-lo.

Em segundo lugar, a democracia é um sistema de instituições, em que se sobressaem a liberdade de expressão, o Estado de direito, eleições periódicas, o pluralismo e o respeito pelas minorias. As instituições funcionam como dobradiças — mecanismos de transmissão, de articulação e de ordenamento — das pressões sociais, assegurando consensos majoritários que permitem o ato de governar.

Por fim, a democracia, seja como estado de espírito, seja como sistema institucional, não paira no ar. Ela se articula com uma forma particular de produção e de distribuição de bens, o capitalismo, que exerce desde pressões diretas do poder

econômico sobre o sistema político a transformações sociais e tecnológicas que geram novas formas de desigualdade e de heterogeneidade social.

Se as democracias existentes são capitalistas, o inverso não ocorre necessariamente. Isso não significa que o capitalismo possa prescindir de um regime político que o sustente, desde a democracia a ditaduras mais variadas, inclusive sob o comando de partidos comunistas. Não existe, portanto, democracias dissociadas de sistemas econômicos. Nunca são “puras”. As democracias são influenciadas e devem se viabilizar dentro de limites impostos pela dinâmica capitalista, seja por meio de relações de força — em nível nacional e internacional —, seja por meio de mudanças tecnológicas e de crises cíclicas.

Democracia e capitalismo estabelecem relações complexas e conflitivas que se refletem no interior dos próprios valores promovidos pelas democracias capitalistas. A defesa da “liberdade” pode apresentar como preocupação central a liberdade econômica e a inviolabilidade da propriedade privada; o direito de livre expressão e de organização; a luta pela justiça social e os excessos do poder econômico; ou diversas formas de opressão e de discriminação nas relações sociais.

A relação entre as várias dimensões da democracia é complexa e não linear. Por exemplo, nas últimas décadas, enquanto cresceram as expectativas igualitárias, a desigualdade social aumentou na maioria dos países. E se a força da classe operária está em declínio, a consciência de direitos sociais dos cidadãos permaneceu progredindo. O resultado é paradoxal: os avanços dos valores democráticos produzem insatisfação com o sistema de governo democrático, levando parcelas de população a se sentirem atraídas por respostas autoritárias. Como veremos, a perda da confiança nos governos e no sistema partidário tradicional abre espaço para o surgimento de discursos que se apresentam como apolíticos, que se alimentam da frustração da população e a canaliza na forma de ódio contra aqueles que seriam responsáveis pelos males que afligem a sociedade.

DEMOCRACIA IDEAL E DEMOCRACIA REAL

Aristóteles indicou que as diferentes formas de governo estão sujeitas à degeneração. Na prática, nenhum sistema de governo atinge o seu ideal, e as democracias contemporâneas, sendo um sistema o qual os cidadãos têm o direito de lutar por novos direitos, o próprio ideal se encontra em permanente mutação. A questão que se coloca não é se existe uma distância entre democracia ideal e democracia real. Ela existe e

continuará a existir, inclusive porque as aspirações sociais se modificam constantemente, apresentando novos desafios e objetivos. A pergunta, portanto, não é se uma sociedade alcança padrões ideais, mas qual é a orientação do movimento, em direção ou não à consolidação da qualidade da cultura e das instituições democráticas.

Para não cair em anacronismos, devemos lembrar que os critérios usados atualmente para avaliar o passado não são os mesmos dos contemporâneos. Vale lembrar que são muito recentes o que nos parecem hoje direitos democráticos estabelecidos, pois, como mencionamos, setores amplos da população — pobres, mulheres, negros ou analfabetos —, até bem pouco tempo, eram excluídos do exercício do voto e eram tratados de forma desigual e marginalizados da vida política e do espaço público. Isso no interior dos espaços nacionais, pois muitos países europeus eram potências coloniais que submetiam e oprimiam enormes contingentes populacionais, sem direitos básicos de cidadania.

A democracia se sustenta na ideia de que a vida política é produto da ação participativa dos cidadãos. Acontece que o poder efetivo de participação é distribuído de forma muito desigual. Além das autoridades legalmente empoderadas para exercer funções públicas, ou pessoas com prestígio pessoal que potencializam suas opiniões, os poderes fáticos, em geral econômicos, apresentam recursos para influenciar decisões políticas, muito além do comum dos mortais. Para esses, a participação política efetiva, além do direito ao voto, depende da ação coletiva (organizações da sociedade civil, sindicatos ou partidos) ou, para a maioria, do sentimento difuso de identificação com algum grupo que atua no espaço público.

SOBERANIA POPULAR E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

A contradição entre o fundamento da legitimidade última do poder político na soberania popular e seu efetivo exercício por instituições intermediárias que atuam em nome do povo produz uma constante tensão entre representantes e representados. A distância entre o ideal de um governo do povo e o exercício efetivo do poder por organizações especializadas (partidos políticos, Poder Legislativo, Executivo e Judiciário) faz com que esteja sempre presente na cidadania, com maior ou menor intensidade, a sensação de não estar representada. No mesmo sentido, a proclamação da igualdade dos direitos políticos de todos os cidadãos confronta com o diferencial de poder dos grupos dominantes em relação a grande parte da população, em particular quando os mais poderosos conseguem um tratamento privilegiado no sistema de justiça e influência direta no sistema político, desmoralizando o princípio da igualdade entre os cidadãos.

Quem governa o faz em nome da nação, mas o “povo” nunca é uma unidade homogênea, ele é plural, e todo governo representa apenas uma maioria circunstancial. Os governos são, ao mesmo tempo, expressão do conjunto da sociedade e da fração que o elegeu, obrigando os líderes democráticos a navegar entre a agenda de seus partidos e o reconhecimento que representam toda a nação. Situação que o líder autoritário procura “superar” se posicionando como único representante legítimo do povo, como sua “voz” autêntica, sendo que eventuais opositores — partidos políticos, Poder Judiciário, parlamento e organizações intermediárias como sociedade civil ou meios de comunicação — são considerados inimigos do povo. O discurso de um povo ou de uma nação homogênea é, concomitante à construção da imagem de um “inimigo do povo”, igualmente homogêneo.

A natureza da vida política é o agonismo, um espaço em que propostas coletivas se elaboram em oposição e conflito umas às outras. O agonismo não é excluído pela democracia liberal. A especificidade do agonismo político nas democracias é que ela reconhece a legitimidade do *pluralismo*. A democracia cria mecanismos institucionais para a resolução pacífica de atritos, reconhecendo a legitimidade de visões diferentes e o confronto de ideias. O único agonismo que é estranho à política democrática é aquele promovido por quem se propõe a destruir suas instituições, apresentando o opositor como inimigo a ser destruído, inviabilizando a convivência de opiniões diversas.

O PAPEL DOS MITOS NA VIDA DEMOCRÁTICA

O capitalismo e a democracia se fundamentam em princípios de convivência sustentados na racionalidade e na negociação, isto é, na comunicação entre as partes, mas sem conseguir eliminar o papel dos mitos, seja na vida privada, seja na pública.

A identificação com mitos (símbolos ou narrativas sobre eventos, figuras humanas ou não, agrupações, ideologias ou textos sagrados) transmite um sentimento lealdade e de união das pessoas com algo “maior”, uma comunidade de devotos. Os mitos, na medida em que neles se acredita, conforme argumenta Ernst Cassirer, produzem um sentimento de unidade entre o crente e seu objeto de devoção, que se encontra além do campo da análise racional e do debate fundamentado na lógica e dados empíricos. Eles organizam o mundo entre os que seguem o mito e “os outros”.

A ascensão da laicidade, acompanhada da extensão para o conjunto da população das bases do pensamento científico e da aceitação do argumento racional no espaço

público, não eliminou os componentes mitológicos e mágicos da vida privada ou da política. Desde a disposição de acreditar em milagres em situações de desespero, ou de explicar situações favoráveis fortuitas como produto da intervenção divina, até a projeção de qualidades excepcionais em indivíduos falíveis, o pensamento mitológico está continuamente presente na vida social.

Os mitos modernos, seja de lealdades incondicionais a partidos ou a pessoas, são a base dos regimes autoritários. Em sociedades democráticas, a devoção e a relação fusional com os mitos políticos, encarnados em indivíduos que projetam uma figura paternal protetora, são limitados pelo pluralismo e pelo livre debate público, que exige conviver com a liberdade de crítica e questionamento.

Governos de extrema direita, em contextos democráticos, não podendo reprimir frontalmente seus críticos, desenvolvem uma dupla estratégia de cerceamento e de demonização de grupos opositores, promovendo a ideia que a credibilidade da informação e os fatos dependem do emissor. Dessa forma, a procura pela verdade deixa de ter como referência argumentos e dados e passa a se sustentar nos sentimentos de devoção e a áurea do sagrado e do inefável, ao líder político. Já em 1934, o Sínodo Confessional da Igreja Evangélica Alemã de Barmen, enfrentando a ascensão de Hitler, declarou: “Rejeitamos a falsa doutrina de que a Igreja, possuída de arrogância humana, poderia colocar a Palavra e a obra do Senhor a serviço de quaisquer desejos, propósitos e planos escolhidos arbitrariamente”.¹⁸

DEMOCRACIA E VIOLÊNCIA

O uso da violência coletiva para promover projetos políticos é a negação da vida democrática. Democracia e violência são formas opostas de resolver divergências de interesses e valores. A política democrática supõe mecanismos institucionais que asseguram a livre expressão e a resolução pacífica de conflitos (eleições periódicas, respeito ao pluralismo, pesos e contrapesos entre os poderes do Estado, jornalismo independente e uma sociedade civil vibrante).

Tanto a extrema direita quanto a extrema esquerda questionam a solução liberal-democrática, e, embora com objetivos diferentes e variações de país a país, fascistas e comunistas fizeram uso de grupos civis armados para tomada do poder, sendo que no caso do fascismo e no chavismo, contou com a neutralidade ou o apoio das

¹⁸ Disponível em: <www.luteranos.com.br/textos/a-declaracao-teologica-de-barmen>. Acesso em: 14 maio 2020.

Forças Armadas. Em todas as situações, trata-se de reduzir a política a uma lógica de amigos-inimigo, propagando o medo e demonizando os opositores, que devem ser eliminados.

Para a extrema esquerda, a democracia liberal é uma mistificação, pois está a serviço do poder da classe dominante, que em última instância se sustenta na força militar e policial. Para a extrema direita, o poder do Estado está acima da opinião de indivíduos e de grupos, pois representa o ideal da nação, que deve ser protegida de seus inimigos (isto é, de todos aqueles que discordam da forma como eles definem esse ideal), que devem ser banidos e, se necessário, exterminados. Nesse sentido é o oposto do ideal liberal, de um Estado que deixa aos indivíduos a escolha de valores e de ideais de vida.

Apesar de apresentarem objetivos e trajetórias diferentes, tanto a extrema direita quanto a extrema esquerda desembocaram em estados totalitários, a serviço de grupos que controlam o poder político. Não poderia ser de outra forma. Ambos partem do pressuposto que partidos ou indivíduos, com um discurso “idealista” e práticas autoritárias, são capazes de “purificar” o sistema político e a sociedade de seus problemas ou vícios.

Ainda assim, a violência do Estado não deixa de se apresentar em sociedades democráticas. Em princípio, é considerada um monopólio do Estado, e seu uso é regulamentado e subordinado àquele determinado pela ordem legal. Na prática social, a realidade é mais cambiante. O monopólio do uso da violência nas mãos de um grupo, a polícia (ou as Forças Armadas, contra inimigos externos), somado à capacidade do Poder Judiciário de penalizar com a perda da liberdade abrem espaço para excessos casuais ou sistemáticos (como no caso de repressão de manifestações políticas ou de preconceitos em relação a setores mais pobres ou de minorias étnicas e raciais). E, também, permitem que setores com recursos econômicos se liberem de punições.

Os instrumentos de justiça e violência do Estado são controlados por grupos sociais específicos, com vieses e interesses próprios, e possuem, portanto, um poder descomunal em relação ao resto da população. A democracia exige sistemas de supervisão e de monitoramento constante desses grupos, inclusive dos serviços secretos.

DEMOCRACIA E ELITES DO CONHECIMENTO

A sociedade capitalista é uma sociedade de especialistas, que possuem conhecimentos específicos nas mais diversas áreas. Esse conhecimento outorga a seus portadores um status especial, no âmbito de suas especializações, que os colocam numa situação privilegiada para opinar e oferecer respostas em relação ao restante da população.

Até pouco tempo, existia a expectativa de que a universalização da educação e a expansão do ensino universitário levaria à valorização do conhecimento científico. Não é isso que ocorre. O questionamento do conhecimento científico nos Estados Unidos, por exemplo, é assustador. Um terço dos jovens estadunidenses tem dúvidas sobre se a terra é plana¹⁹ e 40% dos estadunidenses pensam que a terra foi criada por Deus entre 5 mil e 10 mil anos atrás,²⁰ sem mencionar aqueles que argumentam que as vacinas devem ser evitadas ou que o ser humano não chegou na Lua.

Os antigos autoritarismos (nazismo, fascismo e comunismo) queriam impor uma única fonte de verdade, a que emanava do poder político. No entanto, como a direita reacionária atua em contextos democráticos, seu objetivo é destruir a confiança no conhecimento produzido por grupos especializados na produção de informações comprováveis e argumentadas. A característica central da narrativa política autoritária não é apenas a de um confronto genérico entre as elites e o povo, como boa parte da literatura sobre o tema indica, mas de confronto, questionamento e deslegitimação de certo tipo de elite, os grupos que dependem profissionalmente da liberdade de expressão e do pluralismo: jornalistas, cientistas, artistas, organizações da sociedade civil, além dos membros de outros poderes públicos, como os do Poder Judiciário e políticos opositores.

Para entender a influência desse discurso político devemos, ainda que de forma sumária, retroceder no tempo. O mundo moderno foi produto da convergência de dinâmicas diferentes e até certo ponto divergentes. Por um lado, os valores de indivíduos livres e iguais supõem que, na esfera pública, todos sejam iguais. Por outro lado, o mundo científico outorga a um grupo de especialistas, com conhecimento altamente especializado, que o resto da sociedade muitas vezes não chega a compreender, um poder de definir o que é certo e o que é errado nas suas esferas de atuação.

19 Disponível em: <<https://blogs.scientificamerican.com/observations/do-people-really-think-earth-might-be-flat>>. Acesso em: 7 maio 2020.

20 Disponível em: <www.livescience.com/46123-many-americans-creationists.html>. Acesso em: 7 maio 2020.

O respeito, senão a veneração, pelo saber científico e profissional conviveu até há pouco tempo de forma relativamente pacífica com a ideia da igualdade de todos os cidadãos. Os questionamentos da ciência surgiam em função de consequências práticas da ciência aplicada, como a bomba atômica, ou quando afetava de maneira direta interesses econômicos, como no esforço da indústria do tabaco para desmoralizar as descobertas sobre o impacto do cigarro na saúde ou nos dias de hoje por alguns setores empresariais que exploram recursos naturais interessados em levantar dúvidas em relação ao aquecimento global.

A ciência é contra-intuitiva, e a distância infinita entre o saber especializado e o senso comum contém o germe da atual revolta contra as elites científicas. E se o conhecimento especializado permitiu realizações inimagináveis, não resolveu os desafios postos pelas dificuldades pessoais, familiares, como as doenças físicas e psíquicas e a morte. A ciência permanece aquém das ânsias do indivíduo e de seus dramas existenciais.

A medida que nos aproximamos das áreas de “engenharia social”, as elites científicas não se desvinculam (nem poderiam) dos valores e interesses sociais em confronto. As ciências dispõem de espaço de autonomia associado às regras da pesquisa científica, mas cada vez que o conhecimento é aplicado a situações concretas, ele assume posições que o associam a valores e interesses, que afetam a credibilidade da imparcialidade dos cientistas.

Por fim, grupos de especialistas ainda mais próximos da vida social, como jornalistas, e, portanto, diretamente influenciados pelas divisões ideológicas da sociedade, mas com ética profissional que assegura certos padrões de qualidade, foram ultrapassados por novos meios de comunicação.

Esse conjunto de fenômenos, associados ao ativismo político de grupos religiosos que nunca buscaram integrar ciência e fé somados à possibilidade gerada pela internet de empoderar a ignorância ou sua apropriação por grupos extremistas anti-intelectuais criaram uma onda nas redes sociais sem nenhum compromisso com o método científico e com verdades comprovadas empiricamente.

OS PARTIDOS POLÍTICOS E A SOCIEDADE CIVIL

É da natureza do espaço público democrático o pluralismo e o confronto de ideias, de valores e de interesses. A política sempre foi um campo de verdades contestadas. O principal veículo, pelo qual a miríade de opiniões pessoais converge, produz

consensos que se transformam em verdades coletivas compartilhadas, são os partidos políticos. As sociedades precisam construir consensos sobre o futuro desejável, aglutinando visões particulares, e os partidos políticos permanecem ainda o principal instrumento para relacionar a maioria dos cidadãos ao poder político.

Os partidos sofrem de tendências à burocratização e ao engessamento, porém, cumprem papel fundamental na formação e na seleção de pessoas capacitadas para atuar num campo que exige vocação e habilidades particulares. Embora os partidos se transformem com a passagem do tempo, e alguns desapareçam ou outros são criados, sua permanência e longa duração é fator de estabilidade dos sistemas políticos.

Os partidos políticos democráticos enfatizam mais alguns valores que outros (e em geral encobrem o reconhecimento do muito que compartilham entre si), e é natural que assim o façam, pois, “partidos” retratam diversas correntes de opinião. Eles geram “tribos”, comunidades com as quais os indivíduos se identificam, mas que, na prática, também são internamente plurais, o que exige debate e negociação interna para construir agendas capazes de representar amplos setores da sociedade.

A capacidade de os partidos políticos manter lealdades, mobilizar apoios e entusiasmar as pessoas sofreu um declínio nas últimas décadas na maior parte das democracias. As razões são múltiplas e nos referiremos às mais importantes. A base social dos partidos políticos, em boa medida, acompanhava as divisões socioeconômicas da sociedade. No geral, uns apresentavam um apoio maior entre os trabalhadores — e os sindicatos — e outros entre as classes médias e altas. A transferência, graças ao Estado de bem-estar, do conflito distributivo do local de trabalho para o Estado (seja na forma de quem e quanto é taxado, seja como se distribuem os recursos fiscais), junto à perda de peso dos trabalhadores e dos sindicatos industriais, novas formas de emprego associadas à expansão do setor de serviços e à existência de ampla massa de trabalhadores precários, produziram uma fragmentação de interesses que dificulta a representação política.

Igualmente as classes médias se transformaram e diversificaram com a importância crescente do setor de serviços e com a criação constante de novas especializações, muitas vezes formada por profissionais autônomos, em que o sucesso depende da capacidade de autopromoção e não da ação coletiva. São setores que muitas vezes não declaram ou declaram apenas parte de suas rendas e se sentem invadidos pela Receita Federal, sentimento que compartilham com o pequeno comércio.

Novos setores de trabalhadores autônomos no setor de serviços visualizam a melhoria de suas condições de vida menos pela ação coletiva e mais pelo esforço

individual. Entre os assalariados, encontramos aqueles com perspectiva de uma carreira profissional dentro das empresas, nas quais usufruem de vários benefícios e os “sem carreira”, dependentes em maior medida da proteção do salário mínimo e de serviços do Estado.

Os empregados do setor público, por sua vez, estão associados aos percursos do orçamento do Estado. Suas demandas incluem interesses corporativos estreitos e outros que vão ao encontro da boa qualidade dos serviços públicos, quando reivindicam, por exemplo, melhores condições de atendimento nos hospitais ou de infraestrutura escolar.

O resultado foi o enfraquecimento do “mundo do trabalho” como gerador de identidade coletiva, de reconhecimento social e de sentimento de pertencimento. Assim, a “defesa dos trabalhadores”, a qual se associava a uma agenda de demandas e de visões de uma sociedade desejável, foi perdendo capacidade de comandar amplo apoio eleitoral. Esse processo se acelerou com a preeminência crescente de temas culturais na esquerda a partir dos anos 1970, quando uma nova geração de jovens se revoltou contra os símbolos de autoridade, promovendo a revolução sexual e dando início a uma nova onda de lutas feministas. Filhos do Estado-providência e do período de expansão capitalista do pós-guerra impulsionaram uma profunda transformação das normas sociais das sociedades capitalistas democráticas, com um impacto sentido globalmente.

Parte da militância dedicada a causas sociais, que antes era catalisada pelos partidos políticos, transferiu-se para as organizações da sociedade civil com demandas no campo dos direitos, distanciadas do conflito distributivo e em geral dissociadas dos partidos políticos. Trata-se de uma miríade de organizações e de militantes (voluntários ou profissionais) que irradiam princípios e ideais. Atentas a agendas cosmopolitas, com frequência apresentam um déficit de enraizamento em grandes setores da cidadania. Elas complementam o sistema representativo, mas não o substituí, pois não possuem um mandato eletivo. O papel da sociedade civil é fundamental na democracia e permite avanços nas mais diversas áreas de direitos dos cidadãos ou de proteção ao meio ambiente e que são influenciadoras dos programas partidários. Os partidos, no entanto, precisam representar um amplo espectro social, de forma que devem permanecer separados das organizações da sociedade civil. A fusão entre ambos leva ao isolamento dos partidos e a perda da autonomia da sociedade civil.

A ascensão e fortalecimento das organizações da sociedade civil, em um contexto de “crise da imaginação” dos partidos político, foi central no deslocamento do debate público para temas culturais e de “direitos”. A forma de atuação das organizações da sociedade civil, centrada na promoção de temas específicos, não exige negociações para se chegar a consensos mais amplos e favorece uma dinâmica de fechamento na “defesa da causa”, que a faz mais “pura” quanto mais radical se apresenta. No lugar de programas políticos inclusivos, oferece um menu de opções em que cada indivíduo pode escolher sua causa *à la carte*, em consonância com a tendência à individualização e ao afastamento de ideologias inclusivas. Consequentemente, tendem a avançar suas agendas influenciando formadores de opinião, médios de comunicação e se apoiando no Poder Judiciário.

A democracia deve proteger as minorias para não se transformar numa ditadura da maioria. Ainda assim, o excesso de judicialização de demandas de grupos particulares, não é o melhor caminho para a realização de mudanças sociais. Um esforço de convencimento e de transformação da cultura política, criando amplos consensos, seria mais demorado, mas seus resultados seriam mais sólidos, pois enraizados na sociedade.

CORRUPÇÃO

A corrupção tem sido um dos temas mais presentes na vida política das últimas décadas, em particular na América Latina. No Brasil, levou ao impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Mello e contribuiu no movimento da opinião pública que levou a queda da ex-presidente Dilma Rousseff. Na realidade, por trás do tema se escondem diversos fenômenos sócio-políticos:

- a. As denúncias contra a corrupção em geral se misturam a uma variedade de fenômenos, alguns definidos no código penal, outros em zonas cinzentas de favores e apoios a campanhas eleitorais, até privilégios usufruídos por funcionários públicos. Quando apropriados pelo discurso político, cada um escolhe denunciar a “corrupção” e os privilégios que mais lhe convém, sobretudo aqueles relacionados a seus opositores. Dificilmente, por exemplo, grupos empresariais se queixam quando de tempos em tempos o governo anuncia um Refis (Programa de Recuperação Fiscal) que perdoa boa parte de tributos fiscais atrasados.
- b. É difícil conferir na prática se, hoje, a corrupção é relativamente maior que no passado, considerando o tamanho do Estado. O que é novo se deve a três

processos convergentes: maior transparência nas contas públicas, possibilitada por novos mecanismos de controle e publicidade da informação pela internet; a perda da áurea dos políticos e o sentimento igualitário de que ninguém está acima da lei; o aumento da carga impositiva, ao que se agrega na nossa região a sensação de que o dinheiro público não retorna para o contribuinte em forma de serviços de boa qualidade.

- c. O uso do tema da corrupção como parte de narrativas políticas, nas quais os candidatos se lançam como porta-estandarte da anticorrupção, denunciando os outros políticos como corruptos e se apresentando como alguém de fora do “sistema”, têm chances de mobilizar o apoio de amplos setores da população, em particular da classe média. Isso acontece porque, apesar de nenhum setor social aprovar a corrupção, a reprovação não possui o mesmo peso entre os diferentes estratos. Para os grupos mais pobres, o critério mais importante para avaliar um político é a expectativa, ou a experiência anterior, de melhoras na sua condição de vida. Para a classe média e a alta, a corrupção tende a ser associada ao sentimento de malversação dos impostos (que, na realidade, são pagos por toda a população).

Dessa forma, no processo de apropriação política do tema, ele é misturado às agendas políticas e à manipulação eleitoral, geralmente para não enfrentar problemas igualmente centrais. As simplificações do senso comum, influenciados pelo discurso de alguns políticos que argumentam que os problemas fiscais e a falta de crescimento econômico se devem, apenas ou fundamentalmente, à corrupção, obviamente é uma falácia. Os problemas da desigualdade, da saúde pública, da educação, de carências nos sistemas de esgoto ou de água encanada, por exemplo, são muito mais complexos e não se reduzem a uma única causa, embora a corrupção os agrave. Falar apenas de corrupção é desviar a atenção da necessidade de reformas impositivas que assegurem maior justiça distributiva, assim como diminuir a corrupção e privilégios não implica menos gastos do Estado, mas dispor de mais recursos a serviço das políticas sociais e do investimento público.

Em outros casos, quando não embalado por uma ideologia que procura limitar a ação do Estado ao mínimo, a corrupção é creditada à própria democracia. Seria necessário eliminar os políticos, “que são todos corruptos”, e instalar um governo autoritário para acabar com a corrupção. Governos autoritários não eliminam a corrupção. Só proíbem que seja denunciada e assim a potencializa. Qual sejam as intenções originais, o poder corrompe. E se todo poder corrompe, o poder ditatorial não tem barreiras.

OS CAMINHOS DO LIBERALISMO POLÍTICO E DA SOCIALDEMOCRACIA

A democracia liberal foi a grande vitoriosa após a Segunda Guerra Mundial, mas o sucesso do liberalismo político não se deu por meio de partidos políticos liberais “puristas”, mas pelo poder de atração, tanto da direita quanto da esquerda, dos princípios da democracia liberal.

O liberalismo político teve destino paradoxal. Seus valores centrados na liberdade de expressão e de organização, na divisão de poderes, no pluralismo político e no sistema representativo modificou ou neutralizou tanto a direita autoritária quanto a tradição socialista revolucionária. Porém, seu destino no sistema partidário foi mais complexo. Desde o momento em que se ampliou o direito de voto, a direita liberal associada em geral ao empresariado passou a depender de uma aliança com os setores culturalmente conservadores e precisou conviver com grupos distantes dos valores de respeito à liberdade individual e da autonomia de cada um de escolher sua forma de vida, característicos do ideário liberal.

As relações entre o liberalismo político e o conservadorismo moral, nos partidos de direita, sempre foi de convivência conflitiva. O liberalismo político é libertário, transferindo ao indivíduo o direito de decidir o que faz com a sua vida, seja consumir álcool ou drogas, defender sua preferência sexual, o tipo de família que deseja ou não formar ou, inclusive, decidir quando morrer. Todas posições divergentes do conservadorismo moral.

Esse processo se consolidou após a Segunda Guerra Mundial, pois a derrota do fascismo levou a quase completa eliminação dos partidos reacionários do panorama político, e os partidos liberal-conservadores (muitos deles antes inexistentes, como os democrata-cristãos, na Alemanha e na Itália; e os gaullistas, na França) passaram a representar um conjunto heterogêneo de eleitores de “direita”. As tendências reacionárias e autoritárias em geral foram excluídas da representação partidária, e seus militantes foram marginalizados ou hibernados em organizações da sociedade civil que agiam nas beiradas do sistema político.

Os partidos de esquerda, na maioria das vezes versões diversas de socialdemocracia, aglutinavam seu eleitorado em torno das demandas socioeconômicas, em boa medida de forma independente de orientações socioculturais dos eleitores com lideranças em geral mais propensas a aceitar agendas culturais progressistas apesar da “base” ser mais conservadora. Nas últimas décadas, os partidos socialdemocratas

precisaram se adaptar à diminuição de sua base de apoio histórico — os sindicatos e o proletariado industrial — e a esquerda passou a assumir cada vez mais bandeiras socioculturais. Em parte, como compensação de sua incapacidade de construir uma agenda econômica alternativa, em outra, pelo aumento da importância desses temas em partes de seu novo eleitorado — que tinham o bônus de não interferir de maneira relevante na agenda econômica, que se adaptava às demandas de reformas econômicas liberalizantes.

Ao não confrontar claramente o discurso neoliberal, transferindo para o campo cultural o confronto político, a socialdemocracia deixou de pautar o debate nos termos que lhe eram tradicionais, abrindo espaço para novos partidos à sua esquerda e perdendo votos para a direita, pois as mesmas pessoas que em certo momento priorizavam suas “identidades socioeconômicas” passaram a redefinir suas lealdades políticas em função de “identidades socioculturais”.

A transferência dos embates para o campo cultural está intimamente ligada à difusão de uma **cultura da vitimização**. À esquerda, grupos que se consideram vítimas da história passaram a exigir reconhecimento e igualdade de direitos, por vezes associados a políticas afirmativas. À direita, setores que se sentem desconsiderados ou marginalizados pelo poder público ou pelo discurso político progressista dominante na esfera cultural, também desenvolveram um discurso de vitimização, do sistema político e das elites culturais. Estabeleceu-se dessa forma uma competição entre vítimas que deslocou o debate político de projetos para o conjunto da sociedade para um embate sobre quem seria o “culpado”. Nesse processo, a extrema direita explorou o sentimento de “vítima” de amplos setores da população, com uma narrativa identitária unificadora em torno da nação.

O referendo sobre o Brexit no Reino Unido, com um voto que foi transversal aos partidos políticos, é um caso exemplar da nova fragmentação social e do impacto do nacionalismo como agregador identitário que os partidos tradicionais não conseguem integrar nas suas agendas.

À medida que novos partidos surgem e que conseguem quebrar os sistemas bipartidários, as diversas tendências abrigadas pelos grandes partidos tradicionais tendem a se desmembrar, levando os eleitores a procurar opções mais próximas às suas (mutantes) sensibilidades. Não se trata, embora o componente exista, do retorno do reprimido, como da incapacidade de contenção dos partidos democráticos, de esquerda e de direita, do aumento do mal-estar de setores da população com a

ordem estabelecida e a capacidade de novos partidos de extrema direita de “normalizar” posturas que antes eram consideradas inaceitáveis no jogo político.

A incapacidade de produzir novas respostas dos partidos tradicionais aumentou à medida que surgiam novas forças políticas (à esquerda e à direita do espectro), fragmentando o quadro político, o que resultou, em muitos países, em coalizões do centro-direita e do centro-esquerda feitas para assegurar a governabilidade, apagando ainda mais as diferenças entre eles. Essa fragmentação aumentou o poder de veto de setores sociais com maior influência, o que acabou engessando ainda mais o sistema político.

Paradoxalmente, a fragmentação partidária favorece muitas vezes a polarização política. Em vez de o eleitor votar pelo partido de sua preferência, passa a ocorrer o “voto útil”, ou seja, prevalece o voto contra o candidato que não se quer que “ganhe de jeito algum”. Isso leva a propaganda eleitoral a se concentrar na crítica dos outros candidatos e em seus eventuais “defeitos”, e não na discussão de programas de governo.

A DIFUSÃO DE VALORES DEMOCRÁTICOS NO SISTEMA INTERNACIONAL

Desde o primórdio do tempo moderno, vivemos sob égide de sistemas políticos promovidos por poderes imperiais. **Que a democracia capitalista tenha se implantado em tantos países do mundo não pode ser creditado apenas a processos nacionais endógenos.** A hegemonia dos países capitalistas avançados foi um componente central na difusão do regime democrático, em particular a partir da segunda metade do século XX.

Uma longa bibliografia, sobretudo a partir dos anos 1960, mostrou como a economia internacional, desde sua origem no século XVI, constituiu-se como sistema mundial organizado em torno da divisão internacional do trabalho, em que as economias periféricas cumpriam o papel de produzir matérias-primas enquanto as centrais elaboravam produtos industriais e serviços com maior valor agregado, baseados no controle da inovação tecnológica. A visão de países capitalistas e periféricos como uma camisa de força que determinava o destino das nações, acertada em termos gerais, simplificava em demasia trajetórias nacionais e regionais extremamente variadas. Ela foi criticada no clássico livro de Cardoso e Faletto,²¹ com referência a

21 Cardoso, F. H.; Faletto, E. *Dependencia y desarrollo en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1977.

América Latina, por desconhecer a autonomia relativa que a soberania nacional, em particular em conjunturas internacionais propícias, permitia ao Estado influenciar os rumos do desenvolvimento econômico e dessa maneira modificar, ainda que parcialmente, os termos de inserção no sistema internacional.

Se as estruturas econômicas do sistema internacional são rígidas e os sistemas políticos injetam nelas certa flexibilidade, ideias e valores que chegam do exterior são “líquidos”, isto é, penetram por todos os poros da sociedade, tendo consequências profundas, por vezes dramáticas, sobre a história moderna e contemporânea. Sem mencionar a importância das guerras, que modificam o mapa do poder mundial.

A história política da Europa moderna só pode ser entendida a partir da perspectiva de um espaço comum, por onde circularam o Renascimento, a Reforma protestante, o Iluminismo, a Revolução Francesa e os ideais socialistas. A Revolução Russa só foi possível porque as ideias elaboradas nos países mais industrializados foram apropriadas por uma elite local, apesar de o contexto social ser muito diferente. As lutas anticoloniais foram realizadas em nome dos ideais disseminados pela potência imperial, em geral lideradas por uma elite que estudou ou morou nos países centrais. Isso vale igualmente para as lutas pela independência e para as constituições liberais da América Latina no século XIX.

Durante a história da nossa região, a estrutura do Estado e os ideários políticos não deixaram de ser influenciados pelo que acontecia nos países ao norte. A distância entre ideais, surgidos em contextos determinados, e as tessituras particulares sociais em que são “aplicados” levaram a situações grotescas — tão bem descritas por escritores latino-americanos como Augusto Roa Bastos e Alejo Carpentier — em que caudilhos latino-americanos ficavam compenetrados em suas leituras de autores do Iluminismo enquanto mandavam fuzilar seus opositores. Porém, o impacto da propagação de valores e as inovações institucionais não podem ser reduzidos a um desencontro entre as duras realidades locais e as ideias estrangeiras “fora de lugar”. As ideias “importadas” produziram mobilizações sociais e transformações políticas que afetaram o destino dos países e do mundo. O fascismo italiano inspirou o sindicalismo-corporativista de Perón e de Vargas, e no século XX a idealização dos Estados Unidos, por uns, e da União Soviética, por outros, foram fatores determinantes da vida política tanto internacional quanto nacional. E na nossa região procuramos “precocemente” (se comparados ao que aconteceu nos países desenvolvidos) imitar formas de Estado de bem-estar, com sucessos variados.

Na América Latina, a partir do século XIX, as diversas elites que interpretaram nossas realidades nacionais, o fizeram por uma perspectiva internacional, seja a partir da esquerda ou da direita. Às vezes com uma tendência mimética de querer ser “igual a eles”, por outras afirmando especificidades nacionais que, na realidade, inspiravam-se no romantismo europeu, idealizando passados indígenas aos quais ninguém pretendia de fato retornar.

A primeira experiência de um país não ocidental que alcançou os níveis de desenvolvimento iguais aos dos Estados Unidos e aos da Europa foi o Japão. O país não tinha o peso econômico e menos ainda geopolítico para alterar as relações de força internacional e a visão do Ocidente sobre si mesmo, ainda que nos anos 1970 foram escritos vários livros sobre o “desafio japonês”. A ascensão da China, apesar de ainda permanecer distante dos países desenvolvidos em termos de renda per capita, pelo seu peso demográfico, econômico e autonomia geopolítica, posiciona-a como um *player* capaz de colocar em xeque a hegemonia dos Estados Unidos.

A perda de importância relativa dos Estados Unidos na economia mundial é dramática. O país que chegou a representar quase a metade do produto bruto mundial em 1945 hoje em dia não alcança um quarto ou um sexto se for considerada a paridade de poder compra (PPC) e acabou sendo deslocado da posição de primeira economia mundial (em termos de PPC)²² e principal exportador e exportador mundial em ambos os casos perdendo para a China.

Os Estados Unidos vivem numa encruzilhada sobre como manter seu papel hegemônico no mundo frente à constante perda de importância econômica. Permanecem a principal potência militar e a única com alcance global, mas depois da Segunda Guerra Mundial suas intervenções militares foram em geral infrutíferas, como no Vietnã, ou desastrosas para seus próprios interesses, como a invasão no Iraque.

No século XX, os britânicos se dispuseram a pagar o preço de abrir mão de seu império para obter o apoio, na Segunda Guerra Mundial, da nova potência mundial, os Estados Unidos, que, por sua vez, entrou numa luta pela hegemonia no sistema internacional com a União Soviética, um sistema político que, de forma inédita, autodissolveu-se pacificamente pela incapacidade de competir com o poder econômico e militar dos Estados Unidos.

A Europa permanece se interrogando sobre seu lugar no sistema internacional depois da Segunda Guerra Mundial, e a União Europeia, que representou um enorme

22 Disponível em: <www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/fields/208rank.html#US>.

logro histórico, sua expansão para integrar os países do Leste Europeu aumentou sua heterogeneidade e limitou sua capacidade de se transformar num ator geopolítico de peso. Isso tudo leva a inseguranças e incertezas de uma região que determinou os rumos da história humana, com países que se sentem confrontados por contingentes de população muçulmana, muitos deles presos a uma espiral em que dificuldades de integração econômica reforça a rejeição aos valores associados à identidade nacional, que, por sua vez, alimenta discursos xenofóbicos e racistas.

Para a América Latina, as características do confronto entre os Estados Unidos e a China colocam desafios muito diferentes aos da Guerra Fria, em que se tratava de escolher entre capitalismo e comunismo, entre blocos quase sem trocas comerciais entre eles, e que se enfrentavam no plano político-ideológico e militar. Todos os países latino-americanos estão profundamente imbricados à economia chinesa, e os grupos empresariais não têm interesse num alinhamento automático com apenas uma das grandes potências, como acontecia na Guerra Fria. O desafio será o de desenvolver uma diplomacia nacional e, se possível, regional, que mantenha maiores graus de autonomia de negociação e de proteção perante as pressões das duas grandes potências, que sem dúvida serão crescentes.

Se do ponto de vista econômico a expansão chinesa reproduziu o modelo de centro-periferia, no qual os países centrais produzem bens industriais e com conteúdo tecnológico e os países periféricos matérias-primas, difícil saber qual será o papel político e cultural da China. Por um lado, do ponto de vista ideológico, dificilmente será uma repetição do fenômeno de expansão ocidental, com vocação universalista, que foi acompanhada da conversão de parte das populações colonizadas ao cristianismo e em seguida à disseminação de seus valores políticos. Inclusive porque o momento histórico e a realidade cultural do espaço geopolítico imediato da China, a Ásia, é muito diverso. O continente asiático apresenta uma variedade de tradições particularistas fortemente enraizadas (desde o hinduísmo — que inclui as mais diversas visões sobre o lugar de deus e de deuses —, o budismo, o taoísmo, o xintoísmo e o confucionismo, além da presença do islã e do cristianismo). Junto à sua heterogeneidade cultural, a China é crivada por problemas fronteiriços e por conflitos históricos com seus vizinhos, que afetam de modo desfavorável seu o panorama geopolítico.

O argumento de que a China tem uma tradição de isolamento e de respeito à diversidade cultural é anacrônico e uma idealização do passado. O país aceitava nas suas fronteiras a diversidade cultural à medida que os vizinhos reconheciam sua posição subalterna e de vassalagem ao imperador. Mas os tempos mudaram. O sistema tradicional chinês era parte de uma política de isolamento, e não o de uma potência

global como é hoje. A China contemporânea, com um sistema autoritário, usando cada vez mais métodos sofisticados de vigilância e de controle da internet, oferece um exemplo de sociedade alternativa, aparentemente muito mais eficiente, que sem dúvida o regime chinês não deixará de promover.

Nada indica que a democracia capitalista seja mais eficiente que os autoritarismos capitalistas, ou que estes se dirijam sem dúvida para sociedades cada vez mais abertas. No século XX, os regimes capitalistas autoritários foram derrotados militarmente (a Itália fascista e a Alemanha nazista) ou precisaram aceitar a democracia por estarem inseridos no espaço geopolítico onde as democracias liberais eram hegemônicas (como as ditaduras de direita na Espanha, em Portugal e na América Latina).

Vivemos num mundo mais complexo que o da Guerra Fria, onde se enfrentavam potências militares, com sistemas econômicos e ideológicos opostos, isolados um do outro e profundamente assimétricos, já que a União Soviética tinha uma economia muito menor que a estadunidense. A situação atual é diferente, pois a economia chinesa está imbricada ao resto da economia mundial, o conflito ideológico não ocupa o mesmo lugar e se apresenta sobretudo no plano econômico-tecnológico, e a tensão militar potencial se localiza no entorno asiático. Por outro lado, hoje estão disponíveis novas armas, antes inexistentes: ataques cibernéticos em que não é possível localizar a fonte, mas que são capazes de paralisar setores vitais — do sistema elétrico ao bancário —, que podem ser produzidos com recursos financeiros relativamente baixos; uma nova geração de foguetes supersônicos, quase inexpugnáveis e que atingem alvos em minutos e não mais de horas; novas formas de espionagem eletrônica; e Sistemas Autônomos de Armas Letais (*Lethal Autonomous Weapon Systems*, LAWS), nome paradoxal para designar armas que pesquisam, escolhem e deliberam sobre a eliminação de seus alvos. Todas elas complicam a tomada de decisões militares e aumentam o potencial de erros de avaliação.

Enquanto o capital se globalizou, as sociedades e seus sistemas políticos permanecem nacionais. O movimento de capitais e de ideias não tem fronteiras, já o movimento de pessoas, sim. As estatísticas indicam que a pobreza e a desigualdade diminuiriam no mundo nas últimas décadas, em particular como consequência da ascensão da China, porém é um dado que não tem quase relevância na política nacional de outros países, pois as chances e as condições de vida da maioria dos cidadãos continuam delimitadas pelas fronteiras nacionais.

A transição do eixo de poder mundial para Ásia, particularmente para China, enfraquecerá a capacidade de influência do modelo democrático. As democracias

capitalistas sempre priorizaram seus interesses econômicos e estratégicos, fazendo alianças e apoiando países com regimes políticos autoritários. Mas, ainda assim, a democracia e os direitos humanos formaram parte da bagagem da política internacional e dos valores que elas promovem. Hoje a China tomou a bandeira da globalização e apoia a agenda ambientalista; enquanto o presidente Trump atacou o sistema de instituições internacionais das quais foram os principais arquitetos.

Otimistas poderão argumentar que o modelo chinês é transitório e que, em algum momento, emergirão instituições democráticas. É impossível prever o futuro, mas atualmente o que vemos é um regime com enorme capacidade de mobilização das tecnologias da informação para vigiar e controlar seus cidadãos com uma eficácia de dar inveja a qualquer governo totalitário do passado.

Como potência econômica ascendente, o livre comércio e a globalização econômica são convergentes com os interesses da China, mas ela não tem um compromisso claro com o atual sistema de valores promovidos pelo sistema internacional, argumentando que eles foram desenvolvidos sem a sua participação, e a sua forma de lidar com os problemas fronteiriços indica que não pretende se submeter à arbitragem internacional. Certamente pode ser alegado que essa atitude não é tão diferente da atual potência hegemônica, os Estados Unidos, que não participam da Corte Penal Internacional e que sempre foram maleáveis em relação ao regime político de seus aliados.

A China tem influência crescente no âmbito do *soft power*, transformando-se num modelo para países com frágil tradição democrática. Nas democracias capitalistas consolidadas, o deslocamento do sistema internacional e a possibilidade que a China venha liderar globalmente setores de tecnologias de ponta trazem insegurança sobre o lugar que elas ocupam no mundo, fortalecendo tendências reativas, nacionalistas e neomercantilistas.

A sociologia da modernização, que previa que todos os países, depois de uma fase de transição, dirigir-se-iam em direção a regimes democráticos estáveis e consolidados, estava errada. Não existe um ponto de chegada, pois inclusive os chamados países avançados estão em permanente transformação. A viabilidade do capitalismo democrático não está predestinada. Ela vai se jogar na capacidade dos atores sociais de desenvolver políticas sociais criativas, capazes de se sobrepor às forças que limitam o espaço de manobra dos estados nacionais. Por seu peso e lugar privilegiado no sistema internacional, o que acontecer nos Estados Unidos será decisivo para o futuro do capitalismo democrático, mas também para a humanidade, se não for apta a navegar num mundo onde sua influência tende a diminuir.

Se, de fato, o mundo se inclina a ser, em múltiplas dimensões, mais homogêneo e interligado, estamos longe de qualquer convergência em termos de modelos políticos e menos ainda livres de nacionalismos xenofóbicos e de guerras. Tanto os liberais quanto os marxistas no século XX não tinham dúvidas de que todas as sociedades se dirigiam a um destino comum, as democracias capitalistas para uns e a sociedade comunista para outros. O revivalismo nacionalista no Ocidente capta o sentimento de incerteza sobre o mundo por vir, em particular as sociedades ocidentais que lideraram o mundo nos últimos séculos.

A contradição entre a soberania nacional e os problemas que exigem uma regulação internacional aparece hoje com um potencial destrutivo inimaginável pelos desafios postos por novas pandemias e, sobretudo, pela mudança climática. Além de impactar diretamente na vida dos indivíduos e das economias (desde desastres ecológicos que inviabilizaram a segurança alimentar em amplas regiões do planeta ao deslocamento geográfico da produção de grãos), o câmbio climático produzirá crescentes conflitos sociais, econômicos e militares. A crise do coronavírus indicou que a divisão internacional do trabalho, em que os bens são produzidos por distintos países tendo como critério a rentabilidade, pode se chocar com os interesses nacionais quando a demanda de produtos essenciais explode. O embate entre critério da racionalidade econômica e racionalidade estratégica será parte de debate e de conflitos políticos nos próximos anos.

Os impactos das transformações ambientais já se fazem sentir. Por exemplo, o descongelamento do polo Norte está modificando as rotas internacionais e permitindo a exploração de recursos naturais localizados em regiões inóspitas. O aumento das secas e a escassez de água em diversos locais do mundo, onde as fontes de recursos hídricos são muitas vezes compartilhadas ou se encontram fora das fronteiras nacionais, já gera tensões fronteiriças e potencializará o perigo de confrontos militares entre países, de guerras civis e de movimentos migratórios. Todos esses desafios exigem acertos internacionais, e, no momento, vão na direção contrária à tendência dominante de desorganização do concerto internacional.

6. A ASCENSÃO DA DIREITA AUTORITÁRIA

As sociedades capitalistas democráticas contemporâneas convivem, já faz certo tempo, com um processo de desidentificação, questionamento e mal-estar da cidadania com as instituições políticas. Como vimos, no nível socioeconômico, o aumento da desigualdade social, acompanhado do crescimento de expectativas geradas pela sociedade de consumo, choca-se com o avanço de valores igualitários. No sistema político, um ambiente em que a iniciativa dos governos permaneceu atrelada e limitada pelas exigências da lógica de inserção na ordem econômica internacional e do capital financeiro, engessando e reduzindo o campo de ação do Estado e as diferenças entre os partidos tradicionais opositores, distanciando-os cada vez mais de sentimentos e de expectativas de amplos setores da população, aumentou a descrença na democracia como mecanismo de renovação da vida política. Descrença alimentada por escândalos de privilégios e de corrupção no sistema político.

No nível sociocultural, o questionamento das elites tradicionais de produção de conhecimento e de informação e a valorização de temas de costumes e valores, que tinham sido em boa medida relegados ou domesticados, permitiram o surgimento de novos atores políticos abandeirados em temas culturais.

A frustração com o presente e sobretudo a perda de confiança no futuro afetaram a legitimidade da democracia capitalista, transbordando o sistema político tradicional. A convergência ao centro criou um espaço preenchido por políticos que apostam na polarização radical. A queda do comunismo e a descrença na possibilidade de alternativas à sociedade capitalista favoreceu à ocupação desse espaço por partidos de extrema direita.

Nesse contexto, surgiram na superfície grupos antidemocráticos, antes submersos, que não desfrutavam de espaço legítimo para aparecer à luz do dia, mas manifestaram-se também o lado obscuro de muitas pessoas — preconceitos, autoritarismo — que passaram a se sentir autorizadas e incentivadas a “mudar de lado”.

POPULISMOS?

Um espectro ronda a democracia, o espectro do populismo. Ao contrário de décadas passadas, quando pensávamos que o populismo era um produto típico latino-americano ou do subdesenvolvimento, hoje sabemos que o conceito é empregado para designar uma enorme variedade de lideranças políticas e de governos em diversos cantos do planeta.

Em geral, evitamos usar o termo “populista”, já que é utilizado, sem rigor, para denominar uma miríade de líderes e de partidos e de diversidade de práticas políticas. Normalmente, a palavra é utilizada com uma conotação negativa, muitas vezes referida a líderes que fariam promessas irresponsáveis do ponto de vista da gestão da economia. No entanto, quase nenhum político é capaz de cumprir todas suas promessas, sendo, portanto, o exagero e o descumprimento de programas eleitorais uma característica da política. E, a irresponsabilidade na gestão da economia, não é monopólio de líderes tachados de populistas e nem todos os líderes denominados populistas seguem políticas econômicas irresponsáveis.

Nosso foco, desse modo, é restrito aos líderes e aos partidos que participam de eleições, mas que desenvolvem narrativas e práticas políticas que erodem, atacam e questionam as instituições da democracia liberal. Na América Latina, o chamado “bolivarianismo” é a versão de esquerda (é bom lembrar que o “inventor” contemporâneo dessa estratégia foi Hugo Chavez, de forma que poderíamos chamar a nova direita reacionária de “chavismo de direita”). Com o bolsonarismo, na América Latina, passamos a ter a versão de direita desse novo autoritarismo, que é legitimado por eleições enquanto mina as instituições democráticas, instrumentalizando o Poder Judiciário e demonizando a imprensa, a sociedade civil e os opositores políticos.

O DISCURSO POLÍTICO DA DIREITA AUTORITÁRIA

Os traços fundamentais dessa nova direita, do ponto de vista da narrativa, são a demonização das “elites”, o nacionalismo xenofóbico, a transformação da oposição em inimigo e a política em guerra, à procura de um bode expiatório responsável pelos males da nação (como os imigrantes, as ONGs, o islã, os “antipatriotas” ou o “marxismo cultural”).

O nacionalismo xenofóbico, com tons variados de versões nativistas, étnicas, religiosas e raciais, é uma característica constante, assim como os ataques à imprensa

independente e às elites intelectuais e artísticas. Saudosistas do passado (do tempo no qual havia “ordem”) defendem valores machistas, autoritários e repressivos. Denunciam o feminismo e o movimento LGBT como responsáveis pela destruição da vida familiar, e as organizações da sociedade civil de promoção dos direitos humanos e do meio ambiente por estarem a serviço de uma agenda que agride a soberania nacional. Temas diversos que a nova direita soube combinar para se apresentar como representante da “ordem”.

A nova direita reacionária idealiza o passado, em particular no campo da cultura e dos costumes — quando as “mulheres sabiam seu lugar” e os homossexuais eram marginalizados e maltratados—, fazendo uso de simbologias religiosas. Sobretudo, promove um discurso anti-intelectual e antipluralista que substitui o argumento pela difamação, transformando a política em guerra, em que qualquer oposição é tratada como inimiga a serviço de conspirações que desejam destruir a “nação”, isto é, o que definem como “pátria”, e quem discordar é considerado traidor. **O papel das teorias conspiratórias é, principalmente, o de procurar responsáveis externos pelos eventuais problemas que o país sofre e, assim, desviar a atenção das dificuldades reais da sociedade e, em particular, dos erros de seus líderes. A “culpa” é sempre dos outros.**

A direita autoritária combina um discurso nacionalista e reacionário que objetiva o apoio de grupos que se sentem prejudicados pelos processos socioeconômicos e socioculturais. A linguagem autoritária promove uma visão maniqueísta do mundo, um marco de enxergar o mundo arraigado por demais na nossa cultura, do qual dificilmente as diversas ideologias políticas estão livres.

A democracia ocidental de hoje é a vanguarda do marxismo, que sem ela seria impensável. Ele fornece essa praga mundial com a cultura na qual seus germes podem se espalhar.

Toda propaganda deve ser popular e seu nível intelectual deve ser ajustado à inteligência mais limitada entre os destinatários.

Os poderes receptivos das massas são muito restritos, e seu entendimento é fraco [...] eles logo esquecem [...] toda propaganda eficaz deve ser confinada a alguns elementos essenciais e aqueles que devem ser expressos o máximo possível em fórmulas estereotipadas.

Este mundo humano nosso seria inconcebível sem a existência prática de uma crença religiosa. As grandes massas de uma nação não são compostas de filósofos. Para as massas do povo, sobretudo a fê é absolutamente a única base de uma perspectiva moral da vida. Os vários substitutos que foram oferecidos não mostraram

quaisquer resultados que possam nos garantir pensar que seriam capazes de substituir as denominações existentes.

Pode haver algumas centenas de milhares de homens superiores que são capazes de viver com sabedoria e inteligência sem depender dos padrões gerais que prevalecem na vida cotidiana, mas os milhões de outros não podem fazê-lo. Agora, o lugar que o costume geral preenche na vida cotidiana corresponde ao das leis gerais do Estado e do dogma na religião.

A propaganda deve limitar-se a alguns temas simples e estes devem ser repetidos constantemente. Aqui, como em inúmeros outros casos, a perseverança é a primeira e mais importante condição de sucesso. Nenhuma quantidade de gênio gasto na criação de propaganda levará ao sucesso se um princípio fundamental não for mantido em mente para sempre. A propaganda deve limitar-se a poucos pontos e deve repeti-los infinitamente. Aqui, como tantas outras coisas neste mundo, a persistência é a primeira e mais importante condição.

A grandeza de toda organização poderosa que incorpora uma ideia neste mundo está no fanatismo religioso e na intolerância com a qual, fanaticamente convencido de si mesmo, impõe de maneira intolerante sua vontade contra todos os outros.

E assim acredito hoje que minha conduta está de acordo com a vontade do Criador Todo-Poderoso.

Esse conjunto de citações, que podem parecer retiradas do texto de um manual de produção de *fake news*, são do livro *Minha luta*, de Adolf Hitler. A frase de Olavo de Carvalho — “Nós não discutimos para provar que o adversário está errado. Discutimos para destruí-lo socialmente, psicologicamente, economicamente” — é parte da mesma tradição.²³

Apesar de suas diferenças, há algo em comum entre o atual momento e os anos 1930: o nacionalismo xenofóbico, o machismo patriarcal (não esqueçamos que Hitler identificava o feminino com decadência e perseguiu os homossexuais), os imigrantes seriam hordas que deturpam a essência da nação e a arte de vanguarda levaria ao declínio dos valores morais. A situação de hoje volta a colocar em questão a resiliência das instituições democráticas que encarnam a tradição iluminista.

Tanto nas formas de recrutamento do Estado islâmico pela internet quanto na maneira como funcionam as *fake news* da extrema direita são empregadas a mesma

23 Disponível em: <<https://epoca.globo.com/o-curso-de-olavo-de-carvalho-artista-da-ofensa-23521208>>. Acesso em: 7 maio 2020.

metodologia. Elas mobilizam o mal-estar, os sentimentos de confusão, de ressentimentos e de frustrações pessoais para propor um novo modo de ver o mundo, que ordena o caos e oferece um sentimento de superioridade por ser parte de um novo grupo que enfrenta os inimigos (“os imigrantes”, a “ideologia de gênero”, os jornalistas, as ONGs, os “socialistas”, “George Soros”, os “infiéis”), responsabilizados pelos problemas vividos.

A política democrática não exclui o uso de metáforas e de imagens capazes de mobilizar sentimentos, desejos, preconceitos e experiências vividas. Nenhuma narrativa política se reduz a argumentos detalhados recheados de fatos (o político que discursar como professor dificilmente ganhará uma eleição), mas quando os discursos são eliminados e substituídos por mensagens que sistematicamente deturpam os fatos, e pela produção contínua de cortinas de fumaça e de novos inimigos que têm como objetivo desviar a atenção dos problemas reais vividos pelas pessoas, a democracia se aproxima do abismo.

A extrema direita redefine os termos de “esquerda” e “direita”. Ela constrói uma narrativa na qual todos aqueles que a ela se opõem, inclusive os liberais, passam a ser fusionados num único conjunto (“comunistas”, “globalizantes”, “antipatriotas”), e são responsabilizados pelos males da nação. Amalgamam, assim, tendências ideológicas muito diferentes, deslocando o conflito político, levando a uma disjuntiva aos partidos opositores entre produzir alianças que priorizam a luta contra o autoritarismo e manter as velhas oposições procurando capturar algumas das bandeiras promovidas pela direita autoritária.

O discurso da direita autoritária em parte foi alimentado pela paralisia dos partidos tradicionais e por exageros e atitudes autoritárias de setores “politicamente corretos”, associadas a políticas identitárias, que perderam o horizonte do bem comum. No entanto, na base desse discurso está, sobretudo, a interpelação aos homens ressentidos pelo fracasso do poder masculino e que encontra ressonância em setores das Igrejas preocupadas com o abandono de seu modelo tradicional de família e de sexualidade.²⁴

24 O curioso do argumento religioso contra a chamada “ideologia de gênero”, utilizado desde os anos 1990 pelo cardeal que viria a se tornar papa, Joseph Aloisius Ratzinger, é que a sexualidade deve se ater ao que determina a “natureza”, quando as religiões monoteístas construíram suas normas e visões do ser humano como separados e em contraste com os “instintos naturais” (Ratzinger, J. A. *La sal de la tierra*. Madri: Libros Palabra, 1997).

A ESTRATÉGIA POLÍTICA DA DIREITA AUTORITÁRIA

Muitos livros foram escritos para explicar o movimento em direção às “democracias iliberais”, regimes políticos nos quais o rito de eleições periódicas é mantido enquanto são destruídas paulatinamente as instituições democráticas.²⁵

A estratégia política da direita autoritária é o ataque gradual às instituições democráticas em vez de propor um golpe de Estado ou uma revolução. Não se opondo frontalmente à democracia, ela desenvolve um “reformismo autoritário”, forçando os limites da incivilidade aceitável no espaço público. Recorrem a ameaças, veladas ou explícitas, contra os “inimigos”, e quando declarações extremistas são mal recebidas pela opinião pública, são caracterizadas como piadas, mal-entendidos ou como tendo sido retiradas do contexto.

É essa capacidade de criar uma nova “normalidade”, na qual sentimentos latentes ou expressados circunstancialmente em pequenos círculos (como comentários a favor de governos autoritários, machistas, racistas, antissemitas ou xenofóbicos) passam a ser aceitáveis no espaço público e no debate político, que transforma os governos de extrema direita em antessalas de regimes repressivos.

A propaganda política é substituída pela guerra psicológica, que tem como objetivo a mobilização do medo (pelo perigo que o “inimigo” venha destruir “nosso” modo de vida), o principal argumento para fechar fileiras em torno do líder, que se apresenta como figura forte e protetora.

A estratégia política da direita autoritária atua por meio de mensagens que buscam corroer a confiança nas instituições, o equilíbrio entre os poderes e a autonomia do Poder Judiciário, com ataques constantes ao jornalismo profissional e às organizações da sociedade civil. Nenhum deles chegou, até hoje, a destruir o conjunto das instituições democráticas para substituí-las por um novo regime político. Na realidade o objetivo tático permanente é enfraquecer os mecanismos de controle do Poder Executivo, como o Judiciário, a imprensa e a sociedade civil, para chegar a uma situação em que o Executivo não enfrente a crítica e a fiscalização de poderes públicos e da sociedade civil.

As novas tecnologias (com suas bolhas, câmaras de eco, baixo custo de entrada, cultura de mensagens curtas que não convidam à reflexão) têm se mostrado um

25 Da bibliografia extremamente ampla sobre o tema ressaltamos o recente livro de Jan-Werner Müller, *What Is Populism?* (Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2016).

instrumento extremamente útil a esses novos atores. A direita autoritária não é a única a utilizar *fake news*, mas se transformou em suas mãos na principal ferramenta de propaganda política.

Do ponto de vista político, o uso sistemático de *fake news* é uma estratégia para destruir o espaço público democrático, por meio da desinformação e da intoxicação permanente, produzindo a polarização extrema, de forma que o conteúdo das mensagens não seja o mais relevante, mas sim a confirmação dos preconceitos dos intoxicados.

A transformação de toda oposição em inimiga, a denúncia constante de conspirações e a destruição da convivência democrática têm como objetivo criar um clima de guerra. O ambiente psicológico de guerra, em que o medo e a insegurança predominam, facilita a promoção da figura do líder protetor, que precisa de autoridade ilimitada para defender a nação e que, portanto, não deve se submeter às instituições democráticas que balizam seu poder.

As *fake news* estão relacionadas a uma nova forma de comunicação política, diferente das ideologias e dos governos totalitários. As ideologias totalitárias tinham um marco interpretativo que explicavam quem era o inimigo, dentro de um ideal alternativo de sociedade. Os governos totalitários empregavam a censura, a repressão e a propaganda sistemática de suas ideias nos meios de informação que eles monopolizavam. As *fake news*, que atuam num ambiente de liberdades democráticas, não sustentam um discurso ideológico argumentado, nem explicitam um modelo de sociedade alternativa. Elas agem fundamentalmente para desmoralizar o jornalismo profissional e as elites tradicionais, atacando e demonizando as pessoas que discordam da direita autoritária.

A BASE SOCIAL DA DIREITA AUTORITÁRIA

Todas as sociedades apresentam correntes xenofóbicas e antidemocráticas de longa duração, que permanecem fora do jogo político oficial em tempos de normalidade, mas que reaparecem em períodos de crise política. A essa base, antes submersa, soma-se uma ampla gama de posições de pessoas que convivem contraditoriamente com os valores democráticos — que apoiam até certo ponto, ao mesmo tempo que se opõem a seus “excessos” em diferentes áreas e temas —, e que a direita autoritária consegue atrair.

A direita reacionária se alimenta, e retroalimenta, de ressentimentos, medos e mal-estares sociais muito diversos — pela perda de renda ou de status social, insegurança frente ao aumento do crime, intolerância religiosa, transformações culturais que produzem saudosismo e sentimento de desempoderamento entre homens adultos em relação às mulheres e aos filhos —, e que se expressam na sensação de desordem e na falta de disciplina.

As frustrações e os ressentimentos produzidos pela vida moderna podem ser canalizados tanto contra o capitalismo quanto contra a democracia. Atualmente, é a extrema direita a mais bem-sucedida na elaboração de um discurso que canaliza os sentimentos de mal-estar dentro de uma narrativa que produz “sentido” e a sensação de pertencimento. Ela oferece compensações simbólicas e afetivas que levam, inclusive, a deixar em segundo plano os interesses econômicos de parte dos eleitores.

A nova direita congrega em torno de si os mais diversos setores mobilizados pelo sentimento de “desordem” e que aspiram o “retorno da autoridade”. Eles incluem uma variedade de temas: o aumento da criminalidade — real ou percebida —, a instabilidade do emprego e o fim do sistema hierárquico em que mulheres, crianças ou negros não eram reconhecidos como iguais e era legítimo fazer comentários machistas, racistas, homofóbicos e antissemitas. A valorização de símbolos nacionais e da autoridade também atrai setores dos aparelhos repressivos (das Forças Armadas e da polícia), com uma cultura baseada na disciplina, na obediência, na subordinação e na “virilidade” e que idealiza uma sociedade funcionando como um grande quartel.

A maior parte dos líderes da extrema direita apoia agendas neoliberais, pelo menos para a economia nacional, mas questionam em alguma medida a globalização econômica. Essa convergência não autoriza a tratar o autoritarismo de direita como um subproduto direto do neoliberalismo, ainda que, em muitos casos, empresários enxerguem no autoritarismo uma oportunidade de fazer avançar seus interesses, dispostos a engolir uma agenda cultural alheia em prol de lucros maiores.

Depois da Segunda Guerra Mundial, houve um esforço para entender como foi possível a ascensão do fascismo e do nazismo. Surgiu a teoria da “personalidade autoritária”, proposta por Theodor W. Adorno, como sendo pessoas com tendências preconceituosas, com rigidez mental e com idealização a líderes e a autoridades. A teoria foi questionada pelas experiências do psicólogo social Stanley Milgram, apontando que a maioria dos indivíduos tende a obedecer a ordens dadas pelo superior hierárquico, sem considerar o sofrimento que produziam.

Ambas contribuições nos ajudam a explicar facetas da “atração autoritária”, mas são insuficientes para compreender contextos históricos concretos que afetam as escolhas individuais. Sem dúvida existem setores com maior afinidade por discursos que promovem o ódio, o dogmatismo e a incapacidade de convivência com a diferença, mas não se trata de uma parcela fixa de pessoas. A maioria delas, senão todas elas, em dadas circunstâncias, potencialmente podem perder a capacidade de reflexão crítica e passar a aceitar qualquer mensagem que reafirme seus preconceitos e a apoiar ideologias e líderes autoritários. A “tendência autoritária”, mais que um tipo de personalidade, seria um estado de espírito que penetra na sociedade em contextos históricos que favorecem a ação de atores sociais, que mobilizam sentimentos antidemocráticos.

A VELHA E A NOVA DIREITA

O conservadorismo reacionário da nova direita não representa uma continuidade da tradição dos partidos democráticos de direita, mas sim um rompimento com ela, pois não pretendia um retorno ao passado, apenas limitar o ritmo das transformações no âmbito da intervenção do Estado na economia, nas políticas sociais e nas mudanças culturais. Assim, por exemplo, durante décadas muitos países democráticos de tradição católica lutaram contra a legalização do divórcio, mas depois de introduzido acabaram aceitando a nova realidade.

O conservador democrático se opõe ao “pecado” (as mudanças com as quais não concorda), o reacionário persegue o “pecador” (ou seja, todos aqueles que são definidos como opositores a seu projeto de poder). O conservadorismo busca frear o ritmo das mudanças, o reacionário faz referência a um passado ao qual não é possível retornar e ao qual eles nem desejariam. O conservador democrático acredita e está comprometido com os valores que professa. A extrema direita mobiliza símbolos e valores religiosos como instrumentos de poder. Por exemplo, Trump ou Putin estão longe de ser exemplos de leitores da Bíblia e de reunir virtudes cristãs, ou Netanyahu de ser um judeu ortodoxo, mas eles utilizam motivos religiosos para conquistar apoio. O discurso político transforma cidadãos em crentes e patriotas, e só os crentes e patriotas teriam direito a ser cidadãos plenos. Quem se opõe a políticos que falam em nome de Deus e da pátria se opõe a Deus e à pátria.

A direita democrática tempera o conservadorismo moral pelo reconhecimento dos direitos inalienáveis dos indivíduos à liberdade, e o liberalismo econômico pelo reconhecimento que os efeitos socialmente nocivos do mercado devem ser

temperados por políticas sociais. A direita democrática sempre criticou um discurso de esquerda —sobretudo os regimes comunistas— que subsume os indivíduos em conjuntos homogêneos e indiferenciados, como classe ou povo, que encobre a ditadura de uma minoria que fala em nome do conjunto. A nova direita, assim como o fascismo, usa a “nação” para criar uma entelúquia que anula a pluralidade de indivíduos, fundindo-os numa massa com valores e interesses idênticos. Em vez de reconhecer os problemas sociais gerados pelo mercado, encobrem-nos, eliminando o tema da desigualdade social de sua narrativa política, que responsabiliza os inimigos “externos” pelas eventuais dificuldades vividas pelos setores mais pobres da população. O que os unifica é mais uma simbologia que um projeto de sociedade.

A NOVA DIREITA COMO ESTRATÉGIA GLOBAL

A nova direita nos diversos países apresenta similaridades, mas não é um conjunto homogêneo, com especificidades nacionais importantes. Os temas mais comuns são o nacionalismo — com variados tons de racismo —; versões diversas de críticas à globalização, em particular de suas consequências culturais e consequente afastamento do discurso dos direitos humanos (que só devem ser aplicados aos que se identificarem com a linha do governo) e da agenda ambientalista; a defesa da economia de mercado — o que não exclui críticas retóricas ao grande capital financeiro internacional —; o uso de símbolos religiosos na defesa de valores “morais” — o antifeminismo, que mobiliza a nostalgia de um passado idealizado, em que a autoridade patriarcal era acompanhada da violência psíquica e física sobre a cônjuge e sobre os filhos e perseguição aos homossexuais.

Variações incluem a liberação da posse de armas, no caso de Donald Trump, o partido Vox, na Espanha e Jair Bolsonaro, no Brasil. No caso deste último — a falta do tema migratório —, o inimigo é identificado com o velho e anacrônico fantasma do comunismo.

A nova direita não questiona os pressupostos do liberalismo econômico, e a desigualdade social geralmente não é mencionada. A proposta para a proteção dos trabalhadores é a exclusão dos imigrantes e o privilégio de se sentirem superiores por serem membros de uma comunidade que luta contra os inimigos da nação. É importante notar que a nova direita ataca tanto a esquerda, quanto — em muitos lugares até mais — a direita tradicional, pois compete com seu eleitorado.

A nova direita também se apropriou de temas que foram lançados pela esquerda alternativa, como a crítica à globalização ou ao poder do capital financeiro internacional, o que lhe permite atrair grupos sociais que se sentem econômica ou culturalmente prejudicados ou deslocados pelas enormes transformações das sociedades nas últimas décadas. Estratégia semelhante à do fascismo e à do nazismo, que incluiu o socialismo em sua designação (*Nationalsozialismus*).

Em todos os países, a estratégia política é a de demonizar os meios de comunicação, os partidos de oposição, o Poder Judiciário e a sociedade civil, considerados inimigos da nação (em geral a “serviço de interesses estrangeiros”). Não atacam de forma direta o sistema eleitoral, mas avisam antes de cada pleito que se não ganharam é porque as eleições foram fraudadas.

A sua lógica discursiva se aproxima do velho fascismo, também do comunismo, na transformação da política em guerra e do opositor em inimigo. Não que empreguem a violência do mesmo modo que os grupos fascistas (ou, de maneira diferente, os comunistas), mas se aproximam no culto machista da força e na formação de núcleos violentos em suas fileiras. Tanto Putin, Bolsonaro e Erdoğan, criticam, e quando os limites de seus poderes permitem, perseguem militantes feministas e LGBTs. Aliás, a perseguição aos homossexuais foi um traço comum aos regimes fascistas e comunistas, incluindo, até pouco tempo, Cuba de Fidel Castro.

A globalização é questionada por seus efeitos culturais e não por sua origem: a dinâmica do capitalismo, com seu poder de revolucionar os sistemas produtivos, os sistemas de comunicação e os produtos de consumo. O que faz com que a nova direita, inclusive nas versões neomercantilistas, *à la* Trump, tenha que navegar entre as demandas capitalistas de abertura ao comércio internacional e o discurso nacionalista de fechamento para o mundo exterior.

A direita reacionária deseja usar o Estado para barrar as mudanças socioculturais, no que opõe a tradição do liberalismo político. O precursor do fundamentalismo na história moderna foi a Inquisição — originada no combate às heresias medievais, como os cátaros e valdenses — que expandiu sua influência como produto da Reforma Protestante e foi transformada num instrumento de poder do Estado nas mãos dos reinos da Espanha e de Portugal.

A retórica nacionalista obscurece a realidade de que a nova direita apresenta uma capacidade de coordenação internacional e de apoio mútuo surpreendente, que lembra a Internacional Comunista (e não o Foro de São Paulo, uma plataforma politicamente irrelevante). Unidos pela oposição a instituições e a acordos internacionais

que promovem os direitos humanos e a proteção do meio ambiente, trocam experiências sobre como agir — em particular nas redes sociais —, realizam encontros periódicos e compartilham um operador político, Steve Bannon, que articula as iniciativas do grupo.

AMÉRICA LATINA

Na América Latina, durante boa parte do século xx, em alguns poucos países dominou uma estrutura bipartidária, como no Uruguai, ou monopartidária, como no México, mas no geral a história da região se caracterizou pela instabilidade política, repleta de golpes militares, líderes carismáticos que muitas vezes se transformaram na base de partidos, assim como de partidos e de grupos de esquerda sem compromisso com as instituições democráticas.

Eram sociedades extremamente desiguais, em que a direita mobilizava os militares e a esquerda propunha revoluções armadas, e o perfil ideológico dos atores políticos ficou embaralhado quando o nacionalismo tomou conta de boa parte da esquerda, das Forças Armadas e de setores empresariais que procuravam o abrigo de políticas protecionistas. Até pouco tempo, os grupos dominantes ainda dependiam do apoio estratégico dos Estados Unidos e boa parte da esquerda se identificava com a União Soviética, com a China de Mao e com Cuba, que negavam o respeito pela soberania nacional, uns aceitando o intervencionismo dos Estados Unidos e outros o apoio ativo de Cuba na região.

O resultado foi a fragilidade dos valores democráticos, tanto da direita quanto da esquerda. Situação que se mantém, pois temos na maioria dos países setores de esquerda que não afirmam de forma clara e unívoca seu apoio à democracia liberal, ainda tem dificuldade de aceitar plenamente as instituições democráticas, inclusive o papel positivo do mercado, confundem entre estatismo com justiça social, apresentam uma propensão a demonizar os opositores e um discurso anti-imperialista amarrado a uma visão anacrônica do sistema internacional. Por sua vez a direita tem dificuldade de apresentar respostas para as demandas de uma sociedade profundamente desigual, e que se dispõe, se necessário, a realizar alianças políticas que comprometem as instituições democráticas.

Se direita e esquerda continuam a existir, o divisor mais fundamental é entre a esquerda e a direita democráticas e a esquerda e a direita antidemocráticas. Na América Latina, por exemplo, os governos da Frente Ampla, no Uruguai; da Concertação, no

Chile; ou do PT, no Brasil, no campo da esquerda, e os governos de direita no Chile ou na Argentina, respeitaram a separação de poderes, a autonomia da sociedade civil, a imprensa livre e os princípios constitucionais. O que não é caso de Maduro, na Venezuela; de Ortega, na Nicarágua; e, com mais ambiguidades, de Evo Morales, na Bolívia, países onde presenciamos a destruição gradual, mas constante, das instituições democráticas.

Hoje em dia, apesar de a América Latina apresentar tendências políticas até certo ponto similares às dos países desenvolvidos, as características da estratificação e do conflito social são bastante diferentes, além da importância que assumiu a (in)segurança pública, tema que atrai setores da opinião para soluções antidemocráticas. Trata-se de um campo particularmente propício para discursos políticos que transformam temores legítimos da população em ódio generalizado contra setores da sociedade, que justifica o uso indiscriminado da violência policial contra aqueles que são identificados como os responsáveis pela criminalidade, em geral os moradores de comunidades carentes.

Na América Latina, a fragilidade do sistemático político é ampliada pela tendência de as Forças Armadas extrapolar seu papel constitucional. Há uma afinidade entre a cultura militar baseada na disciplina hierárquica, o culto ritualístico a símbolos que representam a nação como uma unida abstrata, a lógica amigo-inimigo e uma visão autoritária de convivência social. Em sociedades democráticas, essa cultura não se espalha para o sistema político, embora em momentos de grande tensão entre o poder civil e militar possa surgir, inclusive, em países de forte tradição democrática. É só lembrar a revolta e a conspiração de generais na França contra a política do presidente De Gaulle em relação à independência da Argélia ou a demissão do general Douglas MacArthur, herói da Segunda Guerra Mundial, por opiniões que confrontavam as do presidente Truman.

Na região, não apenas os controles civis são mais frágeis como as Forças Armadas apresentam características particulares. Em países onde a hipótese de guerra, pelos contextos histórico e geopolítico, é real, as Forças Armadas têm um inimigo externo no qual projetam o uso de seus recursos e de suas preocupações. Na América do Sul, onde a hipótese de guerra é praticamente nula, pois a maioria dos países não teve uma verdadeira experiência de mobilização geral e de guerra por mais de um século, há uma tendência de que a corporação militar procure dentro da sociedade o inimigo a ser enfrentado. Mais ainda quando em boa parte do século XX a luta contra o comunismo se transformou no leitmotiv das Forças Armadas.

Uma extensa bibliografia procura entender o papel intervencionista das Forças Armadas na região como produto da dinâmica social mais ampla, na qual são chamadas a atuar, sendo secundários seus interesses particulares. Acredito que se trata de uma falsa dicotomia. O contexto social e político sem dúvida está sempre presente, mas a “solução militar” surge porque ela existe, isto é, as Forças Armadas estão disponíveis para cumprir esse papel. Quando os militares não se dispõem a tomar partido, como aconteceu em vários casos da história latino-americana, a sociedade é obrigada a encontrar saídas negociadas.

A situação atual coloca novos desafios tanto para a direita quanto para a esquerda democrática na América Latina. A direita precisa reelaborar sua agenda de promoção do liberalismo econômico com políticas que confrontem a desigualdade social e a pobreza. A esquerda deve parar de fazer de conta que o mercado não existe, acreditar que por definição qualquer empresa pública é de interesse social ou que funcionários públicos e suas corporações são intocáveis, e lidar com a segurança pública como um problema que exige soluções próprias, sem reduzi-la a um tema socioeconômico. A violência criminal impacta a vida das pessoas, penetra e corrompe as forças policiais (inclusive as Forças Armadas quando mobilizadas), distorce o sistema político e afeta os próprios fundamentos da democracia. O controle do crime de territórios e populações significa que o Estado perdeu o monopólio do uso da violência e abandonou sua tarefa fundamental de preservar a vida dos cidadãos.

O sentimento de insegurança da população pelas altas taxas de criminalidade (em alguns países relativamente nem tão altas, mas crescentes, e, portanto, determinantes na sensação de insegurança) leva setores da população a serem atraídos por argumentos punitivos, com uso irrestrito da violência policial, armamento da população, diminuição da minoridade penal, em geral associados a posturas autoritárias. Frente a esse discurso, a referência aos direitos humanos ou a melhoria das condições sociais é insuficiente. Uma política ativa de segurança pública, com recursos humanos e materiais, deve ser parte da agenda política de todos os partidos democráticos da região.

A explosão de expectativas levou a demandas de direitos, muitas vezes inscritos nas constituições, que são irrealizáveis se não forem escaladas em termos de prioridades e dentro de uma visão de longo prazo. Caso contrário, faremos listas de “direitos”, enquanto na prática os privilégios dos grupos com maior influência política e proximidade do governo, e não os mais necessitados, continuam.

A situação atual impõe desafios tanto para a direita quanto para a esquerda democrática na região. A direita precisa encontrar um discurso com apelo eleitoral que promova o liberalismo econômico sem desconsiderar os problemas da desigualdade social e da pobreza, sob pena de ter que se aliar a tendências autoritárias que colocam em risco a democracia. A esquerda, em particular a latino-americana, precisa parar de fazer de conta que o mercado não existe e acreditar que, por definição, qualquer empresa do Estado é de interesse social ou que funcionários públicos e suas corporações são intocáveis. No plano internacional, deverá reconhecer que os regimes autoritários de esquerda são, em primeiro lugar e sobretudo, regimes autoritários.

À PROCURA DE NOVOS RUMOS

Por que hoje a procura de sentimentos de comunidade está associada a uma deriva autoritária? Certamente cada caso concreto se enraíza em situações nacionais particulares, mas, no contexto atual, o que se sobressai em todos os países democráticos é a ultrapassagem das elites políticas e intelectuais tradicionais. Essas elites (cientistas, juristas, jornalistas) ocupam ainda um lugar importante no espaço público e em instituições especializadas, no entanto, perderam influência em amplos setores sociais.

O ressurgimento do nacionalismo xenofóbico como força política, além de sua óbvia manipulação por líderes políticos, não pode ser dissociado do sentimento de exclusão de setores da sociedade que não se sentem parte das tribos cosmopolitas, seja de direitos humanos, seja de grupos ecológicos ou identitários. No século XX a procura da sensação de pertencimento de uma comunidade era encontrada em ideologias políticas, sindicatos e grupos profissionais. Sintoma dos novos tempos é que a celebração do Primeiro de Maio, principal evento anual de manifestações de rua durante o século, deu lugar aos desfiles de Orgulho LGBT.

Nas democracias, o poder efetivo dos cidadãos é limitado e muito distante de uma minoria que ocupa posições de influência econômica, política e midiática. As organizações de ação coletiva, como sindicatos, partidos políticos ou organizações da sociedade civil é o de “criar poder”, empoderar os desempoderados. Quando isolados de estruturas de participação cidadã, os indivíduos sentem que não possuem nenhum controle nos seus destinos, o que as predispõem a teorias conspiratórias, em que minorias que agiriam nos bastidores determinam os rumos da sociedade.

As lutas sociais permanecem apesar do fortalecimento de partidos políticos de extrema direita que procuram esvaziar do debate público o tema da desigualdade.

Nos Estados Unidos, as reivindicações se concentram em serviços universais de saúde e ensino superior, áreas nas quais as pessoas gastam parte considerável de sua renda ou ficam sem acesso a elas. Na Europa, é o aumento da renda individual que mobiliza as lutas sociais, como é caso dos *Gilet Jaunes*, na França. Na esquerda, a crítica ao neoliberalismo se concentrou nos efeitos socioeconômicos da globalização e nos recortes nas políticas sociais. Nos Estados Unidos, levou a uma radicalização de setores do partido Democrata, em que Bernie Sanders, que se define socialista — na prática um socialdemocrata moderado de acordo com os padrões europeus —, passou a ocupar lugar de destaque e a influenciar a agenda do partido. Na França, foi criado um partido, França Insubmissa (*La France Insoumise*), com um discurso que integra componentes nacionalistas sem amplo apoio eleitoral, mas que ajudou a implodir o partido hegemônico de esquerda, o Partido Socialista. Na Espanha, o Partido Podemos, criado após as manifestações de rua dos *indignados*, em 2013, e reunindo diversas correntes ideológicas de esquerda, teve rápido crescimento, chegando a apresentar uma presença eleitoral relevante e a desafiar a liderança do PSOE (Partido Socialista Operário Espanhol).

Quando multidões saíam às ruas o faziam normalmente sob orientação de partidos políticos, de sindicatos ou de organizações com consignas e lideranças definidas. As greves convocadas pelos sindicatos e as manifestações públicas dos partidos políticos tinham objetivos e comandos identificáveis. Sem dúvida podiam gerar instabilidade política, mas dentro de parâmetros previsíveis e negociáveis. Nesse novo contexto, em vez de mobilizações arranjadas, temos “explosões” cujos objetivos não são claramente definidos (muitas vezes suas “bandeiras” alteram-se com o passar dos dias, de acordo com o público que vai se agrupando), nem possuem lideranças representativas para falar pelo conjunto. A indignação é um componente central da vida política, porém, quando associada a uma descrença no sistema político, apresenta um enorme potencial de manipulação, dependendo da capacidade das diferentes forças políticas de orientá-la numa ou em outra direção, pois o impacto das explosões sociais é mediado pela ação de diversos grupos políticos (pré-existentes ou recém-criados) que canalizam a seu favor o mal-estar expresso nas ruas.

Alguns atribuem as explosões sociais ao papel das novas tecnologias de comunicação, que permitem a comunicação instantânea de redes sociais. Certamente a internet, com seu baixo custo e a possibilidade de comunicação vertical descentralizada, é útil para transmitir mensagens e palavras de ordem para grupos com poucos recursos, ainda mais em regimes autoritários (isso sempre e quando o governo não a desconecta ou a censura). Isso não explica as razões que levam setores da população

a se manifestar. O que as explosões sociais contemporâneas expressam é a perda de confiança nos governantes e a incapacidade dos sistemas institucionais de representação de dar vazão ao mal-estar social.

A sobrevivência das democracias depende da capacidade de os políticos e as elites que as sustentam dar respostas às necessidades do conjunto da população, não só econômicas como simbólicas e afetivas, relacionando-se aos temas que foram encampados pelo discurso populista. Pois, se o novo autoritarismo se alimenta de *fake news* e de símbolos vazios, ele responde a um mal-estar real com o estado das coisas e a necessidade de as pessoas se sentirem pertencentes a uma comunidade política, que suas condições de vida podem melhorar e que seus filhos podem contar com um futuro promissor. Um sentimento de comunidade e uma esperança que, para amplos setores da população, já esteve associado ao mundo do trabalho, mas que hoje aparece distante. O desafio é recuperar a capacidade dos partidos políticos de produzir tanto políticas sociais e crescimento econômico quanto narrativas que apresentem a capacidade de produzir sentido de comunidade, sustentada num ideal de sociedade desejável.²⁶

Ventos nacionalistas, com maior ou menor intensidade, sopram no mundo, e os partidos políticos tradicionais procuram se adaptar aos novos tempos. A preocupação com um eleitorado que se inclina contra a chegada de imigrantes tem levado alguns partidos socialdemocratas na Europa a apoiar políticas migratórias restritivas. Ou, no caso do partido Os Verdes, da Áustria, a participar de um governo dirigido por um partido de direita para barrar uma aliança com a direita autoritária.

Os partidos políticos não podem ser puristas, nem querem ver parte de suas bases votar em ideologias de extrema direita. Para isso, tanto a esquerda quanto a direita tradicional são obrigadas a repensar o tema do nacionalismo. Na direita, a ascensão de tendências autoritárias teve em alguns países consequências dramáticas, e alguns partidos de tradicionais tendem a integrar elementos do discurso xenofóbico da extrema direita como forma de frear a perda de eleitores. A estratégia de alguns partidos de direita de se apropriar de parte da agenda do nacionalismo xenofóbico leva a enormes riscos de ficarem cada vez mais próximos e, então, ser finalmente engolidos pelas forças que desejam neutralizar. Ou, como no caso do Partido Republicano nos Estados Unidos, ser conquistado por um líder distante das bandeiras históricas do partido.

26 Nesse sentido vale ler o livro de Richard Rorty, *Achieving Our Country: Leftist Thought in Twentieth-Century America* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1999).

O núcleo racional da “questão nacional”, no contexto atual, expressa o mal-estar de setores que se sentem maltratados pelas transformações socioeconômicas e culturais associadas à globalização e às transformações tecnológicas. O nacionalismo pode ser usado por uma visão excludente, antipluralista e por fim antidemocrática, mas é importante demais para ser relegado e entregue a setores retrógrados. O desafio é desenvolver um discurso e uma agenda política que confronte o nacionalismo xenofóbico da nova direita e o anti-imperialismo arcaico de parte da esquerda, com um projeto nacional de integração nos processos de globalização que não marginalize setores da sociedade.

7. A SOCIEDADE DA (DES)INFORMAÇÃO E A CRISE DA VERDADE

Danilo Martuccelli²⁷ está certo ao afirmar que a sociedade contemporânea não é formada por indivíduos isolados e desmobilizados. Pelo contrário, na “sociedade da informação” as pessoas são constantemente implicadas de forma afetiva por um mar de notícias, desde acontecimentos com pessoas mais ou menos próximas a denúncias sobre tragédias nos mais diversos cantos do mundo. Assim, a experiência contemporânea dos indivíduos é de uma consciência aguda de nossos laços com a sociedade, ao mesmo tempo que os desafios que nos são colocados diariamente são vividos como dramas subjetivos singulares dos quais somos os únicos responsáveis.

Apesar de a inserção contínua nos ventos do mundo produzir cidadãos mais bem informados, isso também os deixam mais confusos e angustiados acerca de seus destinos coletivos. A sobrecarga de informação é imobilizadora, produzindo mal-estar, insegurança e a sensação — não completamente falsa —, de que ninguém está sob controle.

A enorme quantidade de informações que circula nas redes produz a sensação de vivermos num universo cada vez mais transparente, o que em parte é verdadeiro, porém, obscurece o seu lado opaco, o de novas informações que nos chegam depois de digeridas e devolvidas por algoritmos, que as arquivam e as organizam com critérios que não foram definidos por nós, sem se esquecer da produção e disseminação profissional de *fake news*.

A comunicação virtual fusiona a cultura oral com a cultura escrita, perdendo no caminho a qualidade e a riqueza de cada uma delas. O descompasso entre o tempo que precisamos para elaborar nossas emoções e nossos pensamentos e a velocidade das mensagens que demandam uma resposta imediata limita a capacidade de agir de maneira reflexiva e responsável. O argumento elaborado dificilmente cabe num tuíte ou num *zap*. Na comunicação eletrônica prevalece a reação instantânea, sem sensibilidade frente aos sentimentos produzidos pela mensagem, pois não consideramos o sofrimento que eventualmente provocamos no outro, diferente da interlocução face a face.

27 Ver *La Condition sociale moderne: L'avenir d'une inquiétude* (Paris: Gallimard, 2017).

Num mundo de excesso de informações, o bem mais escasso é a atenção do usuário. Para obter alguns segundos de concentração o investimento exigido é enorme. A lógica do setor — “the winner takes it all” (o vencedor leva tudo) —, em que as empresas podem crescer de maneira acelerada em escala global, pois independem de grandes investimentos em estruturas locais, leva a um acúmulo de capital e de poder (como o Facebook e o Instagram, nas redes sociais; o Google, nos motores de busca; a Amazon, no varejo; o Airbnb, no aluguel de imóveis; a Microsoft e a Apple, nos sistemas operacionais; a Uber, no transporte urbano) que empalidece as velhas empresas industriais transnacionais. O poder econômico dessas empresas lhes permite, quando necessário, comprar startups que podem lhes fazer sombra, limitando a livre concorrência, e suas atividades globais facilita a evasão de pagamento de impostos nos países onde atuam.

O mundo invasivo da internet transforma a vida num presente permanente, no qual corremos para manter o emprego, para responder às mensagens ou para olhar no Instagram ou non Facebook para verificar se alguém viu a mensagem ou a imagem postada — muitas vezes imagens idealizadas que não refletem as angústias da vida de cada um e acabam gerando uma visão irreal do mundo.

A aceleração do tempo é uma característica das sociedades modernas e o coração da produção capitalista, mas adquiriu novos aspectos com a internet, simbolizado no mundo do consumo pelo “one click shop”. Sintoma dos tempos atuais é o surgimento de uma nova doença, o ciberviciado (quase todos os aplicativos são elaborados pensando na produção de injeções de dopamina no usuário). Um mundo de crianças hiperativas que são medicadas quando elas só refletem o ritmo do mundo atual, de adultos que não param de olhar para a tela do celular e que consomem ansiolíticos ou que usam técnicas de autoajuda para poder seguir participando de um sistema que exige a fuga constante de si mesmo.

O FIM DA PRIVACIDADE

A tecnologia moderna criou um sistema onde pessoas colocam voluntariamente as informações pessoais mais íntimas em grandes bancos de dados. Afirmação até certo ponto injusta, pois muitos aplicativos — os aparentes, pois os celulares já vêm com recursos que coletam dados do usuário que nem sabe da sua existência — exigem (afinal, são grátis!) que o cliente se disponha a abrir mão de sua privacidade, fornecendo acesso a seus movimentos. Essas informações, cruzadas de forma crescente com sistemas de reconhecimento facial, eliminam a privacidade, a intimidade e permitem o permanente bombardeio de publicidade personalizada e o controle dos cidadãos.

Vivemos num mundo paradoxal. Por um lado, a quantidade de informação disponível nos oferece uma visão dos mais diversos aspectos do mundo que antes se encontravam fora do nosso alcance e permite a comunicação horizontal e descentralizada. A contraparte a seu lado libertário é que as redes possibilitam sistemas de vigilância, tanto nas relações próximas como anônimas (o estado e as empresas), assim como de arquivar e processar dados pessoais com enorme eficácia, que tende a crescer de modo exponencial. A rede, como o deus Janus, apresenta uma face libertária e outra totalitária, uma sociedade de redes e uma sociedade emaranhada na rede.

USOS POLÍTICOS DA INTERNET E AS FAKE NEWS

O potencial democrático das novas tecnologias, como a possibilidade de mais transparência na atuação dos governos e no uso de recursos públicos, novas formas de participação — seja de consultas seja de encaminhamento de propostas de leis locais e nacionais — ou de democratização da atuação dos partidos são reais, embora até hoje não tenham apresentado resultados marcantes.

Um dos grandes desafios é encontrar o equilíbrio adequado entre o sistema representativo e as consultas de opinião pública (plebiscitos e referendos on-line). Mesmo que certos temas possam ser objetos de consultas públicas, elas não substituem o papel de mediação dos partidos e dos poderes públicos, que devem tratar de temas que exigem conhecimento específico, negociações entre interesses diversos e deliberações em torno a temas complexos, que não podem ser tratadas de maneira atomizada. Sem mencionar que a responsabilidade pública pode exigir a tomada de decisões pouco populares e, sobretudo, a proteção das minorias de imposições da maioria.

Enquanto engatinhamos no emprego de formas democráticas das novas tecnologias, o fenómeno das *fake news* avança e coloca em risco o espaço público democrático. Sem a preocupação de serem desmentidas (e, quando são, de todas formas sempre fica na mente do receptor dúvidas sobre a veracidade ou não da notícia) ou de seus autores anônimos legalmente responsabilizados, a rede transformou o espaço público, permitindo que grupos políticos atuem sem os filtros e as checagens exigidos no jornalismo profissional, que, por ser seu principal competidor, virou um dos alvos fundamentais de suas críticas

A internet implodiu tudo e qualquer limite de civilidade no espaço público virtual. A comunicação na internet permitiu a irrupção de uma cultura no espaço público

na qual quanto mais unilateral e virulenta for a mensagem, e mais ela manipular emoções e preconceitos e se comunicar menos com a razão, maior será seu impacto.

Para enfrentar essa nova realidade, várias plataformas foram criadas para verificar as informações que circulam no mundo virtual. Esforço necessário e meritório, mas que enfrenta diversos obstáculos. Em primeiro lugar, a quantidade de mensagens é descomunal e a maioria indetectável, sendo, portanto, poucas delas chegadas, apenas um número muito pequeno de pessoas procura conferir sua veracidade. Em segundo, inclusive quando pouco críveis, não deixam de ter impacto no subconsciente do receptor. Em terceiro, a questão central não são os fatos, mas seus conteúdos. Boa parte das mensagens políticas que circulam pelas redes não apresentam conteúdo informativo, não são notícias. Elas são, na maioria das vezes, caricaturas ou mensagens cujo objetivo é demonizar os oponentes e as instituições, promovendo o ódio contra quem pensa diferente, difundindo o caos e sentimentos de pavor, com o objetivo de criar um clima político de desmoralização das instituições democráticas.

As ideologias totalitárias traziam uma narrativa diferenciada, explicitando os valores que defendiam e uma visão clara de onde aspiravam chegar. A partir delas eram escolhidas mensagens “repetidas infinitamente” (hoje uma possibilidade potencializada pelo bombardeio diário personalizado permitido pelas novas tecnologias). Como indicamos anteriormente os líderes autoritários da atualidade, em vez de propor alternativas à democracia liberal, têm como objetivo maior desmoralizá-la, de forma que as *fake news* respondem a uma agenda não explícita. Essa estratégia permite contornar um confronto direto com os valores democráticos, que, apesar de questionados, são compartilhados por boa parcela da população.

As *fakes news*, como um projeto político, são parte de um esforço sistemático de difamar figuras públicas, instituições e meios de comunicação associados à defesa da democracia, e, em geral de toda fonte de crítica ou de notícias que considerem inconveniente. O objetivo é produzir desconfiança em relação a toda informação. Se nada for verdadeiro, aceitar ou não uma informação só depende da disposição subjetiva do usuário. Se a mensagem confirma seus preconceitos, nela se acredita, caso contrário é descartada sem refletir. Dessa forma, foi criado um espaço público dominado pelo preconceito e pela reação visceral, apenas baseado em emoções.

Para alcançar esse objetivo, a crença na veracidade da informação é deslocada do conteúdo para quem a emite. Se ele for associado ao “outro time”, não importa seu conteúdo, é supostamente falsa. Desmentir as *fake news*, embora necessário, tem um efeito limitado. Porque o papel delas não é transmitir uma “informação”, mas sim

construir na cabeça do receptor um estado de espírito e uma narrativa política que se formam a partir de uma miríade de mensagens curtas, muitas vezes reduzidas a imagens, símbolos e metáforas, aparentemente isolados entre si, mas que respondem a uma visão de mundo que vão penetra no inconsciente dos internautas.

As *fake news* mobilizam sentimentos (medos, ressentimentos, incertezas, insatisfações) e preconceitos (machismo, racismo, homofobia) preexistentes. O que fazem, no primeiro caso, é canalizar os sentimentos dentro de uma narrativa política e, no segundo, normalizar, legitimar e valorizar a expressão pública de posturas que antes as pessoas se envergonhavam de assumir. A consequência da política das *fake news* é a polarização destrutiva do espaço público. Elas produzem bolhas que geram novas bolhas dos que se opõem a elas, e que funcionam na mesma lógica de fechamento cognitivo, levando à perda da capacidade de conviver com o diferente e do debate civilizado de ideias discordantes. A luta contra as *fake news* é um confronto por corações e mentes, pois os valores democráticos nunca podem ser tidos com consolidados.

A internet permitiu, como alguns analistas argumentam, maior participação e comunicação entre cidadãos e um nível de acesso à informação até pouco tempo atrás inimaginável. Mas também potencializou tendências, já presentes na sociedade, de valorização da subjetividade, do narcisismo, de mensagens simplistas e de afirmações peremptórias. Na rede, as pessoas dessensibilizadas pela não presença física e pelas emoções do outro, que pode ser “desligado” com um clique, fogem do contraditório e de informações e de argumentos que não confirmem seus preconceitos, transformando a tela do celular num espelho e numa câmara de eco, pelos quais ouvem versões de suas próprias vozes. Um contexto propício a discursos polarizados e a visões conspiratórias.

As novas possibilidades de participação nas redes e as mobilizações de rua não substituem o sistema de instituições representativas e de poderes do Estado. Pelo contrário, como escreve Nathan Gardels: “Tudo isso apresenta um paradoxo para a governança na era digital: Quanto mais participação houver, maior a necessidade de contrapeso de práticas e de instituições imparciais que possam processar a cacofonia de vozes, para resolver o dilúvio de informações contestadas, para negociar trade-offs justos entre o turbilhão de interesses conflitantes e para dispensar o pensamento mágico ou a xenofobia que acompanha o sentimento popular em rede”.²⁸

28 Gardels, N. Weekend Roundup: Mobilization Politics Is Here to Stay. Berggruen Institute, Los Angeles, 23 ago. 2019. Disponível em: <www.berggruen.org/the-worldpost/articles/weekend-roundup-mobilization-politics-is-here-to-stay>. Acesso em: 7 maio 2020.

AS FAKE NEWS E A CRISE DA “VERDADE”

O que são as *fake news*? Em seu último livro, Yuval Noah Harari argumenta que são uma constante da história humana. Ele afirma que os mais diversos mitos e as mais diversas religiões são ficções que se sustentam em crenças sobre as quais não existem evidências: “Quando 1 bilhão de pessoas acreditam durante milhares de anos — isto é uma religião, e somos advertidos a não chamar de *fake news* para não ferir os sentimentos dos fiéis (ou incorrer em sua ira)”.²⁹

Em seus escritos, sua forma de integrar fatos históricos variados para elaborar interpretações criativas permite a Harari generalizar longos períodos da história, o leva por vezes a desconhecer ou contornar descontinuidades, a diversidade das culturas e os significados de conceitos em épocas diferentes. Especificamente, suas reflexões sobre as *fake news* são contraditórias.³⁰ Por quê? Porque o autor defende a ciência e o jornalismo responsável como as fontes mais adequadas para procurar a verdade — apesar das limitações que elas comportam — e, assim, proteger-se das *fake news*. Ora, ou a verdade tem critérios diferenciados ou ela se reduz a crenças compartilhadas, não importando o que afirmem.

A visão de verdade sustentada pela ciência ou pelo jornalismo responsável não existiu durante boa parte da história humana, de forma que chamar mitos religiosos de *fake news* ou de verdades é um anacronismo, já que a “verdade” não era entendida durante a maior parte da história humana da mesma maneira como os modernos a entendem. Como indica Foucault:

*Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sancionam uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.*³¹

29 “When a billion people believe it for a thousand years — that’s a religion, and we are admonished not to call it ‘fake news’ in order not to hurt the feelings of the faithful (or incur their wrath)”. (Harari, Y. N., 21 lessons *Lessons for the 21st Century*. Nova York: Spiegel & Grau, 2018

30 Como se trata de um tema lateral ao nosso texto, não nos referiremos à teoria de Harari que deduz e reduz as crenças a sistemas que viabilizam a cooperação, o que é apenas parte da explicação de como se formou a cultura humana.

31 Foucault, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1972, p. 12.

A “verdade” defendida pelo método científico valoriza a dúvida e a curiosidade, e se sustenta na crença de que toda afirmação deve ser baseada em raciocínios lógicos e provas empíricas refutáveis. Assim, as verdades científicas supõem a possibilidade, senão a necessidade, de que outras pessoas desenvolvam argumentos alternativos, que questionam o conhecimento estabelecido.

Como consequência, a convivência científica exige uma forma de organização das relações sociais que assegure e promova os valores da liberdade de pensamento, o pluralismo e o livre debate de ideias. Certamente, como mostra uma ampla bibliografia, o mundo científico não é livre de tendências a petrificar seus paradigmas ou de jogos internos de poder. Esses questionamentos, porém, não pretendem desvalorizar a ciência, pelo contrário, apenas mostram como as formas de sociabilidade e de organização do campo das ciências podem prejudicar ou limitar seu avanço.

Extrapolados para o conjunto da vida social pelo Iluminismo, os valores básicos do pensamento científico foram estendidos para o espaço público, que, apoiado no poder do Estado e no sistema legal, assegura a liberdade de pensamento, o pluralismo e o livre debate de ideias. Embora uma genealogia dos valores liberais possa identificar no passado momentos de maior liberdade de pensamento, como foi na Grécia Antiga e no mundo greco-romano, o respeito da liberdade subjetiva das pessoas, a valorização da dúvida e da curiosidade é um fenômeno relativamente recente. Não possui mais do que alguns poucos séculos e foi e permanece sendo contestada.

O questionamento das ciências foi constante na história contemporânea. Os regimes autoritários, tanto de direita quanto de esquerda, não suportavam e reprimiam a liberdade acadêmica, em particular nas áreas das ciências humanas. “Se a ciência não pode passar sem os judeus, passaremos alguns anos sem a ciência”, foi a resposta de Hitler ao pedido do físico Max Planck para que considerasse o impacto da expulsão dos judeus da administração pública e da academia.

Os regimes comunistas argumentavam que as teorias que não comungavam com sua análise do processo histórico estavam a serviço da burguesia e, portanto, deviam ser descartadas. Paradoxalmente, essas versões afirmavam que o marxismo era uma visão científica da história. Porém, era considerada a única visão possível, o que significava, por definição, a exclusão de pontos de vista diferentes, e, portanto, negava as regras básicas da convivência científica, que a priori não exclui perspectivas distintas, nem permite que se descarte um argumento porque não se concorda com a orientação política e/ou com a normativa do autor. O resultado era a negação e a repressão do pluralismo e do livre debate de ideias.

Uma nova virada teórica, associada à perda de influência do marxismo no meio acadêmico e na vida política, passou a estar associada a teoria da construção social da realidade, particularmente por algumas correntes das áreas de *cultural studies*. A construção social da realidade postula que “naturalizamos”, isto é, assumimos como verdades eternas ou como critérios de “normalidade”, crenças, valores, maneiras de sentir e conhecimentos que são o produto de circunstâncias históricas e sociais determinadas. Essa perspectiva aguçou a capacidade crítica frente a fenômenos de dominação, como o patriarcalismo, o racismo, a orientação sexual ou o eurocentrismo.

O fundamento dessa visão é que as diversas formas de pensamento, inclusive a científica, são produto de contextos culturais determinados. Essa conclusão filosoficamente razoável, transferida para o campo normativo, pode ser culturalmente suicida. A reprodução da sociedade, que se dá pela transmissão de seus valores, depende da crença de que eles possuem um valor intrínseco, preferível a outros sistemas culturais,³² o que sem dúvida não significa que não se deva respeitar e procurar compreender outros modos de vida. Mais ainda, **não podemos esquecer que a própria teoria da construção social da realidade e a possibilidade de sua afirmação no espaço público só são possíveis graças a existência de um campo científico autônomo, produto de sociedades democráticas.**

Toda pesquisa científica apresenta algum tipo de orientação normativa, mas o que diferencia a ciência de outras formas de busca do conhecimento é que ela se fundamenta em argumentos racionais, refutáveis empiricamente. Caso contrário, estaríamos no campo da opinião pessoal, da filosofia moral, das artes ou da teologia e, no limite, da valorização da subjetividade, das emoções e, por fim, do irracionalismo.³³

Alguns autores da área de *cultural studies*, como estudos raciais, feministas ou pós-coloniais, que se utilizam da perspectiva da construção social da realidade, apresentam por vezes posturas que deslegitimam o pensamento científico, invalidando obras daqueles que estariam a serviço de “formas de dominação”. Para alguns, no limite, somente pessoas que sofreram na pele cada forma de opressão particular estariam qualificadas para argumentar a respeito dela. A consequência de fazer

32 Como bem lembra Lévi-Strauss em seu texto *Raça e história*. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2844023/mod_resource/content/1/L%C3%89VI-STRAUSS%20oClaude_Ra%C3%A7a%20e%20hist%C3%B3ria.pdf>. Acesso em: 7 de maio 2020.

33 Os questionamentos recentes da existência das alterações climáticas ou que sejam produzidas pela ação humana, da vacinação obrigatória e o impacto das *fake news* têm levado muitos autores, inclusive um dos mais notórios questionadores da objetividade científica, Bruno Latour, a rever suas opiniões. Ver Kofman, A. “Bruno Latour, the Post-Truth Philosopher, Mounts a Defense of Science”, *The New York Times Magazine*, New York, 25 out. 2018. Disponível em: <www.nytimes.com/2018/10/25/magazine/bruno-latour-post-truth-philosopher-science.html>. Acesso em: 7 de maio 2020.

depende o argumento do “lugar de fala” é a desqualificação do debate científico, pois no lugar do valor substantivo do argumento, ele seria substituído pelos sentimentos e pelas experiências subjetivas pessoais como critério de validação. Essa postura desconhece a convivência humana fundada na capacidade de empatia como destrói as regras básicas sobre as quais se assentam tanto o diálogo científico e a vida democrática, que se fundamentam no valor intrínseco do argumento, e não nas características pessoais de quem o enuncia. Valores que sem eles não haveria o próprio conceito de “dominação”, que só faz sentido numa sociedade formada por indivíduos e por comunidades que compartilham e acreditam nos valores da liberdade individual, a procura da autorrealização, a dignidade e o reconhecimento e o direito de se contrapor a relações sociais opressivas.

Esses debates teriam relevância limitada ao âmbito acadêmico se seus argumentos não permeassem diversos grupos de ativistas da sociedade civil, que fortalecem o fechamento cognitivo em torno de suas reivindicações identitárias, cada qual enfatizando as formas de “dominação” ao qual estão sujeitos, levando à perda da capacidade de diálogo e de visão de conjunto da sociedade.

ASCENSÃO E CRISE DO JORNALISMO PROFISSIONAL

A imprensa permitiu a reprodução em massa de informações que antes circulavam como rumores ou como pichação de paredes. A princípio utilizada de forma esporádica para imprimir panfletos, aos poucos foram surgindo publicações periódicas. A partir do século XIX, com tecnologias mais eficazes de impressão, a democratização da vida política, a expansão da vida urbana e do sistema educacional foram se estabelecendo jornais com maior tiragem e, no século XX, a profissão de periodista consolidou-se associada a um corpo de ética profissional. O jornalismo como um subsistema especializado na produção de notícias e com normas que exigem o uso de informação baseada em fontes originais e confiáveis, independente de outras esferas de poder, é um fenômeno relativamente recente. Ainda assim, a tensão entre os controladores dos meios (ou a influência externa do poder econômico e político), e a independência do trabalho jornalístico é uma constante na história da imprensa. Os melhores jornais procuram proteger a independência dos jornalistas e dos repórteres, separando de maneira clara a linha editorial, expressada na seção de opinião e em seus editoriais.

O surgimento do rádio, e depois da TV, gerou um novo desafio à democratização dos meios de comunicação. Enquanto teoricamente qualquer pessoa ou grupo

podia iniciar uma publicação impressa, cabendo ao poder público apenas assegurar a liberdade de expressão, a transmissão de rádio e mais ainda da TV, pelo menos até pouco tempo, dependia de um espectro de onda bastante limitado para realizar as transmissões e, por isso, acabou sendo necessária a regulação pública.

As formas em que diversos governos democráticos regularam e procuraram limitar o impacto da concentração desses meios divergiram bastante entre diversos países.³⁴ Mais recentemente, com o surgimento da internet e da TV a cabo, ampliou-se o espectro de canais de rádio e de televisão, aumentando o número de participantes, ainda que não chegue a eliminar o papel da regulação pública.

Regimes autoritários nunca aceitaram uma imprensa livre, sendo norma a censura e a repressão. Já em regimes democráticos, a imprensa marrom, sensacionalista, sempre esteve presente, assim como jornais associados a partidos ou a personalidades políticas. Proprietários dos meios de comunicação com maior ou menor intensidade, procuram influenciar a agenda de seus noticiários, e, ao mesmo tempo, devemos levar em consideração que os jornais interagem com seu público. Se eles moldam a opinião pública, também respondem às expectativas de seu público para manter sua audiência, que determina os valores pagos pela publicidade.

Nas democracias, o jornalismo, como o principal espaço de informação e de produção de notícias sempre foi alvo de críticas dos políticos e, em particular, dos detentores de poder, incomodados pelo jornalismo investigativo, que é a principal fonte de denúncias dos abusos dos governos em sociedades democráticas. Sua influência na opinião pública, que o levou a ser denominado de “quarto poder”, foi enorme — e permanece, apesar de ter diminuído —, ainda que seja superestimada por seus críticos. Se a imprensa fosse onipotente, como argumentam, suas orientações políticas seriam decisivas em pleitos eleitorais, o que não é o caso. Em muitos países da América Latina, onde a imprensa é denunciada “por ser de direita”, partidos de esquerda — por exemplo, no Chile, no Uruguai ou no Brasil — foram vitoriosos. Ou, ao contrário, na Venezuela, Hugo Chávez teve vitórias eleitorais nos seus primeiros governos, quando a imprensa não lhe era favorável, e perdeu parte do apoio eleitoral depois que fechou ou estatizou boa parte dos meios de comunicação opositores.

A partir da década de 2010, o jornalismo tradicional, em particular jornais e revistas impressas, mas também canais de televisão aberta, passaram a enfrentar o

34 Ver Sorj, B. (Org.). *Meios de comunicação e democracia: Além do Estado e do mercado*. São Paulo: Plataforma Democrática, 2011. Disponível em: <www.plataformademocratica.org/Arquivos/Meios_de_comunicacao_e_democracia.pdf>. Acesso em: 7 maio 2020.

desafio das formas alternativas de comunicação permitidos pela internet. Houve uma diminuição da procura de publicações impressas, levando veículos de informação a providenciarem sua versão eletrônica, por vezes até eliminando a versão física, fazendo com que os jornais existissem apenas de forma digital. Essa substituição significou não só uma mudança de meio, mas também de tipo de leitura, pois os leitores virtuais se concentraram em poucas notícias de interesse pessoal, quando antes folheavam todos os conteúdos do jornal.

O impacto direto mais importante foi sobre o modelo de negócio do jornalismo tradicional, no qual a venda de espaços de publicidade possuía papel fundamental. Os recursos gerados por abonados ou por usuários das versões eletrônicas não alcança, em geral, o mesmo patamar da versão física, e, ainda mais decisivo, as verbas de publicidade se deslocaram para os grandes sites de busca, para as redes sociais e para as plataformas eletrônicas especializadas em avisos comerciais (as pessoas que nasceram já fazem algum tempo lembram dos grossos cadernos do domingo dos grandes jornais, com ofertas comerciais de todo tipo nos seus “classificados”). Menores ingressos implicaram a diminuição do plantel de jornalistas investigativos.

A internet, reduzindo a quase zero o custo de divulgar “notícias” ou de acessá-las, implodiu o monopólio da imprensa como principal veículo de informação no espaço público. Se por um lado, esse processo expandiu as possibilidades de comunicação não mediada e filtrada pelos veículos tradicionais, permitiu também o surgimento de sites informativos que são uma fachada para dar credibilidade ou “fonte” aos produtores profissionais de *fake news*.

Apesar das críticas que poderiam ser feitas aos meios tradicionais de comunicação, eles têm uma responsabilidade legal sobre a informação transmitida e uma imagem pública a preservar. Com maior ou menor qualidade, o periodismo livre é condição da vida democrática em sociedade de massa. E, mesmo com suas limitações, o jornalismo profissional permanece o principal instrumento disponível pelos cidadãos para obter informações validadas, ainda que erros e vieses possam ocorrer.

Os meios de comunicação foram uma ferramenta fundamental na formação da opinião e do debate público, numa sociedade moderna que, por um lado, é extremamente atomizada e, por outro, interdependente ao extremo de seu entorno. Se o pluralismo do jornalismo profissional tinha inclinações e um poder enorme, era limitado por leis de difamação, e a mentira ou o erro jornalístico punido pela queda de audiência.

A tendência atual é a fragmentação da informação, desfigurada cada vez mais por *fake news* fazendo da sobrevivência do jornalismo responsável, seja no formato antigo ou no novo, um dos desafios para o qual as sociedades democráticas deverão produzir respostas criativas.

8. A DILUIÇÃO DAS FRONTEIRAS DOS SUBSISTEMAS SOCIAIS

As sociedades democráticas estão hoje vivendo uma transformação sistemática de suas instituições, tanto formais quanto informais. Estão desmoronando desde normas não escritas que orientam as relações cotidianas até as barreiras que mantinham as separações entre diferentes esferas de poder. O efeito dessas transformações produz uma sensação de fragilidade e de caos, como estarmos num navio sem comando.

Não existe por trás dessas mudanças uma causa única. Algumas são produto dos avanços da democracia e das transformações do capitalismo, outras, da maneira como a revolução tecnológica está sendo apropriada. A lista é longa, de forma que só nos concentraremos nas mais importantes, tendo em vista que algumas foram tratadas mais detalhadamente em diferentes partes deste livro:

Espaços nacionais/expectativas globais. Como mencionamos no capítulo anterior, desde suas origens, as sociedades nacionais compunham e tinham como referência o sistema internacional. A história dos Estados nacionais é produto da interação constante entre dinâmicas internas e externas. Com mais ou menos autonomia e sucesso, procuraram acompanhar e de alguma maneira imitar ou superar as realizações econômicas, científicas, tecnológicas e militares dos países mais avançados. O que produziu um movimento permanente de mudanças de posições relativas, em que alguns avançavam mais que os outros.

Ainda assim, as fronteiras nacionais representavam barreiras, ou pelos menos filtros relativamente efetivos, aos intercâmbios comerciais e culturais entre os países. Os sistemas educacionais, o comércio local e os meios de comunicação sem dúvida sempre foram influenciados pelo sistema internacional, mas as pessoas interagem, informavam-se e formavam suas expectativas sobretudo no marco das fronteiras nacionais. Essa situação mudou com os canais de TV a cabo, com o comércio on-line que dá acesso direto a oferta de produtos e a possibilidade de se comunicar de forma instantânea e gratuita com pessoas em qualquer lugar do mundo. Inclusive as lutas contra o crime transnacional, ações de atores externos interferindo em eleições de outros países, ou a divulgação de propaganda de promoção de grupos terroristas internacionais, testemunham as crescentes limitações do Estado nacional como principal marco de convivência social.

Nos países menos desenvolvidos, as elites e a classe média alta procuravam reproduzir modelos de consumo dos países mais avançados. Esse processo se acelerou com a massificação do consumo globalizado e com os novos sistemas de comunicação, levando grande parte da população a ter como referência o sistema internacional. O resultado é a insatisfação permanente com o próprio país, e que sempre inclui uma dose de idealização dos que “estão melhor do que nós”.

Esferas de poder e a influência do dinheiro. A democracia se sustenta no princípio da separação das esferas de poder: a desigualdade num campo de atividades (econômico, profissional) não deve ser transladada a outros, em particular no âmbito político e judicial, em que se pressupõe a igualdade de direitos. Situação que nunca se realizou na prática, mas que representou um horizonte normativo. A influência do dinheiro na política — em boa parte devido aos custos cada vez maiores das campanhas eleitorais — aumentou nas últimas décadas, além de ficar mais visível graças a mecanismos de transparência de gastos e de controle público. Um processo que veio acompanhado da hipervalorização do enriquecimento pessoal — fragilizando a ideia de status social associado ao reconhecimento pela tarefa realizada ou por qualidades pessoais (como professores, médicos ou intelectuais) das éticas corporativas, em especial de políticos e de administradores públicos.

A judicialização da política e a politização do judiciário. A fragmentação partidária e a incapacidade dos parlamentos de produzirem consensos — que junto com a “revolta das minorias” (identitárias, religiosas, étnicas, regionais) — transferiram para o Poder Judiciário decisões que antes eram resolvidas no âmbito político, prejudicando a autonomia, as atribuições específicas e a legitimidade do sistema representativo, e, por consequência, da democracia.

O público e o privado. A separação entre o público e o privado, fundamental na concepção da liberdade moderna, está se esfacelando. No início foi produto da atuação do movimento feminista e LGBT, que levaram o debate para o espaço público temas que a velha legislação tratava como do âmbito privado, acobertando a violência contra a mulher e os filhos ou reprimindo práticas sexuais. Mas a mudança radical foi produzida pelas redes sociais. Com a participação ativa dos usuários, quase toda a comunicação privada se transformou em pública ao mesmo tempo que o marketing político foi transmutado em (aparente) comunicação privada, dando lugar a indústria de *fakes news*. As informações dos aspectos mais íntimos das pessoas passaram a ser controlados por bancos de dados que permitem empresas, operadores políticos e ao Estado (em países autoritários, mas também em democráticos) atingir as pessoas a partir de perfis individualizados.

Renda/emprego. As mudanças tecnológicas e as novas formas de organização empresarial colocam em xeque a noção que a obtenção de um título acadêmico assegura um emprego ou uma trajetória de ascensão social. Hoje se apresenta uma sociedade que exige do indivíduo iniciativa, flexibilidade, adaptação constante às demandas do mercado de trabalho e que aspire consumir cada vez mais, porém, ao mesmo tempo, um indivíduo que vive na angústia em relação à possibilidade de conseguir pagar todas as contas do mês, levando a um sentimento de abandono e de fracasso por não conseguir obter “sucesso”, que muitas vezes leva à depressão, assumindo um caráter epidêmico.

A responsabilidade por esses sentimentos é transferida com frequência aos políticos quando não à própria democracia. O resultado se expressa numa tendência global de afastamento dos pleitos eleitorais, na menor adesão e participação no sistema partidário e no apoio a figuras paternas que se apresentam como sendo “antissistema”.³⁵

Responsabilidade pessoal/responsabilidade do sistema. A internet está mudando as formas de relacionamento, ampliando as possibilidades de comunicação entre as pessoas e de controle de suas atividades, permitindo o acesso a uma quantidade praticamente infinita de informação e sua utilização para os mais diversos fins — produtivos, comerciais, militares, profissionais, científicos, criminosos e de vigilância estatal —, estabelecendo novas formas de emprego e destruindo outras. A internet transformou as formas de comunicação e de coordenação das mais diversas atividades sociais, que passaram a ser mediadas por sistemas cujos algoritmos são desenvolvidos por empresas para fins comerciais ou pelos Estados para o controle da população, e que armazenam toda a informação transmitida pelos usuários. Além do perigo potencial que representa a dependência sistêmica de sistemas centralizados, a tendência crescente será a de-responsabilização pelas decisões e pelos erros. Hoje já estamos acostumados a ouvir das empresas, “sinto muito, mas foi um erro do sistema”, resposta que logo será empregada em relação a qualquer situação, desde erros dos governos aos mais diversos serviços profissionais.

Ligado/desligado. A solidão, como experiência de estar consigo mesmo, refletindo, lendo ou “sem ter o que fazer”, passou a ser substituída pelo *multitasking*, a conexão constante com redes sociais e de mensagens —, seja ao longo do trabalho,

seja durante o lazer, misturando os dois, ou seja com a conexão das pessoas ao “mundo exterior” no decorrer do horário de trabalho, e ao trabalho no tempo de folga. O fim da “solidão”, não como sentimento de vazio, mas como longos espaços de tempo de concentração reflexiva, exigida por exemplo, pela leitura de um livro, tende a desaparecer pela “necessidade” de estar sempre acessível para responder curtas mensagens e ver imagens nas redes sociais.

Relações monetárias e não monetárias. O capitalismo produz permanentemente novos produtos, muitos dos quais geram gastos mensais (como telefone celular para todos os membros da família, acesso à internet e TV a cabo, carro etc.), que alimentam as expectativas de consumo e que são turbinadas pela publicidade. Na sociedade de consumo, o dinheiro ganhou importância em quase todas as atividades sociais. Não que a renda não seja fundamental, e não se trata, portanto, de idealizar um mundo sem ela, mas boa parte das relações sociais antes transitavam num espaço menos monetizado. Até algumas décadas atrás, crianças, inclusive de classe média, possuíam poucos brinquedos, que, por sua vez, duravam mais tempo. A sociabilidade era basicamente face a face, enquanto hoje predomina o mundo virtual dos jogos eletrônicos.

Culturas de “consumo de classe” delimitavam as expectativas, de formas de vestir e de se alimentar. As subculturas de consumo de classe foram substituídas por espaços “universais” da publicidade, dos supermercados e das marcas famosas. Expectativas que dificilmente se realizarão, e que encontram sucedâneos nos jogos de azar (dezenas de milhões no Brasil fazem suas *fezinhas* com frequência) e em projeções e identificação com celebridades, que vivem no luxo.

Se alguns bens de consumo podem ser considerados supérfluos, expressão de distinção social ou modismo, outros são condição de qualidade de vida e necessários para usufruir dos avanços civilizatórios. No entanto, parte da população gasta além de sua renda, com cartões de crédito e empréstimos bancários, numa dinâmica que leva ao endividamento privado e à formação de bolhas que explorem de tempos em tempos. Um estudo recente indica que seis entre dez estadunidenses não possuem poupança suficiente para pagar gastos emergenciais entre quinhentos e mil dólares.³⁶

35 Solijonov, A. *Voter Turnout Trends Around the World*. Estocolmo: Idea, 2016. Disponível em: <www.idea.int/sites/default/files/publications/voter-turnout-trends-around-the-world.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2019.

36 Vasek, K. “Six in Ten Americans Don’t Have \$500 in Savings”, CNN, Nova York, 12 jan. 2017. Disponível em: <<https://money.cnn.com/2017/01/12/pf/americans-lack-of-savings/index.html>>. Acesso em: 7 maio 2020.

Pode-se argumentar que a sociedade de consumo é mais igualitária, porém, ao mesmo tempo, gera expectativas irrealizáveis para grande parte da população, que não consegue pagar as contas do mês, inclusive aqueles que certas estatísticas colocam no 1% com maior renda no Brasil, criando a ilusão de que bancários e banqueiros são parte do mesmo estrato social. Trata-se de uma corrida em que o ponto de chegada está sempre em movimento, pois as necessidades nunca param de crescer, e a insegurança acerca do futuro do emprego ou da aposentadoria é permanente.

Autoridade/hierarquia. Com o fim das normas ditadas pela tradição, as sociedades modernas propiciaram o questionamento de todas as formas sacramentadas de hierarquias sociais e de princípios de autoridade. O individualismo igualitarista levou à desintegração dos sentimentos de deferência (e por vezes temor) em relação aos pais, a pessoas mais idosas e, em geral, a estruturas hierárquicas. A valorização da individualidade e da igualdade, a formação da cultura “geracional”, as relações mais igualitárias dentro da família, a perda da “áurea” dos políticos — cuja vida privada é vasculhada constantemente — e o questionamento dos especialistas — catapultados pela procura de informações e de diagnósticos alternativos na internet — diluíram as hierarquias e a aceitação da autoridade nos mais diversos campos da vida social.

A individualização crescente leva à personalização de todas as relações, seja no seio da família, no qual os pais devem ficar atentos às particularidades de seus filhos, seja no sistema produtivo e de serviços que diversificam de maneira contínua a oferta, procurando estabelecer uma relação pessoal com o cliente. Nas empresas, pelos menos as que dependem da autonomia e da criatividade de seus funcionários, avaliam que, além de salário, a motivação pessoal e um bom ambiente de trabalho são fundamentais. Tendência similar se apresenta nos serviços públicos, em que se exige que os professores levem em consideração as particularidades de cada criança e adolescente e os médicos, as dos pacientes.

A demanda por respeito — de crianças, mulheres, minorias étnicas ou religiosas, homossexuais e funcionários subalternos — representa um passo importante na democratização das relações sociais. Por outro lado, em alguns casos, o impulso libertário em vez de universalizar o respeito produz um narcisismo antissocial, que desconhece normas de civilidade e é incapaz de reconhecer e aprender com os saberes e com as experiências dos outros.

Individualismo e igualitarismo. O capitalismo produz desigualdade e a democracia proporciona a igualdade, mas ambos, de diferentes formas, fortalecem a valorização da autonomia individual e do individualismo. Assim, um dos paradoxos do nosso tempo é que a penetração da cultura econômica liberal capitalista — que promove o cálculo de ganhos e perdas nas relações pessoais, o egoísmo e a competição, e que é potencializada pelas redes virtuais nas quais predominam o egocentrismo e o narcisismo — e uma cultura de consumo que fomenta o desejo universal e o trato informal, fortalecem simultaneamente uma cultura libertária e, de certa forma, igualitária.

Uma sociedade em que as pessoas se orientam pelo princípio do “eu acima de tudo” não aceita hierarquias nem submissão a qualquer norma ou autoridade que é tida como de seus interesses ou de sensibilidade pessoal; pessoas que enviam fotos de onde passaram as férias, dos pratos degustados nos restaurantes e dos novos produtos adquiridos alimentam um universo onde todos querem o que os outros têm. Dessa forma, promove um igualitarismo radical, que se orienta por “se os outros têm por que eu não tenho?” e por “quero ser respeitado”.

Heteronomia e autonomia. O indivíduo na sociedade contemporânea é um ser que navega entre a heteronomia — a conduta e os desejos orientados pela vontade e pelas expectativas dos outros — e a autonomia — a capacidade de decidir livremente baseado na reflexão e em seus próprios juízos de valor. A oposição entre ambos só aparece quando a imposição externa é óbvia, mas na sociedade moderna a heteronomia age pela indução, em geral inconsciente, seja pela publicidade, seja pela inveja de querer viver os “momentos de felicidade” postados pelos “amigos” nas redes sociais, que leva a querer comprar mais objetos e a ter “experiências” que exigem um cartão de crédito ou a abrir mão da reflexão se fechando nas bolhas produzidas pelas *fake news*. O grande desafio do sistema educacional é fortalecer a capacidade de agir de forma autônoma.

Feminino/masculino. As transformações nas relações entre os sexos e os novos formatos de famílias (recombinantes, monogamia em série — vários casamentos —, casais homossexuais) derrubaram o sistema de normas e de expectativas formado numa cultura patriarcal ainda amplamente arraigada. A erosão do poder patriarcal e a perda do controle sobre a sexualidade feminina produz uma reação machista de homens que sentem perder as referências de seu lugar no mundo.

Natureza/sociedade. A separação radical entre sociedade e natureza — sobre a qual se construiu o paradigma científico-tecnológico e a economia moderna, em

que a natureza representava um objeto externo neutro a ser controlado e explorado —, está sendo substituída, sob influência do movimento ecológico, por uma visão na qual o ser humano é parte integral e dependente de um sistema maior que deve ser preservado. Em vez de uma variável econômica, cujo preço é definido pelo mercado, nossa relação com a natureza precisa passar, segundo Hans Jonas, pelo “princípio da responsabilidade”. Para Jonas, nossas ações, inclusive no âmbito econômico, devem considerar não apenas as consequências imediatas, mas também as próximas gerações.

Frente à desintegração de fronteiras institucionais e à transformação das mais diversas áreas de atividades, a capacidade explicativa das ciências sociais (como economia, psicologia, ciência política, sociologia, educação, ciências jurídicas e comunicação) se vê diminuída. As disciplinas das ciências sociais desenvolveram seus marcos teóricos na suposição da existência de subsistemas relativamente autônomos da vida social. À medida que as fronteiras são derrubadas, elas produzem uma instabilidade sistêmica, que exige uma visão de conjunto da sociedade e estranha a especialização que caracteriza as diferentes disciplinas. O chamado à interdisciplinaridade e à complexidade, embora válido, é de difícil realização, pois confronta tanto a inércia dos paradigmas estabelecidos quanto a falta de modelos de causalidade capazes de responder às complexas realidades das sociedades contemporâneas.

9. A CONVIVÊNCIA DEMOCRÁTICA COMO “POLITEÍSMO” DE VALORES

“Valor” é um conceito polissêmico, isto é, possui vários significados. No entanto, todos eles se referem a critérios que permitem discernir, comparar qualidades e fazer julgamentos, e, no caso de valores morais — que orientam a conduta pessoal — e éticos — que orientam a convivência no espaço público —, nos dizem o que é certo e errado. Os valores expressam sentimentos, raciocínios e capacidade de relacionamento emocional com os outros, com um objetivo prático, tomar decisões.

Valores morais e éticos se relacionam, mas não se justapõem. Os valores éticos, nas sociedades democráticas, muitos dos quais se integram nas normas legais (o que não significa que todas as normas legais se fundamentem na ética), guiam nossa conduta como cidadãos ou como grupos profissionais e são universais, isto é, devem ser aplicados de forma similar para todos. Por exemplo, os funcionários públicos precisam se relacionar com os cidadãos independentemente de qualquer sentimento subjetivo, e todos os nossos concidadãos devem ser tratados com a mesma civilidade. A impessoalidade na aplicação de valores éticos, que exigem suspender afetos e interesses pessoais exige uma cultura cívica que discipline nossas emoções e nossas identidades de grupo.

Os valores morais incluem dimensões do âmbito da nossa intimidade, como respeito, amor ao próximo, responsabilidade e generosidade, e a forma como os aplicamos não são dissociáveis de laços particulares, tal como os familiares e a amizade ou mesmo de relações que nos interessam cultivar. Por exemplo, a solidariedade não pode ser de todo separada da dimensão subjetiva individual, pois mesmo tendo sentimentos de fraternidade com o resto das pessoas, nossa sensibilidade pelas necessidades dos outros é formada por círculos concêntricos, que aumentam de intensidade à medida que nos aproximamos daqueles que fazem parte do nosso grupo imediato.

Vida, liberdade, igualdade, fraternidade, justiça, individualismo, segurança, livre iniciativa, solidariedade, propriedade privada, nação e direitos humanos são valores presentes no repertório das constituições de todas as sociedades democráticas capitalistas contemporâneas. Esses valores, quando aplicados a situações concretas, podem entrar em conflito entre si. Como consequência, tanto a vida pessoal quanto a

organização da sociedade exigem que os valores sejam hierarquizados e/ou dosados de acordo com certas circunstâncias.

A convivência democrática se funda no reconhecimento de que indivíduos lidam com uma variedade de valores que podem apresentar consequências antinômicas em situações concretas, e cabe a cada um negociar, na sua subjetividade e coletivamente, a “síntese”, que sempre será precária e contextual. Só para dar alguns exemplos: situações de pandemia exigem balançar entre exigências econômicas e de saúde pública, entre saúde mental e física; “não matarás” abre exceções para o homicídio em legítima defesa; serviços necessários para o bem comum devem ser financiados por impostos, limitando, assim, o direito à propriedade privada. Além disso, a defesa do consumidor, a regulação pública do solo urbano, do sistema financeiro e do uso de medicamentos, ou o controle da poluição, entre tantas outras formas de intervenção do poder público, impõem limites à livre iniciativa.

O ótimo democrático supõe conviver com o sub-ótimo de cada valor, mas ele é a condição de tornar todos os valores viáveis e passíveis de se complementar, pois uma sociedade que se apresenta com o objetivo de maximizar um único valor tende a se autodestruir. É só fazer uma experiência mental do que seria a vida individual ou nacional se organizada em torno de um valor único: tornar-se-ia inviável. Como ensina a teoria dos sistemas, quanto mais critérios somos capazes de levar em consideração para organizar as nossas vidas, melhor será a solução encontrada. Isso vale da mesma forma para a operacionalização dos valores: nenhuma sociedade complexa pode se organizar unicamente em termos de mecanismos de mercado, do sistema de mando hierárquicos das Forças Armadas, de regras burocráticas anônimas, do intercâmbio infundável de opiniões entre cientistas, de relações assimétricas entre pais e filhos, de relações de afetivas, etc.

Nem indivíduos nem sociedades são capazes de se orientar por um único valor, a não ser em casos de santos que conseguem neutralizar seus egos e de condutas patológicas, ou de sociedades submetidas a regimes totalitários. Inclusive religiosos ortodoxos devem escolher, na prática, como aplicar a variedade de valores e de orientações oferecidas pelos textos sagrados. Quando regimes políticos procuram impor um único valor — como coletivismo estatizante, nacionalismo xenofóbico, individualismo desenfreado ou fundamentalismo religioso —, eles devem fazer uso sistemático de mecanismos repressivos para “eliminar” outros valores que permanecem vivos, apesar de censurados.

A pluralidade de valores e a reflexão são concomitantes. Refletimos porque nenhuma situação é unívoca e exige decisões que levam em consideração ganhos e perdas, não só econômicas, como morais e afetivas. É claro que em situações extremas, como em tempos de guerra, vencer o inimigo pode tomar conta do imaginário coletivo como valor principal. Mas, em tempo de paz, só ideologias totalitárias e políticos demagogos proclamam e promovem um só valor. Não é por acaso que discursos autoritários buscam criar um clima de “estado de guerra”.

A vida em sociedade exige nos educar para levar em consideração múltiplos valores, que incluem de camadas de identidade e de interesses pessoais (do próprio indivíduo, de sua família, de amigos, do país, da profissão, dos que compartilham nossas crenças religiosas ou ideológicas etc.). A negociação entre valores é tanto o objeto da vida política democrática quanto o fundamento da autonomia das pessoas. **Julgar é a capacidade de, em cada situação, sopesar valores diferentes e tomar uma decisão, que sempre terá algo de arbitrária, pois implicará sacrificar em alguma medida princípios que nos são caros.** Mediar e negociar o conflito e a complementariedade entre valores distintos, encontrando respostas capazes de mobilizar o apoio da sociedade, é o objeto da vida política.

Conceitos muito genéricos, polissêmicos e interligados entre si, os valores são um campo minado quando procuramos defini-los de maneira rigorosa. Na prática, é pelo avesso que os valores aparecem no nosso julgamento: eles são multifacetados e nos indicam mais o que não queremos do que o que desejamos precisamente.

Se, por exemplo, tomamos o caso da liberdade, enfrentamos uma bibliografia monumental, de autores que continuam se digladiando sobre a definição mais adequada. Por exemplo, a definição liberal clássica enfatiza a liberdade como o direito à autonomia, a agir sem sofrer coerção ou constrangimentos externos, e na qual o papel do Estado se reduziria a assegurar que a liberdade de uns não interfira na liberdade de outros. Uma definição minimalista que exige, porém, que os cidadãos determinem as regras pelas quais “a liberdade de uns não interfira na liberdade de outros”. O que nos leva à concepção de liberdade republicana, na qual o cidadão, para assegurar seus direitos e obrigações comuns, deve participar da vida pública, responsabilizando-se pelo bem comum. Acontece que o bem comum não se reduz à liberdade abstrata do indivíduo, independente das condições sociais em que vive. A liberdade, como argumentou o prêmio Nobel de economia, Amartya Sen, só faz sentido quando são asseguradas as condições básicas que permitem agir com autonomia, o que exige o desenvolvimento das capacidades pessoais. Qual é o sentido de autonomia para alguém que não teve acesso à educação escolar ou de alguém que não ganha o

suficiente para comprar comida ou remédios para os seus filhos? Retornamos, assim, mais uma vez ao papel do Estado, inicialmente limitado em suas atribuições para que não se transforme em opressor da liberdade, transformado agora em provedor de serviços públicos que garantam as condições básicas para que o conjunto dos cidadãos possa agir de forma autônoma.

VALORES E INTERESSES

Na comunicação cotidiana as pessoas tendem a opor interesses e valores. Fazer algo por interesse significa que orientamos nossa conduta por um cálculo racional para obter um benefício pessoal, em geral de ordem material, ao passo que quem se orienta por valores estaria preocupado pelo bem comum.

Essa visão está associada a uma interpretação da conduta humana na qual o interesse seria algo “natural”, que emerge da condição humana, enquanto os valores exigem um esforço particular, qualidades extraordinárias. Na realidade, durante boa parte da história humana, até pouco tempo, as pessoas se orientavam por paixões, crenças e valores que não implicavam um cálculo racional de benefício próprio. A maioria das pessoas era mobilizada — e inclusive deram suas vidas — por valores religiosos, pela honra, pela pátria, pela glória, por um líder, por paixões e por tantas outras causas que emergiram desde o surgimento da humanidade.

No mundo capitalista, a ideia dominante de interesse se relaciona ao empréstimo financeiro, cujo caso exemplar são os bancos. Mas a ideia de interesse com significados diferentes do ganho monetário permanece presente. O interesse público, o interesse nacional ou o interesse como vocação ou mesmo como curiosidade não são uma extensão de ganho material. Quando pensamos em pessoas queridas, nos preocupamos pelo interesse delas e não nos nossos (por exemplo, ao desejar que um filho seja feliz e siga seus interesses e não os desejos dos pais). Na verdade, apenas na era moderna a capacidade de refletir e de deslindar entre os nossos interesses (nas suas mais variadas acepções) e dos outros foi possível, já que nos assumimos como seres livres que devem seguir suas escolhas e, assim, entendermos nós mesmos e os outros como singulares.

Se concebemos o “agir por interesse” como característica do fato de que cada um faz aquilo que está de acordo com suas crenças, e de alguma forma isso trouxe algum tipo de “satisfação”, mesmo que implique dor, sofrimento ou morte, então, com certeza todos os seres humanos, inclusive santos altruístas, agem por interesse. Nesse caso, estaríamos nos referindo a uma simples afirmação de que fazemos o que

fazemos a partir de nosso universal mental, daquilo que nos “interessa”, e não que procuramos maximizar o benefício ou a utilidade pessoal.

O que denominamos interesse monetário pessoal é, na realidade, um **valor**, que só se afirmou nos últimos séculos em associação ao desenvolvimento das relações capitalistas. Apenas no contexto dessas relações é que emerge uma visão do indivíduo que se orientaria somente pelo cálculo racional de ganhos econômicos pessoais em suas transações sociais. É claro que esse valor forma parte da conduta das pessoas na sociedade contemporânea, mas outros valores continuam da mesma forma orientando nossas escolhas, inclusive de ordem comercial: desde a confiança na empresa ou no provedor do serviço até o impacto da publicidade ou dos hábitos. Cada escolha que realizamos é produto de amplo repertório de critérios, que se modifica constantemente de acordo com contextos pessoais e sociais.

Considerações afetivas permeiam as relações familiares ou de amizade nas quais a solidariedade e a empatia são valor fundamental e constitui parte integral do bem-estar pessoal. A transferência do modelo surgido no âmbito econômico, de indivíduos que maximizam seus ganhos, para o âmbito social ou ao espaço público é ainda mais problemático. A valorização única do ganho pessoal e da satisfação hedonista imediata levaria à decomposição dos laços sociais e colocaria em risco o funcionamento da própria sociedade capitalista, a qual depende, sobretudo, da cooperação. Quase todos os nossos atos e a nossa sobrevivência estão sujeitos à ação de diversas pessoas que fazem com que o nosso cotidiano seja possível, e ficaríamos paralisados ou paranoicos se suspeitássemos que os outros só estão preocupados com um ganho pessoal, sem referência a valores como responsabilidade, laços de convivência e preocupação com o bem-estar coletivo.

Na participação e nas escolhas políticas, a consideração do benefício pessoal ocupa certamente papel importante. Mas sem dúvida não é o único critério. Por exemplo, alguns autores argumentam que votar, em termos de cálculo racional, seria uma perda de tempo já que o peso do voto individual é insignificante. No entanto, dificilmente alguém participa de uma eleição calculando a importância relativa de seu voto. Quem vota o faz porque se sente responsável pelo destino de sua comunidade, porque se sente empoderado para expressar suas preferências, porque participa de um evento que influenciará sua vida e do qual quer ser parte, e/ou porque deseja compartilhar de uma festa cívica. Nenhuma dessas razões são da ordem do indivíduo que calcula custos e benefícios, e sim que de valores associados a participar de uma comunidade. E, quem não vota não o faz como resultado de um cálculo racional, mas pela perda de confiança e apatia em relação às alternativas oferecidas pelo sistema político.

A noção de interesse originado nas relações de troca mercantil pode, no entanto, ter um sentido distinto do uso dado pelo senso comum ou do utilizado pelos economistas se associarmos à forma em que os valores convivem no espaço público democrático. Nesse sentido, interesse se refere ao uso do cálculo racional que permite que valores, qualitativos e indivisíveis, possam ser desagregados em termos práticos e quantificáveis, e, dessa forma, negociados na confrontação com outros valores. **Os interesses são, sob essa perspectiva, a tradução de valores em suas consequências práticas**, o que permite que eles possam ser negociados na esfera pública, de maneira racional, e validados pelas consequências que produzem. O desafio de transformar valores em interesses não implica abandono ou diluição de nossos valores, mas de sermos capazes de transformá-los em propostas práticas que podem ser objeto de negociação em confrontos com os interesses promovidos por outros valores.

Para que valores distintos convivam de maneira pacífica, não podem ser postulados como absolutos, o que leva a negar a legitimidade daqueles que pensam diferente a participar como iguais na esfera pública. Conflitos de valores, portanto, são ou não resolvíveis em função da forma em que eles são elaborados pelas narrativas políticas. O conflito entre capital e trabalho, por exemplo, foi apresentado por longo tempo, por ideologias de direita e de esquerda, como um confronto antagônico, que exigia para uns a proibição dos sindicatos e dos partidos políticos que representavam reivindicações do mundo do trabalho, e, para outros, a eliminação da propriedade privada e do mercado. O capitalismo democrático não eliminou o conflito de classes, mas transformou os termos em que ele era percebido, levando a soluções negociadas que modificaram profundamente ambas as partes e o conjunto da sociedade.

O papel das ideologias políticas é o de formatar nossos valores numa visão de sociedade desejável, definindo prioridades e, sobretudo, projetar visões de futuro. Elas são respostas práticas, em que valores são dosados de forma diferente em cada ideologia política — seja dos indivíduos seja dos partidos —, “misturando” valores e produzindo assim uma diversidade de combinações.

Muitas dessas combinações podem parecer bizarras, como as políticas sociais pioneiras desenvolvidas pelo chanceler conservador Otto von Bismarck a serviço do imperador da Prússia, no fim do século XIX, ou como as reformas sociais do presidente dos Estados Unidos Franklin D. Roosevelt, no século XX, que foram consideradas “comunistas” pela oposição. Inclusive Hitler, que enxergava no capitalismo uma afinidade maior com o seu ideal de “sobrevivência do mais forte”, eliminou os sindicatos mas manteve muitos dos direitos adquiridos pelos trabalhadores alemães. E, mais recentemente, temos o “capitalismo sob direção do Partido

Comunista”, como na China e no Vietnã. Na realidade, todos os regimes políticos e todos os governos apresentam formas “bizarras” de organização das relações entre Estado e sociedade, pois são obrigados a encontrar soluções práticas — que não são sempre assumidas de maneira clara pelo discurso ideológico — ao conflito de valores inerentes à vida social.

O reconhecimento da legitimidade do conflito de valores e de interesses e os mecanismos institucionais que permitem a convivência e a procura de soluções pacíficas produzem incertezas, pois é enorme a variedade de vozes da sociedade. Se as soluções encontradas serão precárias e mutantes, a diversidade de opiniões impulsiona a sociedade a produzir novas respostas e a encontrar soluções criativas.

“POLITEÍSMO” DE VALORES

“Politeísmo” é um conceito usado por diversos autores, como pelo papa Bento XVI,³⁷ por Max Weber³⁸ e por Richard Rorty³⁹ para descrever um mundo no qual os indivíduos se orientam por múltiplos valores que dão sentido às suas vidas. Para o papa Bento XVI, trata-se de um fenômeno negativo, pois teria se perdido a unidade do sentido da vida dada pelo monoteísmo católico; enquanto para Weber, a noção de “politeísmo” de valores foi elaborada em contraposição — geralmente mais implícita que explícita — aos pensadores socialistas. Segundo Weber, a crença de que a sociedade é capaz de se orientar por um único valor é irreal, criticando a visão dos socialistas que argumentavam ser possível construir uma sociedade fundada apenas em valores solidários. Pensadores como Norberto Bobbio e Leszek Kołakowski puseram a antinomia de valores no centro de suas filosofias políticas, e Rorty argumentou que o “politeísmo” de valores é a visão de mundo mais adequada a uma perspectiva democrática, permitindo o respeito ao pluralismo e a autonomia de cada indivíduo.

Como Weber e Rorty, falamos de “politeísmo” num sentido metafórico. Portanto, a noção de “politeísmo”, tal como utilizada neste texto, não tem nada a dizer sobre

37 Sandro Magister, “The New Polytheism and its Tempter Idols”. Disponível em: <<http://chiesa.espresso.repubblica.it/articolo/1345887?eng=y>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

38 Ver Weber, M. “Science as a Vocation”. In: Gerth, H. H.; Wright Mills, C. (Orgs.). *From Max Weber: Essays in Sociology*. Nova York: Oxford University Press, 1948; Weber, M. “The Meaning of ‘Ethical Neutrality’ in Sociology and Economics”. In: Shils, E. A.; Finch, H. A. (Orgs.) *The Methodology of the Social Sciences*. Illinois: The Free Press of Glencoe, 1949. Ver também Freund, J. “Le Polythéisme chez Max Weber”, *Persée*, Lyon, v. 61, pp. 51-61, 1986. Disponível em: <www.persee.fr/doc/assr_0335-5985_1986_num_61_1_2384>. Acesso em: 7 maio 2020.

39 Rorty, R. “Pragmatism as Romantic Polytheism”, *The New York Times*, Nova York. Disponível em: <www.nytimes.com/books/first/d/dickstein-pragmatism.html>. Acesso em: 6 fev. 2019.

a existência ou não de um único deus, nem supõe que os monoteísmos religiosos⁴⁰ não tenham lugar num mundo orientado pelo “politeísmo” de valores, ou que o “politeísmo” contemporâneo seja similar ao da Antiguidade. Pelo contrário, num mundo orientado pelo “politeísmo” de valores, o monoteísmo religioso não é excluído, mas aceita que o universo de suas crenças religiosas possa coexistir com outras crenças, com outros sistemas de valores e outros sentidos de vida. Assim, o “politeísmo” de valores é simplesmente o reconhecimento de que a convivência em sociedades democráticas deve assumir que não existe um único valor que possa ser a base moral e medida de todas as decisões.

O “politeísmo” moderno transfere ao indivíduo a responsabilidade e o direito de definir a maneira como fará suas escolhas, tendo como única limitação as interdições legais. Portanto, a valorização do “politeísmo” deve ser tomada não como uma proposta de retorno ao passado, pois o “politeísmo” moderno se sustenta em outro contexto sociocultural e político.

Antes, as dimensões mágicas e mitológicas permeavam todos os aspectos da vida social; enquanto nos tempos modernos, a diferenciação institucional e o papel da legitimação científica e da livre argumentação fundamentada na razão limitaram o espaço das crenças transcendentais ao âmbito privado. O politeísmo na Antiguidade era produto de um sistema de crenças que aceitava múltiplos deuses como parte da tradição, e não em nome da liberdade individual e do pluralismo que sustentam a cultura ocidental. Enquanto no politeísmo teísta, a diversidade de valores e as motivações eram atribuídas a deuses diferentes, cada um representado uma qualidade particular, agindo sobre o destino coletivo e individual; no moderno, são os indivíduos que assumem como escolhas pessoais seus valores e suas paixões, e, portanto, são responsáveis por suas ações.

O desafio da sociedade democrática moderna, como argumenta Rorty, é completar o processo de secularização iniciado no Renascimento, superando os resquícios de “monoteísmo” político secular, que substituiu a onipotência divina pela onipotência humana, e que volta a se expressar em ideologias políticas autoritárias, que muitas vezes fazem uso de símbolos religiosos para se legitimar. Nada indica que o ideal de Rorty será realizado, pelo menos até onde o horizonte atual permite enxergar. Pelo contrário, como vimos nos capítulos precedentes, vivemos um retorno dos monoteísmos de valores seculares, misturados, muitas vezes, aos monoteísmos de valores religiosos.

40 Isto é, doutrinas reveladas por Deus para indivíduos singulares de qual seria a expectativa Dele sobre o certo e o errado, e o caminho de salvação das almas.

A DIFÍCIL SUPERAÇÃO DO MONOTEÍSMO DE VALORES

Nas sociedades politeístas, o culto a vários deuses supunha que todas as crenças eram verdadeiras, e o visitante que entrasse numa cidade presenteava os deuses locais com oferendas como demonstração de respeito. Vale lembrar que, no mundo greco-romano, os judeus primeiro, e os cristãos depois, eram considerados ateus, pois negavam a existência dos outros deuses.⁴¹

As religiões monoteístas denunciaram qualquer outra crença religiosa como paganismo, e, portanto, inimiga da única verdade e fonte de salvação das almas. O monoteísmo instaurou uma separação absoluta e maniqueísta entre crentes e não crentes — definindo como heréticos os que divergiam da interpretação oficial, como é o caso até hoje da Igreja católica em relação ao protestantismo, apesar dos esforços recentes de aproximação ecumênica —, e dava direito a converter pela força ou a eliminar os dissidentes.

Os monoteísmos institucionalizados pelo judaísmo, pelo cristianismo e pelo islamismo, até pelo menos o século XIX, quando surgiram correntes revisionistas no interior deles, fundam-se numa versão particular da liberdade humana, distante da moderna. Ela é reduzida a uma única escolha: o caminho de deus ou do pecado. Quem define ser ou não a vontade de Deus não é a interpretação que cada pessoa faz das escrituras sagradas ou da figura divina (que vai desde versões altamente abstratas de Deus e do sentido da fé, até visões antropomórficas incluindo diversas entidades ultraterrenas, entre elas o diabo e os anjos), mas a versão oficial — inclusive no protestantismo — daqueles que possuem o monopólio de interpretá-la (padres, pastores, rabinos, imãs). Fazer o “bem” ou o “mal” no monoteísmo religioso se associava a recompensas e a castigos divinos, na maioria das vezes no além; enquanto na modernidade, os valores se justificam em nome de escolhas subjetivas e da responsabilidade de cada indivíduo.

A formação do mundo moderno e o processo de secularização foram convergentes, levando que a produção de verdades, de normas e de sentidos de vida deixassem de ser monopólio do clero, que podia punir qualquer ato considerado herético. Em Paris, perto da igreja de Montmartre, como lembrança daqueles tempos, é possível

41 Por muito tempo, o judaísmo foi uma monolatria, que reconhecia a existência, mas proibia o culto a outros deuses, até se transformar num monoteísmo no qual deixa de ser reconhecida a existência de outras divindades. A Bíblia denomina Deus usando o plural (Elohim — deuses) e menciona outras divindades, sendo o deus de Israel o mais poderoso, como aparece na imagem do enfrentamento de Moisés com os sacerdotes do Faraó, e as referências a outras deidades.

encontrar a estátua de Jean-François Lefebvre de La Barre, o cavaleiro de 21 anos que, no século XVIII, foi condenado a ter seus ossos quebrados até confessar seu crime de não ter tirado o chapéu e se ajoelhado diante da passagem de uma procissão religiosa. Ele teve sua língua e sua mão direita cortadas, foi decapitado e suas cinzas jogadas ao vento.

A secularização foi um longo processo, ainda em andamento, de formação de uma cultura política e de instituições nas quais o poder não se legitima pela delegação divina, mas como expressão da vontade popular, em que os indivíduos têm o direito a pensar e a exprimir suas ideias livremente, passando a religião a ser considerada um assunto privado.⁴² A modernidade democrática não exclui o monoteísmo religioso; na realidade, em vez de eliminar a religião, o mundo moderno a liberou das amarras e das deformações produzidas pela sua associação com o poder político, permitindo que cada indivíduo negocie, na sua subjetividade, o espaço que ela deve ocupar em seus universos de crenças.

Essa passagem implicou uma profunda mudança de valores, na qual se preza a dúvida e não a certeza, a curiosidade no lugar do dogma, a livre escolha no lugar da imposição externa, a vontade individual no lugar da divina, a realidade mundana no lugar da transcendental. Ela substituiu a resignação frente ao “destino” — que se encontra nas “mãos de Deus” — pelo ativismo coletivo, pela responsabilização e pela autorrealização, e a recompensa que se obteria na “vida pós-morte” deu lugar à procura da felicidade (ou diminuição do sofrimento) neste mundo. O direito moderno elabora normas que podem ser alteradas pela vontade do povo, e não princípios imutáveis definidos nos textos sagrados. A modernidade, tanto em nível científico, artístico ou empresarial, valoriza a criatividade, a inovação e o questionamento de verdades estabelecidas.

O deslocamento para o indivíduo da responsabilidade de definir seu “sentido” de vida colocou no centro da vida social um novo valor, o da liberdade de busca da verdade dentro da consciência de cada um e de expressá-la publicamente, sem medo de punição externa.

Na Europa, a formação de sociedades seculares esteve impregnada por lutas contra o poder da Igreja de decidir qual pensamento podia ser censurado, além da cobiça dos Estados pela sua enorme fortuna em terras. No caso dos Estados Unidos

42 A extensa obra de Marcel Gauchet apresenta amplo panorama histórico desse processo. Numa perspectiva diferente, ver também Taylor, C. *A Secular Age*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2007.

foi diferente, pois foi um país formado em sua origem por religiosos cristãos “heréticos”, isto é, perseguidos pela Igreja oficial, deixando como legado uma visão na qual o direito à liberdade era produto da vontade divina.⁴³ Assim, se por um lado ela é profundamente libertária e propõe a separação entre Igreja e Estado, por outro, Deus é mencionado na Constituição do país e está impresso em cada dólar (*In God we Trust*, tradução do acrônimo hebraico: Amen). A cultura política dos pais-fundadores dos Estados Unidos produziu uma curiosa síntese, onde a vontade de Deus é que seja feita a vontade das pessoas, e na qual, de fato, a procura da felicidade terrena substituiu o reino dos céus.

As ideologias políticas seculares não romperam de todo com as expectativas associadas à tradição religiosa. O paraíso foi substituído pela procura de realização de utopias neste mundo, e a onipotência divina deu lugar a crença no progresso e no poder da razão e da ciência de resolver todos os problemas que nos afligem. Desta forma, a modernidade produziu seus mitos e cultos; e nos séculos XIX e XX, as grandes ideologias e filosofias políticas mantiveram estruturas discursivas e expectativas que de alguma maneira procuravam se apresentar como alternativas ao universo religioso. Em suas versões mais extremas, totalitárias, as semelhanças são ainda maiores. Nos regimes comunistas, por exemplo, textos foram sacralizados e autores santificados, e o partido ou o líder político passou a ter o monopólio da interpretação da verdade. Ainda assim, na medida em que estavam imbuídos de valores da modernidade, os monoteísmos seculares deviam validar suas promessas neste mundo, e não depois da morte, podendo ser desmentidos pelos fatos, encurtando sua longevidade.

A transferência de categorias religiosas ao campo da política, por líderes e por ideologias políticas autoritárias, expressa-se na utilização, implícita ou explícita, da oposição entre o puro e o impuro. Puro é o partido político, o líder e os valores que eles apresentam enquanto seus representantes (nação, classe, povo). Tudo o que é feito para defendê-los se justifica em nome desse bem maior. Os impuros são o resto, e qualquer contato com eles contamina, por isso devem ser demonizados, isolados e, se possível, expulsos da convivência social quando não eliminados.

Alguns autores enxergaram na continuidade entre práticas religiosas e as ideologias políticas seculares uma incapacidade da modernidade de se legitimar fora do marco da tradição judeu-cristã e de romper com a tradição religiosa.⁴⁴ Isso, ob-

43 A maioria dos “pais fundadores”, que elaboraram a Constituição dos Estados Unidos, era deísta (acreditava na existência de um deus criador do universo), mas não associava a ele alguma revelação particular.

44 Carl Schmitt é possivelmente o representante mais importante desta corrente.

viamente, representa um exagero, porque nenhuma ideologia política moderna — e menos ainda os regimes democráticos — pode ser reduzida aos elementos de continuidade com o monoteísmo religioso. No melhor dos casos, é possível argumentar que na política moderna permanecem presentes os elementos míticos e mágicos existentes em todas as sociedades.

OS VALORES DA MODERNIDADE

Apesar de os valores das democracias liberais contemporâneas parecerem um conjunto coerente, eles surgiram em momentos distintos da história e foram se interinfluenciando. O período histórico que eles cobrem, os últimos seiscentos anos, também foi de ascensão do capitalismo, mas os diversos valores não podem ser reduzidos nem deduzidos das exigências do novo modelo de produção, que se estabelece efetivamente com a Revolução Industrial iniciada na segunda metade do século XVIII.

Entre os diversos processos que deram lugar à diversidade de valores do mundo moderno, podemos enumerar entre os mais importantes:

1. O pensamento e a arte humanista que se expandem a partir do Renascimento italiano no século XIV, e que retomam a tradição clássica helênica de valorização da curiosidade e da racionalidade, pondo o ser humano, seu corpo e a natureza no centro de suas preocupações.
2. A revolução científica, que procura explicações sobre os fenômenos naturais e sociais, sem referência a forças transcendentais, através do livre confronto de hipóteses e da pesquisa empírica, levando à formação de instituições acadêmicas autônomas, antes dominadas pelo clero.
3. A produção em massa de livros, graças à imprensa, que promoveu a alfabetização, permitindo, pela primeira vez, desde a invenção da escrita, o acesso da população à leitura de textos, criando um mercado para escritores e permitindo o surgimento do jornalismo.
4. O protestantismo, que rompeu a hegemonia cultural da Igreja católica, e sua teologia deu lugar a uma nova forma de individualismo. A expansão do protestantismo, que resultou nas guerras religiosas do século XVII, levou os Estados a tolerar a pluralidade de crenças.

5. A formação do sistema dos Estados nacionais soberanos como a unidade básica do sistema internacional, que teve início no tratado chamado Paz de Vestfália, de 1648, e que culminou na formação da Organização das Nações Unidas, em 1945, fundada no princípio de autodeterminação dos povos.
6. A autonomia dos indivíduos e sua capacidade de se guiar pela razão e pelos sentidos, promovido pelo pensamento filosófico racionalista e iluminista desde o século XVII, por autores como René Descartes, John Locke, David Hume, Baruch Espinoza e Immanuel Kant.
7. O princípio republicano da soberania popular que eliminou os privilégios da aristocracia e afirmou a soberania do povo, formado por cidadãos, como a única fonte de legitimidade do poder político, princípio que foi aplicado inicialmente na independência dos Estados Unidos, em 1776, depois na Revolução Francesa, em 1789, e nas repúblicas latino-americanas no início do século XIX.
8. O capitalismo como um conjunto de valores que inclui a inviolabilidade da propriedade privada, a produção e o intercâmbio organizado por relações contratuais entre indivíduos e pessoas jurídicas e a obtenção de lucro como objetivo da atividade empresarial.

Os diferentes valores, associados a campos de atividade especializados, geraram esferas de poder, subsistemas com regras próprias que os separam e protegem da influência de outros. Dessa forma, o campo científico, o jornalismo, o sistema jurídico, o serviço público e os sistemas políticos, por exemplo, institucionalizaram-se como áreas com normas e princípios éticos diferenciados.

Ao mesmo tempo que cada campo de atividade possui uma genealogia particular, interinfluenciam-se de maneira constante. Por exemplo, a revolução científica que surge a partir do Renascimento, no século XIV, foi promovida pelas monarquias absolutistas, que criaram no século XVII academias reais de ciência, e foi consolidada pelo avanço do secularismo. No entanto, vale lembrar que foi um processo lento, que o dominicano Giordano Bruno foi queimado na fogueira em 1600, enquanto Galileu se salvou abjurando que a Terra era redonda, e que boa parte dos mais importantes filósofos, como René Descartes e Immanuel Kant, até escritores como Émile Zola e Níkos Kazantzákis, entraram no *Index Librorum Prohibitorum*, a lista de livros proibidos pela Igreja católica.

Muitas instituições que hoje associamos à democracia capitalista, como a divisão de poderes e a soberania popular, foram produto de teorias políticas e de lutas

sociais que antecederam a Revolução Industrial e que se estenderam desde a Carta Magna inglesa, de 1215, que limitou os poderes do rei, até o avanço dos processos de secularização na esfera do pensamento filosófico e o enfrentamento com as monarquias absolutistas.

Um longo processo histórico de lutas sociais, políticas e culturais, com avanços e retrocessos, assim como guerras extremamente violentas, produziram transformações socioeconômicas, políticas e culturais que moldam o mundo contemporâneo. Parte desses processos tiveram seu epicentro na Europa, mas foram influenciados por processos políticos de outras partes do mundo, as lutas anticoloniais e as guerras mundiais. O fato de a modernidade ter irrompido num espaço (a Europa) e num tempo comum (nos últimos cinco séculos) tem produzido uma extensa bibliografia sobre as razões do surgimento da chamada civilização ocidental e sobre se poderia ter acontecido em outros lugares. Embora se trate de um debate interessante, as hipóteses só podem ser confrontadas com um esforço de imaginação contrafactual, já que não podem ser comprovadas. O fato é que foram as inovações surgidas na Europa que alteraram as culturas do globo de forma radical e que continuam sendo um elemento marcante da história contemporânea.

A FRAGILIDADE DOS VALORES

A criatividade, a imaginação, o pensamento, os desejos e as emoções humanas permanecem, em grande medida, fora do alcance explicativo do pensamento científico. Várias disciplinas e correntes de pensamento indicam aspectos relevantes do funcionamento da mente humana, mas se mantêm como um arquipélago de saberes que pouco se comunicam entre si, com suas fronteiras patrulhadas pelos defensores de cada teoria.

As diversas correntes da psicologia desenvolveram hipóteses relevantes para caracterizar os mecanismos mentais que estão presentes no desenvolvimento das pessoas e em suas interações sociais, como o papel do condicionamento externo explorado pela behaviorismo; a importância dos mecanismos inconscientes e da primeira infância pela psicanálise; o desenvolvimento das faculdades intelectuais e os processos de aprendizagem pela escola cognitivista; as estruturas da linguagem pela linguística; os componentes legados de nossa herança animal e os primórdios da humanidade pela psicologia evolucionista; e os diferentes vieses cognitivos estudados por psicólogos sociais. A economia comportamental questionou igualmente ideias centrais da disciplina sobre o *homo economicus*, como alguém capaz de processar um

número infinito de informações e de tomar decisões racionais. A sociologia apresenta como a liberdade individual sempre foi embebida de realidade social e como os mercados dependem da confiança interpessoal e no acesso a redes sociais que filtram e circulam a informação de acordo com os laços sociais.

Mais recentemente, a neurociência avançou na análise da associação entre diferentes atividades e estados mentais com a mobilização de processos neuronais e bioquímicos. O estudo da inteligência artificial passou a ocupar lugar central nas pesquisas sobre a mente humana, e vários autores consideram que ela será capaz de substituir a inteligência humana, apesar de, no momento, tratar-se apenas de uma profecia não comprovada. As operações lógicas podem ser reproduzidas por computadores, e ser até mais eficiente do que as realizadas por humanos, mas ainda estamos longe de entender como o pensamento “pensa”; como as emoções se formam e “afloram”; e como criamos e imaginamos. Se conseguirmos alimentar um computador com algoritmos que refletem nossos processos mentais e nossas intenções, não criaremos seres humanos, mas um espelhamento dos dilemas práticos dos humanos.

O que distingue o ser humano é sua capacidade de julgar. O julgamento articula a dimensão biológica e cultural, finitude individual e participação em comunidades que nos sobrevivem, sentimentos e razão, pensamentos e atos, autointeresse e os interesses dos outros. A relação entre cultura e indivíduo apresenta uma tensão constitutiva, pois as respostas que ela oferece não exclui as pulsões, os desejos e os medos das pessoas concretas; no melhor dos casos, são disciplinadas, amortecidas, canalizadas socialmente, mas nunca eliminadas.

O mundo humano se constitui pela interação entre mente, cultura e biologia. Um computador pode processar algoritmos de uma forma mais eficiente e rápida que os seres humanos, mas a capacidade e a necessidade de julgar, de escolher em cada circunstância em função de desejos e de crenças diversas diferencia o humano do computador mais avançado. O perigo, pelo menos hoje em dia, não é as máquinas se tornarem uma espécie pós-humana, mas os humanos se acomodarem a seguir as orientações dadas pelas máquinas.

O medo e os mecanismos neurológicos que nos informam da dor são inatos e nos alertam para os mais variados perigos que nos espreitam e, portanto, necessários para a nossa sobrevivência como seres vivos. Os contextos sociais transformam e orientam o medo e a dor para alvos produzidos culturalmente, e podem ser mobilizados contra grupos sociais com os mais diversos objetivos políticos ou religiosos. Da mesma forma, a criatividade está presente em toda ação humana, mas é canalizada

socialmente pela inserção dos indivíduos em organizações com normas e estruturas de poder que delimitam as opções de ação e a orientam para campos particulares de atuação, tanto na vida privada quanto na pública (empresas, órgãos públicos, instituições científicas, religiosas, artísticas ou a vida política).

A cultura é sempre anterior a cada indivíduo, e seus mecanismos são de uma longevidade maior do que uma biografia, pois ela é cumulativa, transgeracional. Se o indivíduo é produto da cultura, ao mesmo tempo será sempre uma versão particular dela, pois ela é interiorizada e absorvida por mecanismos psíquicos e por pulsões pessoais. Por sua vez a cultura só é possível graças às capacidades inatas de aprendizagem dos seres humanos, e responde às necessidades individuais e coletivas (seja na procura e na distribuição de bens materiais, seja oferecendo respostas aos medos diante da consciência da morte ou da doença).

Os sistemas de valores não existem se dissociados das estruturais biológicas e mentais que, em boa medida, são determinados por mecanismos que agem fora do controle da consciência do indivíduo. Todas as correntes de pensamento científico que já mencionamos, assim como as ciências sociais enfatizando que os valores são construções sociais historicamente determinadas, levam a relativizar a ideia de que as pessoas são autônomas e livres, orientadas pela razão e capazes de controlar seus sentimentos e pensamentos.

Os valores estão, portanto, permeados por razões que a razão desconhece. Eles expressam e são afetados e modificados pelas mais diversas emoções e mecanismos sociais e psíquicos dos quais não somos conscientes e, ainda que sejamos, nem sempre somos capazes de controlá-los. Por exemplo, a agressividade acumulada por inseguranças, frustrações e ressentimentos pode se exprimir de forma individual ou canalizada de maneira coletiva. Em termos individuais, ela aparece em formas de autoagressão — depressão ou alcoolismo — ou violência física ou simbólica contra outras pessoas. Coletivamente, é externalizada por meio da humilhação dos mais fracos, no racismo, nas guerras e em ideologias autoritárias que canalizam a violência e a raiva reprimida em projetos políticos contra bodes expiatórios. O fato de o racismo ou a xenofobia ainda estarem enraizados é prova tanto da capacidade de os humanos serem manipulados politicamente, quanto de que variadas formas de etnocentrismo estão profundamente entranhadas e presentes nas sociedades ao longo da história.

Seria a liberdade uma construção histórica, um conceito pragmático, que permite à sociedade responsabilizar as pessoas por seus atos — independentemente se

determinados por fatores que não controlam — ou possui alguma sustentação na condição humana? Qual é o fundamento do ideal de liberdade? Seu valor é datado, produto de uma época específica da história humana, ou pode ser associada a um fundamento último da condição humana?

É provável que nunca teremos respostas definitivas a essas perguntas. O que sabemos é que as sociedades não produzem indivíduos homogêneos que reproduzem automaticamente normas e saberes transmitidos, pois a condição humana inclui a predisposição ou a virtualidade, fundamentada no desejo e na criatividade de cada pessoa — reforçada por contextos sociais e culturais — a algum tipo de individualização, e portanto “rebeldia”. A desobediência à vontade de deus (ou de deuses), como início do livre-arbítrio, está presente numa enorme diversidade de mitos das mais diversas culturas, sendo entre nós o mais conhecido o de Eva comendo a fruta do conhecimento. Paradoxalmente, todas as religiões monoteístas com princípios rígidos de obediência às suas normas têm como ponto de partida o rompimento com a tradição, pela ação de indivíduos que promoveram um rompimento com as verdades herdadas do passado, por exemplo, Abraão, Moisés, Jesus e Maomé.

Se os valores são frágeis, a transmissão e a manutenção de valores democráticos não podem ser reduzidas à confiança na força da razão. Ninguém está livre de posturas racistas, misóginas e autoritárias, ou de apoiar políticos que as promovem. É a solidez das instituições, condições de vida decentes e um esforço permanente de educação e de aprendizagem de convivência no lar, na escola, no espaço público — inclusive para desenvolver a empatia (a capacidade de aceitar a diferença e se colocar no lugar do outro) —, que asseguram a permanência da vida democrática.

VALORES E ESTRUTURAS SOCIAIS

Uma longa tradição das ciências sociais explica os valores e a importância relativa que damos a cada um em função das estruturas sociais e o lugar que ocupamos na pirâmide social. Por exemplo, nos tempos modernos o valor da liberdade individual estaria associado à desintegração dos controles sociais das pequenas comunidades, substituídos pelo anonimato da vida urbana, pela disseminação do pensamento científico por meio da educação, pela generalização das relações contratuais, pela promoção da livre iniciativa, pelos processos de secularização e pela monetarização das relações sociais

Se por um lado os valores estão intimamente relacionados a formas de organização da sociedade, não existe uma relação unívoca entre ambos. Os valores possuem uma plasticidade que lhes permitem atravessar diversas épocas históricas e conviver com regimes políticos distintos. Estruturas sociais similares estão associadas a uma enorme variedade de formas de organização do poder político. Na Antiguidade, em modos de produção fundados na escravidão, encontramos desde a democracia ateniense até o despotismo faraônico e a república aristocrática romana, que faz as reflexões de Aristóteles sobre a política permanecerem atuais. Diversas religiões atravessaram milênios, e valores relacionados ao capitalismo estiveram presentes em democracias liberais, no nazismo e em regimes autoritários. Por sua vez, contextos sociais similares podem levar a uma miríade de respostas orientadas por valores diversos. A grande crise econômica de 1929 desembocou no *New Deal* de Roosevelt, nos Estados Unidos, e no nazismo, na Alemanha.

Os valores de verdade, de justiça e de liberdade, antes de serem entendidos como direitos ou valores abstratos elaborados por intelectuais, aparecem desde a Antiguidade, e permanecem até hoje a expressão da luta pela vocalização do descontentamento contra os poderes estabelecidos. O poder sempre procurou impor sua vontade, isto é, sua versão da verdade, que não podia ser questionada. Questionar o poder em geral significou produzir verdades (isto é, versões da realidade) que colocavam em dúvida a versão imposta pelos poderes dominantes. As democracias, pela primeira vez na história, permitiram que o protesto contra os governantes ocorresse sem medo de punição, estabelecendo a principal diferença entre democracias e regimes autoritários.

Valores de solidariedade, assim como a luta pela “liberdade” — em particular o confronto com o opressor estrangeiro —, são milenares. Certamente não se tratava de lutas para adquirir a liberdade ou a solidariedade dos modernos, mas elas não deixaram de influenciar e de ser integradas nas narrativas que inspiraram os movimentos sociais e ideológicos nos últimos séculos (lembremos, por exemplo, a importância que a história bíblica da saída do Egito teve no imaginário das lutas do movimento negro nos Estados Unidos).

Uma tradição das ciências sociais considera que os valores são uma “falsa consciência”, mistificações que encobrem ou justificam realidades sociais baseadas na dominação e na exploração. Não cabe, nos limites deste trabalho, aprofundar o tema, mas consideramos que se trata de uma visão parcial, que não permite explicar como as religiões, ocidentais e orientais, deístas e animistas, sobreviveram às mais diversas transformações sociais. Sobrevivência que não pode ser reduzida ao fato de tratarem

de temas transcendentais, como o sentido da vida e da morte, pois confucionismo se concentrou nas regras da boa governança e da boa vida; o judaísmo, e sua disseminação posterior, em versões diferentes pelo cristianismo e pelo islamismo, em normas de convivência social, de solidariedade e de consideração pelos mais pobres.

A Bíblia inverteu a ordem estabelecida pela narrativa dos vencedores, transformando os grandes impérios em marionetes do Deus de um povo pequeno e derrotado, que vislumbrava um tempo messiânico de paz e de justiça. A legislação mosaica determinou o sábado como o dia de descanso que deve incluir os servos, e instituiu leis sobre a colheita, pelas quais devem ser deixadas sobras para os pobres, estrangeiros, órfãos e viúvas. Os profetas enfrentam os reis que roubam e maltratam o povo e se revoltam contra o ritualismo formal: “A espécie de jejum que eu pretendo é que parem de oprimir os que trabalham para vocês e que os tratem com justiça, dando-lhes o salário a que têm direito. Quero que partilhem a vossa comida com os que têm fome e que sejam hospitaleiros para com os que vivem desprotegidos, pobres, desamparados” (Isaías, 58,6-7). Os Evangelhos colocam no centro a figura de Jesus e sua mensagem de amor e preocupação com os pobres, os doentes e os marginais. Os princípios budistas são orientados para a compaixão. Uma longa tradição, que pode ser sintetizada nos princípios expressados dois mil anos atrás pelo rabino Hilel “Se eu não sou para mim mesmo, quem é para mim? E se eu sou só para mim, o que sou? Se não agora, quando?”.

Entre os textos sagrados, suas diversas interpretações e a prática efetiva das instituições religiosas existe, como sabemos, uma distância enorme. Sem mencionar as relações entre o poder político e as instituições religiosas, que têm tido em geral o papel de legitimação da ordem social, inclusive usufruindo dos privilégios dos grupos dominantes.

Embora seja correto afirmar que os valores devam ser assegurados por instituições com poder efetivo para implementá-los, para que as religiões não se reduzam a mistificações ou a alívios compensatórios frente à crueldade do mundo social, elas também inspiraram insurgências sociais contra a opressão exercida pelas instituições oficiais. Na Idade Média, por exemplo, os cátaros no sul da França formaram comunidades mais igualitárias e sobreviveram a séculos de perseguição pela Igreja. O teólogo Thomas Müntzer apoiou as revoltas camponesas na Alemanha do século XVI, e grupos radicais na Inglaterra, durante o século XVII, pregaram a abolição da propriedade e a igualdade da mulher, inspirados nas fontes proféticas e antimonárquicas da Bíblia. Um feroz crítico da religião Karl Marx, lembrado por sua frase que definia a religião como ópio do povo, no mesmo parágrafo escreveu: “O sofrimento

religioso é ao mesmo tempo a expressão do sofrimento real e um protesto contra o sofrimento real. A religião é a visão da criatura oprimida, o coração de um mundo sem coração, e a alma de uma condição sem alma”.

A FRAGILIDADE POLÍTICA DOS VALORES DEMOCRÁTICOS

Os valores na sociedade moderna, que se apresentam como um ato de escolha individual, têm uma fragilidade e uma volatilidade maior que os valores religiosos envolvidos em mantos sagrados. A solidez e a longevidade das figuras divinas se sustentam em proporção direta à sua não presença (ou se preferirem, sua infinita presença, que permite a grupos opostos invocarem sua proteção) para julgar e dirimir diferenças no mundo social.

O empoderamento prático dos indivíduos, com liberdade para inquirir e decidir de maneira autônoma, teve um preço elevado em termos de desempoderamento subjetivo. Afinal, haveria maior sensação de poder do que estar relacionado a Deus, um ser Todo-Poderoso e onisciente? Haveria mais conforto do que sentir que tudo o que acontece na vida, inclusive a morte, é parte de um plano maior, ainda que ele seja um mistério? Haveria mais segurança do que acreditar que nossos atos — ou a graça divina — podem assegurar um lugar no paraíso? Haveria mais paz de espírito do que acreditar que nossas ações respondem à vontade divina e nos faz sentir que somos parte de uma comunidade de crentes?

A separação moderna entre a subjetividade individual e as crenças transcendentais fundadas em normas de conduta baseada em crenças compartilhadas criou um abismo entre o indivíduo e a sociedade e entre a comunidade e o poder político, pois os monarcas consubstanciavam a união entre o poder secular e o mundo transcendental.

Os valores modernos não contêm a força de um sentido transcendental, que proporciona ao indivíduo o sentimento de segurança oferecido por um poder externo e sagrado, que lhe permitia se sentir parte de um “todo maior”.

O que não significa que o indivíduo livre da modernidade possa ser confundido com o ideal estilizado pela tradição política liberal, na qual cada um depende apenas de sua racionalidade e discernimento para se orientar no mundo. Muito pelo contrário, a liberdade individual é sempre embebida das circunstâncias pessoais, a começar pelo nascimento, uma decisão tomada por outros, e que determina o lugar, o momento histórico e a família (com sua situação econômica, crenças

religiosas e características étnicas e raciais, isto é, uma série de filiações), e depois pela necessidade constante de suportes sociais para se sentir reconhecido e para fazer parte de uma comunidade: dinheiro, família, emprego, profissão, amigos, grupo ideológico, Igreja etc.

O indivíduo que não tem a justificativa da tradição é um indivíduo responsável por todos os seus problemas: se o filho passa por dificuldades nos perguntamos “o que fizemos de errado?”; em caso de doenças, “por que não me cuidei o suficiente?”; se tiver problemas no emprego, “o que eu fiz ou falei de errado?”; se o casal tiver dificuldades de relacionamento, “por que não respondi às expectativas?”.

Cada situação leva as pessoas à busca constante de respostas, em livros de autoajuda ou de especialistas dos mais variados e, por sua vez, encontrará no Google novas respostas e questionamentos sobre o conselho recebido, levando-os a novas terapias. Paradoxalmente, a popularização do conhecimento científico, criando expectativas de que doenças podem ser prevenidas e curadas, leva a aumentar a consciência de nossa fragilidade e dos “perigos” associados ao que fazemos ou deixamos de fazer.

A democracia como uma série de regras e de procedimentos para encaminhar o conflito social, tendo como valor o exercício da liberdade individual e a aceitação do pluralismo, oferece um marco de convivência, mas não respostas substantivas aos desafios e escolhas que exigidas pela vida social. Os indivíduos nas sociedades democráticas, ao contrário das tradicionais, navegam entre a promessa de *segurança* que o progresso deveria proporcionar, e a *incerteza*, produto da inexistência de um ponto de chegada e um caminho que acarreta mudanças constantes nas nossas vidas. Incertezas que vão desde casamentos cuja duração é imprevisível, escolhas que os filhos poderão fazer sem levar em consideração a opinião dos pais, imprevisibilidade sobre o futuro da profissão ou do trabalho (que leva tantos a almejar um emprego público), até a volatilidade dos bens acumulados. Insegurança que procura a proteção no sistema político, seja na tradição política da direita conservadora, de frear o ritmo das mudanças de costumes, seja na tradição da esquerda, de oferecer a partir do Estado maior segurança socioeconômica.

No mundo moderno, a busca de respostas na ciência e na tecnologia ocupou boa parte do espaço (social, biológico e psíquico) que antes era dominado por práticas mágicas e animistas. Porém, trata-se de um mundo “desencantado”, onde o indivíduo deve decidir cada passo sem as “certezas” advindas do sagrado e a expectativa de recompensa na pós-morte, em que o sentimento de mundo se concentra nos percalços da vida cotidiana, e a finitude não encontra refúgio em sentimentos de

resignação ou de identificação com poderes e destinos transcendentais. O futuro é sempre uma aposta, pois a razão não controla o desconhecido nem a aleatoriedade, apesar de procurar escudar-se em cálculos estatísticos ou em cenários produzidos por empresas de “análise de risco”. O mundo humano é um universo imerso no futuro, e os problemas e as soluções são imprevisíveis.

Até os tempos modernos, as diversas civilizações se autorrepresentavam como eternas (para algumas, até o Apocalipse, a chegada do Messias ou outras escatologias), e as transformações e os eventos inéditos eram interpretados como recompensas ou castigos divinos, o que permitia ressignificar e dar sentido ao novo, ao que é fortuito ou desconhecido.

O mundo moderno se fundamenta na aceitação do novo como algo normal, no entanto, mudanças criam insegurança e desejo de retornar ao conhecido, ao passado. Muitos autores e movimentos políticos e ideológicos criticam a vida moderna por ser um retrocesso e um empobrecimento em relação a um passado, no qual, apesar de a maioria das pessoas passarem necessidades e estarem à mercê de inclemências naturais e de doenças, dispunham de uma vida mais plena de sentido e estável. Não existe argumento “objetivo” sobre qual dos mundos é preferível, mas cabe reconhecer que o desencantamento produz fragilidades. “Quem sou eu? é uma questão que só surge no mundo contemporâneo. Inclusive surge em forma tardia nas ciências sociais. A identidade surge como problema porque simplesmente deixou de existir. Em outras palavras, deixou de ser algo dada, para ser procurada permanentemente.

Se a modernidade liberou a criatividade individual e produziu uma sinergia social que permitiu uma revolução na capacidade de controlar doenças, de aumentar a expectativa de vida, de diminuir o sofrimento, de elevar a produção e a estocagem de alimentos, de criar novos sistemas de comunicação e de transporte e de multiplicar a riqueza social, o custo subjetivo foi a perda a dos indivíduos de fontes de segurança transcendental e de pertencimento a uma comunidade.

O mundo secularizado “politeísta” fragiliza a ação coletiva, pela atomização em torno de indivíduos que têm como prioridade seus valores particulares, dificultando a construção de consensos que orientem a construção de projetos de futuro. A produção de sentido no mundo contemporâneo traz desafios formidáveis, tanto no interior das sociedades nacionais, e mais ainda para a construção de uma governança global orientada por valores comuns.

CONCLUSÕES

Tanto a vida em sociedade quanto a dos indivíduos se encontram imersas em conflitos de valores. Todas as pessoas carregam várias “outras”, e todos os sistemas de valores e de crenças são contraditórios, e seus conflitos tentam responder ao drama da condição humana e da vida em sociedade. Acreditar que existe *um* “valor superior” ao qual todos devem se submeter ou, caso contrário, serem eliminados, abre caminho para o totalitarismo, religioso ou secular.

A humanidade, constituída por indivíduos singulares com vontades próprias e diferentes, é por natureza plural. Pluralidade que se resolve pela imposição violenta de uns aos outros, pela referência a normas externas sancionadas por algum sistema de poder ou pela criação de mecanismos de construção de consensos, que exigem a comunicação entre as partes e a negociação de soluções. O ponto de partida da política democrática é o reconhecimento da diversidade e da pluralidade, assim como seu ponto de chegada, pois soluções acordadas não exigem que as partes renunciem a seus valores.

O que está em jogo no conflito “politeísmo” *versus* “monoteísmo”, não é, portanto, as crenças pessoais, religiosas ou não, mas o sistema de poder institucionalmente organizado ao qual elas se submetem. Para o monoteísmo religioso ou secular, o indivíduo é subordinado à comunidade — e, na prática, aos que controlam o poder político e possuem as chaves dos portões da interpretação correta dos textos sagrados, da linha do partido ou da “essência da nação” —; enquanto para o “politeísmo” moderno, cada indivíduo deve procurar, expressar e confrontar pelo diálogo sua verdade.

10. CONCLUSÕES

A história das democracias se caracteriza por situações de constantes crises e transformações. Na maior parte dos casos transformações positivas, que permitiram enormes avanços em termos de direitos civis, políticos, sociais e culturais. Mas quando o sistema representativo não é capaz de processar as tensões para resolver os conflitos e o mal-estar social, essas crises podem levar ao questionamento da democracia.

Sentimentos mais ou menos difusos de marginalização ou mal-estar de setores da população, para os quais o “sistema” não os representa ou os prejudica, estão sempre presentes, em maior ou em menor medida, em todas as sociedades democráticas. Eles podem ser catalisados por líderes apoiados por forças sociais com propensões autoritárias, que se dizem sensíveis ao mal-estar social.

As relações entre capitalismo e democracia passam por um momento crítico de inflexão que exigirá inovações institucionais profundas que enfrentem os desafios colocados tanto em nível nacional quanto no sistema internacional. A cidadania espera dos governos respostas que, na melhor das hipóteses, serão paliativas. Dentro dos parâmetros nos quais a sociedade contemporânea se organiza na atualidade, a confiança no sistema político tenderá a permanecer baixa, pelo menos na maioria dos países democráticos, e nos países autoritários aumentarão os sistemas de vigilância, de repressão e de controle da informação.

É possível que o impulso da extrema direita seja um fenômeno passageiro. Mas ainda que o peso dela recue, as marcas destrutivas nas instituições nacionais e internacionais perdurarão por um longo período, e os problemas que os alimentaram permanecerão. A sobrevivência a longo prazo das sociedades capitalistas democráticas dependerá da capacidade de processarem os problemas que favoreceram a ascensão de posições extremistas.

Os desafios atuais não se reduzem, portanto, aos postos pelos políticos autoritários. Repensar a democracia exige enfrentar os problemas ambientais e os efeitos da revolução tecnológica. Na economia, as novas tecnologias eliminarão empregos e permitiram uma enorme concentração de poder em poucas empresas que controlam (e transmitem) informações e centralizam parte crescente das transações comerciais. As novas tecnologias, com sua capacidade de vigilância e destruição da

privacidade e de assumir o controle de decisões nos mais variados âmbitos da vida social apresentam um enorme desafio.

Um dos grandes debates políticos sobre a democracia é sobre quem controla os algoritmos e o uso da informação que eles produzem. Quais são os riscos que podemos assumir de forma responsável se transferimos e centralizamos quase todas as áreas da nossa vida a sistemas falíveis e sujeitos a todo tipo de ataques e de manipulação?

Cada vez mais, todos os aspectos da vida social passam a depender de tecnologias, e se a democracia não criar mecanismos de controle efetivo sobre seu emprego e suas consequências, tanto por empresas quanto pelo Estado, iremos deslizar em direção a um futuro distópico, em que noções de liberdade e responsabilidade individual irão se transformar em fenômenos do passado. Situação, que desde suas perspectivas particulares, é captada por movimentos como o *singularitarianismo* e o *trans-humanismo*, que preveem que a inteligência artificial modificará a condição humana e a forma como a sociedade se organiza e toma decisões. Somos mediados por softwares que não controlamos nem temos conhecimento de como funcionam.

Em vez de posturas irrestritamente conservadoras ou progressistas, as questões que devemos nos colocar são: o que deve ser modificado e o que deve a ser mantido? Como manter, aceitando modificações, e como modificar, sem destruir o que merece ser mantido? Não se trata, portanto, de celebrar de maneira acrítica qualquer novidade nem apoiar mudanças sem perder a capacidade de avaliação e análise. Ao contrário, as mudanças devem ser encaradas como um espaço aberto para amplo debate público. E, para isso, é preciso encontrar soluções inéditas. Nas palavras do poeta francês René Char, “Notre héritage n’est précédé d’aucun testament”. Cada geração deve decidir o que fazer com o mundo que recebeu.

Apesar de suas limitações, enquanto novas formas de organização política que assegurem os mesmos direitos fundamentais não surgem, a democracia liberal capitalista constitui a única aposta responsável para aqueles que valorizam a liberdade. Essa afirmação não significa que o futuro da democracia capitalista esteja garantido. Se for incapaz de processar as novas formas de desigualdade, a concentração do poder econômico e o impacto das mudanças tecnológicas — na sociabilidade cotidiana, na estrutura do emprego, nos sistemas de vigilância, nos bancos de dados que permitem a manipulação e o controle das pessoas, ou no potencial de terapias genéticas extremamente caras que podem levar a uma fratura definitiva da espécie humana —, o divórcio entre capitalismo e democracia será inevitável, e seus efeitos serão catastróficos.

